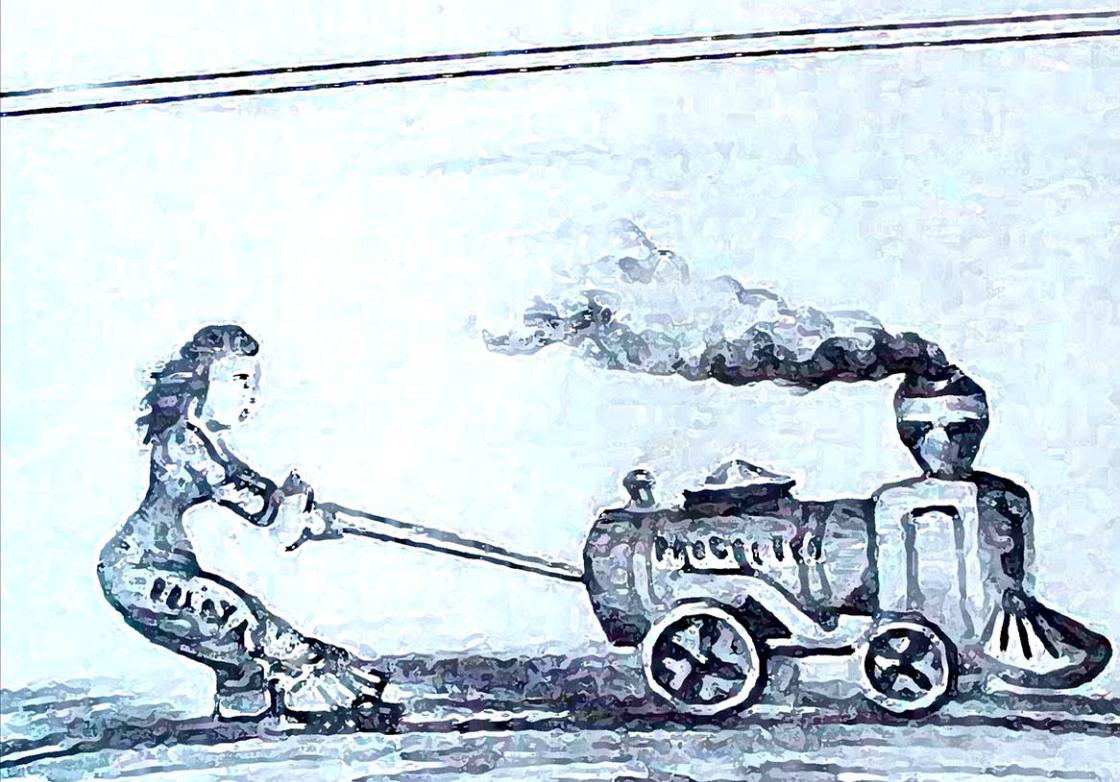


Aristeu Elisandro Machado Lopes

TRAÇOS DA POLÍTICA

A IMPRENSA ILUSTRADA EM PELOTAS NO SÉCULO XIX



Se lotas, vai na senda do progresso.

φ



A prosperidade da imprensa em Pelotas deve ser incluída como uma das atividades culturais oriundas desse desenvolvimento. O aumento da população urbana dotou a cidade de um público leitor, para o qual o livro e o jornal eram os principais atrativos. O jornalismo obteve um desenvolvimento significativo, contabilizando, ao encerrar do século XIX, 116 jornais, tendo alguns vida efêmera, outros apenas edição especial, contudo, vários com circulação regular quinzenal, semanal ou diária por muitos anos. A proposta deste livro é analisar esses jornais ilustrados a partir da seguinte pergunta: Como os desenhos humorísticos e ilustrações foram usados para abordar e discutir o mundo político imperial? A partir deste objetivo principal foram elaboradas outras questões: Qual o comportamento desses periódicos que consideravam tudo e todos passíveis às suas sátiras, críticas e opiniões perante a política do seu tempo? Quem eram os caricaturistas e colaboradores que atuavam nesses jornais? Quais as posições defendidas ou combatidas por eles e a partir daí qual o procedimento com os colegas da imprensa diária? Quais as considerações dispensadas à administração da cidade? Como a política nacional era abordada? Como a questão republicana foi tratada por eles?



editora fi
www.editorafi.org

TRAÇOS DA POLÍTICA

TRAÇOS DA POLÍTICA: A IMPRENSA ILUSTRADA EM PELOTAS NO SÉCULO XIX

Aristeu Elisandro Machado Lopes

φ editora fi

Diagramação e capa: Lucas Fontella Margoni

A regra ortográfica usada foi prerrogativa do autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

LOPES, Aristeu Elisandro Machado

Traços da política: a imprensa ilustrada em Pelotas no século XIX [recurso eletrônico] / Aristeu Elisandro Machado Lopes. - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

187 p.

ISBN - 978-85-5696-093-1

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Jornalismo; 2. História; 3. Ilustrações; 4. Pelotas. I. Título.

CDD-906

Índices para catálogo sistemático:

1. História da sociedade 906

APRESENTAÇÃO

O presente livro é uma versão com modificações da minha dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2006, sob orientação do Professor Doutor Cesar Augusto Barcellos Guazzelli. Publicar a dissertação dez anos depois da sua defesa foi uma decisão que tomei a partir de pedidos de colegas e amigos que me cobravam pela sua publicação em livro. Para tanto, foi necessário rever todos os capítulos para diminuí-los, já que a dissertação possui mais de 200 páginas. Dessa forma, reli e reavaliei trechos, citações e ilustrações para decidir o que seria mantido e o que seria excluído. Parte das discussões da introdução, por exemplo, foram suprimidas. Optei por tornar a introdução mais direta, enfocando nos objetivos do trabalho.

Outra decisão tomada foi manter os autores citados conforme a versão final, ou seja, decidi não incluir outras discussões/citações de obras que foram publicadas após a conclusão do texto. Algumas das discussões dos capítulos, no entanto, já foram publicadas, em versões modificadas, como artigos ou textos completos em anais de eventos, os quais estão identificados antes das referências bibliográficas no final do livro.

Espero que o livro contribua não apenas para a história da imprensa ilustrada no Brasil como também proporcione que outros pesquisadores se envolvam pelos temas do jornalismo ilustrado, que permite enriquecedoras percepções multifacetadas sobre o Brasil do século XIX.

Para Maria Machado Lopes,
Ricardo Nunes Porto e Beatriz Ana Loner

SUMÁRIO

PREFÁCIO: CESAR AUGUSTO BARCELLOS GUAZZELLI	13
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1	33
TRAÇOS DO HUMOR: A IMPRENSA ILUSTRADA EM PELOTAS	33
OS PERIÓDICOS E SEUS JORNALISTAS	33
Cabrion: a “guerra” de Eduardo Guerra	37
Zé Povinho: passageiro, mas significativo	48
A Ventarola: o retorno de Eduardo Chapon	50
OS PERIÓDICOS E SUAS (NÃO) POSIÇÕES POLÍTICAS	56
CAPÍTULO 2	61
UMA OUTRA “PRINCESA DO SUL”: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA MIRA DA IMPRENSA ILUSTRADA	
CÂMARA MUNICIPAL	63
A PRAÇA PEDRO II — RUAS — DOENÇAS	66
PROGRESSO — SERVIÇOS URBANOS	77
CAPÍTULO 3	89
TRAÇOS DE UM LABIRINTO: REPRESENTAÇÕES DO CENÁRIO POLÍTICO IMPERIAL	
Dom Pedro II, “Isabel, a Redentora” e o índio Brasil	91
Decifrando o “labirinto”	106
A escravidão e a Abolição da Escravatura	115
CAPÍTULO 4	133
TRAÇOS DA REPÚBLICA: A PROPAGANDA REPUBLICANA E AS REPRESENTAÇÕES DA PROCLAMAÇÃO EM PELOTAS	
A SIMBOLOGIA REPUBLICANA	135
ATIVIDADES REPUBLICANAS	140
A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NAS PÁGINAS DO PERIÓDICO A VENTAROLA	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
FONTES	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	177
SOBRE O AUTOR	187

PREFÁCIO:

TRAÇANDO LINHAS, DESVENDANDO DESENHOS, CONHECENDO O OITOCENTOS: HISTÓRIA, IMPRENSA E HUMOR CARICATO NA ESTREMADURA BRASILEIRA

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli¹

Até parece que não faz muito tempo! Em fins de 2003, docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fui procurado por Aristeu que trazia um projeto de Dissertação de Mestrado sobre a imprensa pelotense do século XIX, com atenção nas caricaturas políticas de algumas destas publicações. Ele vinha do Curso de História da Universidade Federal de Pelotas, e vinha muito recomendado pela professora Beatriz Ana Loner, que orientara suas atividades como estudante de graduação. Chamava atenção o extenso nome do rapaz: Aristeu Elisandro Machado Lopes! Não lembro mais qual era o título do projeto, tampouco os detalhes que ele explicou na ocasião, mas aceitei de pronto a possibilidade de orientar a Dissertação. Vale dizer que jamais havia trabalhado com o tema, e que tinha sobre o mesmo uma visão que mal ultrapassava aquela do senso comum. Tivera um interesse mais voltado para as Histórias em Quadrinhos uns anos antes; também tivera a oportunidade de trabalhar com a imprensa do século XIX, mas com publicações não satíricas e sem ilustrações. Caricaturas constituíam, portanto, uma novidade temática que trazia, além do encanto, um risco quanto ao resultado almejado.

Precisávamos de confiança mútua: do orientador em relação a uma capacidade invulgar de trabalho do orientando para realização da pesquisa proposta; e do orientando, na condição que deveria ter o docente em

¹ Professor Titular de História da UFRGS

relação àquela novidade tão inesperada. E assim começou uma relação entre ambos durante dois anos de Mestrado, prolongada por mais quatro anos de Doutorado, e que hoje é bem mais do que isto: tenho, mais que uma grande admiração pelo trabalho acadêmico de Aristeu, muito orgulho por ter feito parte desta formação. Claro, deriva daí uma amizade que paira acima de tudo. Desta forma, foi com felicidade que aceitei escrever algumas linhas prefaciando este livro, resultado direto daquela Dissertação de Mestrado que foi à luz em 2006. E parece que foi ontem!

Traços da Política: Imprensa Ilustrada em Pelotas no Século XIX. Como escreveu um ilustre pelotense, João Simões Lopes Neto: “Nome bem-posto”! Raras vezes um título tão sintético exprime com precisão o conteúdo de um texto, quem dera de um livro. E já na Introdução o autor nos apresenta um mundo rico, mais ainda pouco trilhado, da imprensa de Pelotas no Oitocentos. E ficamos sabendo que nesta estremadura do Império do Brasil existiram cento e dezesseis jornais, incluindo aqueles com edições regulares – diários, hebdomadários ou quinzenais – e aqueles de vida muito breve. Nos anos oitentas, a cidade contava com sete diários; dentre eles os três jornais humorísticos que foram objeto das investigações de Aristeu. Como era próprio desta imprensa, estes periódicos tinham estranhos nomes: *Cabrião*, *Zé Povinho* e *A Ventarola*! Em tempos diferentes e posturas diferentes: o primeiro de 1879 a 1881, o segundo em 1883, e o último de 1887 a 1889. O que o autor propõe é uma abordagem de como as ilustrações, desenhos e caricaturas foram usados para discutir a política do Império, apresentando-a ao povo pelotense, decerto distante da Corte, mas curioso dela e das implicações que trazia para a província sulina.

Derivam daqui discussões mais pontuais sobre a produção dos jornais, seus autores, os temas prediletos, as suas identificações com o campo político, com os

problemas cotidianos de Pelotas, as amizades e conflitos em que se envolviam. Neste sentido, o que Aristeu mostra no livro é como as caricaturas trataram da política do Império, já envolvidas numa conjuntura que apontava para algo difuso, que pode genericamente ser referido como modernidade. Assim, os ideais de um país livre, laico e republicano – oposto ao arcaísmo de uma monarquia escravista e profundamente ligada a uma Igreja Católica conservadora – não estavam desassociados dos problemas mais comezinhos que derivavam do cotidiano pelotense. Percebe-se ao longo do texto uma admirável dialética que conduz o leitor do texto impresso à História oitocentista, e dela ao texto que foi produzido: ou seja, o caricaturista, produto do mundo em que vive, representa este mundo. Os jornais informavam e por certo divertiam, cabendo ao historiador interpretar este processo.

O primeiro capítulo se intitula “Traços do Humor: a Imprensa Ilustrada em Pelotas”. Aqui são apresentados os três jornais objetos da pesquisa, assim como seus caricaturistas, trazendo as suas vinculações políticas. Os periódicos pelotenses guardavam semelhanças com aqueles de outras cidades da província, como Rio Grande e Porto Alegre. Seguiam em geral um padrão que era comum durante o Império, mormente na sua capital, Rio de Janeiro. Havia liberdade de imprensa que permitia uma linguagem algumas vezes além do coloquial e do satírico, com publicação de insultos e ataques pessoais. Esta condição o autor observa no subcapítulo “*Cabrion: a ‘guerra’ de Eduardo Guerra*”, destacando o uso que Guerra, um dos proprietários, fez do jornal. Críticas ácidas e caricaturas ferinas provocaram muitos desentendimentos entre os órgãos de imprensa da cidade nos anos em que circulou o *Cabrion* (1879-1981).

O segundo jornal humorístico a circular em Pelotas, foi tratado no subcapítulo “*Zé Povinho: passageiro, mas significativo*”. Aristeu destaca que, ao contrário do anterior,

este periódico evitou conflitos com outros órgãos de imprensa, e mesmo suas críticas sociais eram bem menos contundentes. O *Zé Povinho* circulou apenas em 1883. Neste sentido também atuou a redação de *A Ventarola*, o jornal que circulou de 1887 a 1889. O autor discute esta publicação no subcapítulo “*A Ventarola: o retorno de Eduardo Chapon*”.

Na última parte do capítulo, “Os periódicos e suas (não) posições políticas”, Aristeu salienta que o *Cabrión* foi de todos o mais satírico, enquanto o *Zé Povinho* o menos comprometido com críticas mais severas. Já *A Ventarola* sofreria as influências do acirramento político do final dos anos oitentas do XIX, quando progressivamente passa a criticar a monarquia e revelar tendências republicanas.

No segundo capítulo do livro, “Uma Outra ‘Princesa do Sul’: a Administração Pública na Mira da Imprensa Ilustrada”, o autor apresenta nos três jornais como as questões referentes à cidade de Pelotas, suas instituições e seus problemas cotidianos, eram apresentados e criticados. O destaque que era atribuído ao desenvolvimento urbano e cultural da cidade sulina, associado à sua inserção econômica, pretensamente um modelo europeu na província, não foi obstáculo às críticas que eram dirigidas às dificuldades enfrentadas no cotidiano. Aristeu salienta que a modernidade aparente não escondia as precárias condições e atribuições enfrentadas pela população. Isto foi sempre um mote para os caricaturistas, como o autor destaca nos subcapítulos “Câmara Municipal”, “A Praça Pedro II – Ruas – Doenças” e “Progresso – Serviços Urbanos”.

No terceiro capítulo, “Traços de um Labirinto: Representações do Cenário Político Imperial”, o autor retira o foco das questões municipais e apresenta ao leitor a visão dos grandes problemas do final do Império pela óptica da imprensa caricata que pesquisa. Neste sentido, os jornais pelotenses não divergiram dos periódicos de outros

cantos do país, e as principais questões políticas eram temas que circulavam amplamente. Aristeu usou com felicidade uma metáfora de *A Ventarola* que se referia ao “labirinto” da política, e tratou de apontar alguns eixos pelos quais a análise se torna mais clara. Os subcapítulos que se seguem correspondem aos tópicos que foram destacados pelo autor.

Em “Dom Pedro II, “Isabel, a Redentora” e o índio Brasil”, Aristeu chama a atenção primeiro para a figura do imperador, que não seria tão detratada como na imprensa da Corte. De toda sorte, as caricaturas o associavam à senectude do monarca, associada quase sempre a um grau maior ou menor de decrepitude. Entende-se que o envelhecimento do imperador representaria aquele do próprio Império.

Por outro lado, a Princesa Isabel foi alvo das sátiras durante sua regência, em que pese o destaque positivo que a mesma recebeu pela promulgação da Lei Áurea. O título de “Redentora” que lhe foi atribuído por José do Patrocínio, foi associado a qualidades femininas de filha, esposa e mãe. No entanto, o flanco aberto para as críticas também esteve ligado ao conservadorismo do Império, agora ligado ao fervor do catolicismo da regente. A Igreja Católica já era uma instituição bastante visada pela imprensa pelotense, que adotara cada vez mais posturas anticlericais.

Um dos pontos altos da análise de Aristeu diz respeito ao uso da imagem do índio como representação do Brasil. Neste sentido, assim como acontecia nos jornais do Rio de Janeiro, a imagem do índio assumia um papel: além de associar-se à “pureza” ou “inocência”, características há algum tempo presentes nas caricaturas do Oitocentos sobre o país, ela passou a representar também o próprio Império. A “inocência” aqui seria a incompreensão da sociedade, de quem estava “fora” dela e, portanto, inabilitado para tratar das questões políticas cada vez mais prementes. A

interpretação do autor vai aqui muito além da mera identificação nos jornais de Pelotas daqueles motes aparecidos na imprensa do Rio de Janeiro.

O subcapítulo “Decifrando o ‘labirinto’” trata de um tema mais concreto, mas não menos controverso: os políticos mais próximos do Imperador, os Presidentes do Conselho e os ministros, que compunham os Gabinetes do Império. As quedas e formação deles foram tratados com humor pelas publicações satíricas pelotenses, como na imprensa ilustrada de outras partes.

O tema mais candente do capítulo é “A escravidão e a Abolição da Escravatura” um assunto tratado com humor, que não impediu a forte denúncia de crimes cometidos contra os escravos. O subcapítulo foi dividido em três partes. Em “Uma vítima do ‘cancro social’: A morte do ‘infeliz Jeronymo’”, o *Cabרון* denuncia em 1881 o assassinato de um escravo, morto por açoites numa charqueada pelotense. A grande repercussão deste caso foi destacada com precisão pelo autor para evidenciar já no início da década a acirrada discussão que trazia a questão escravista. “Pórcia: a infeliz contratada” lida com denúncia semelhante, desta vez realizada em 1877, por *A Ventarola*. Analogamente, uma jovem ex-escrava negra que foi assassinada por estrangulamento, tendo uma ampla divulgação pela campanha do jornal.

A terceira parte, “*A Ventarola* e a Abolição da Escravatura”, mostra a ação do jornal desbordando da indignação pelo crime individual para a condenação da escravidão como instituição. Mesmo que o autor não tenha identificado em *A Ventarola* uma política abolicionista clara, as caricaturas e ilustrações eram dirigidas claramente aos senhores de escravos de Pelotas e de outras partes. Aristeu sinaliza que mesmo após a Abolição as críticas do jornal contra o Império persistiram: a monarquia e a religião católica ficariam atados como representações do atraso; mesmo que a escravidão tivesse sido abolida, permaneceu

com sua imagem ligada ao Império, que já era contrastado com os benefícios que seriam augurados pela adoção do regime republicano.

Devido à grande circulação na imprensa da questão republicana, a ela Aristeu dedicou o último capítulo do livro, que se intitula “Traços da República: a Propaganda Republicana e as Representações da Proclamação em Pelotas” Este capítulo foi dividido em três partes. O subcapítulo “ A simbologia republicana”, lida com as imagens que os republicanos brasileiros trouxeram da França pós-revolucionária, que era o modelo que apontava os rumos que deveriam ser adotados no país. Neste sentido, o autor mostra que a imprensa pelotense não diferiu dos jornais ilustrados doutros lugares, especialmente aqui os jornais do Rio de Janeiro. A principal figura é a alegoria feminina da República, portadora do barrete frígio, símbolo da liberdade adotado pelos radicais da Revolução Francesa, inspirados pelos libertos de Roma Antiga. No tratamento das questões relativas à propaganda republicana, a representação feminina foi muito enfática. Após a Proclamação, Aristeu salienta que a nova bandeira do Brasil apareceu com destaque em *A Ventarola*; o novo regime era legitimado pela sua bandeira, erigida como uma nova representação republicana. Esta bandeira – adotada depois de um modelo que imitava aquela dos Estados Unidos da América – trazia uma forte marca positivista, mas guardava uma grande semelhança com o pendão imperial.

“Atividades republicanas” é um subcapítulo mais descritivo, mas que não perde importância, visto que apresenta um leque mais variado nas interpretações veiculadas pelos jornais humorísticos de Pelotas. Nos tempos do *Cabron*, o jornal satirizava as tentativas de organização dos republicanos pelotenses, marcadas por tubeios e fracassos, tratados rotundamente como “Fiascos”. O autor chama a atenção para a mudança que se processou no final dos anos oitentas, com uma postura de

A Ventarola que já havia sido salientada anteriormente. Esta simpatia progressiva pelos valores republicanos seria mais evidente após sua instalação no Brasil.

O capítulo se completa com “A Proclamação da República nas páginas do periódico *A Ventarola*”. Aqui Aristeu observa que o jornal, após a Proclamação, usou ostensivamente os símbolos republicanos que tinham sido empregados durante a fase de propaganda. Acompanhando o desenrolar do processo político no centro do país que levou à República, o jornal pelotense deu especial atenção às ilustrações e caricaturas. Havia uma expectativa muito grande em *A Ventarola* sobre próximas mudanças que ocorreriam com a Proclamação.

Nas Considerações Finais, Aristeu retoma os principais tópicos levantados ao longo de todo o trabalho, resumindo os resultados de sua aprofundada investigação nos periódicos ilustrados pelotenses, apresentando-os em seu conjunto como conclusão desta longa trajetória. Prefiro aqui usar as palavras do próprio autor:

“Nesse sentido, as imagens não foram consideradas apenas uma ilustração do passado ou sendo somente empregadas para elucidar o que o texto mostra. Seja através das relações entre o humor e a cobrança por melhorias urbanas (capítulo 2) ou daquelas feitas para noticiar ao leitor a instabilidade no poder entre os partidos monárquicos e denunciar as mazelas da sociedade escravista (capítulo 3) ou ainda nas aproximações entre o humor e as alegorias e símbolos dos republicanos (capítulo 4) elas são avaliadas como produções artísticas que, além de evidenciar o talento do artista, exprimem o tempo próprio do acontecido. Tomados dessa forma, os periódicos ilustrados e humorísticos pelotenses são fontes relevantes à análise da história política imperial em seus anos finais.”

Resta informar que o trabalho se fundamenta em Fontes Primárias muito profusas, que enchem três páginas referenciando documentos, muito além do exame de todos

os números encontrados dos três periódicos investigados. A Bibliografia também é muito consistente, constando de mais de noventa referências.

O que resta acrescentar a esta digressão sobre o novo livro que é lançado a público? Primeiramente, que ele chega com atraso, pois já poderia estar iluminando muitos pesquisadores que trafegam por sendas similares. Segundo, que mostra a coragem daqueles que preferem sair das investigações mais convencionais, trabalhando naquele “fio de navalha” entre a História e outras “irmãs”, como as Artes Gráficas e a Imprensa; tem o ônus das dificuldades em lidar com outros pressupostos empíricos e teóricos, mas a gratificação de alcançar uma produção original e atrativa. E por terceiro, o impressionante rigor de um pesquisador obstinado pelas Fontes, sem esquecer a sofisticação científica de um texto com sólidas bases conceituais.

Sou um suspeito nesta avaliação? Sim... e também não! Paradoxo? Duvido. Claro, orientei a realização do trabalho. Mas a Dissertação e este livro que é seu sucedâneo são crias/criações de Aristeu, que se constituiu numa autoridade nacional e internacional sobre esta modalidade. Depois veio o Doutorado, mas isto é outra história. A História com “agá” maiúsculo está impregnada neste historiador que já foi longe, e que irá ainda mais longe!

Longa vida Aristeu!

Porto Alegre, em 9 de dezembro de 2016.

INTRODUÇÃO

A cidade de Pelotas, localizada no extremo sul do Brasil, se destacou no século XIX pelo seu desenvolvimento econômico, proporcionado pelo sistema escravista implantado nas charqueadas. Nos anos 1830, o charque se tornou o principal item de exportação da Província do Rio Grande do Sul, tendo Pelotas como o maior pólo produtor. Dessa forma, a pujança econômica possibilitou também um amplo desenvolvimento cultural e urbanístico, o que favoreceu as sociabilidades e as atividades de lazer, fazendo com que a vida social se intensificasse, sobretudo a partir da segunda metade daquele século. Ao longo do século XIX, a provinciana Pelotas foi conquistando um *status* de “cidade grande”. Conde D’Eu, quando a visitou em 1865, deixou registradas em suas memórias as vantagens de Pelotas em relação a Porto Alegre, lamentando não ser ela a capital da Província (CONDE D’EU, 1936, p.214).¹

A prosperidade da imprensa em Pelotas deve ser incluída como uma das atividades culturais oriundas desse desenvolvimento. O aumento da população urbana dotou a cidade de um público leitor, para o qual o livro e o jornal eram os principais atrativos². O jornalismo obteve um desenvolvimento significativo, contabilizando, ao encerrar do século XIX, 116 jornais, tendo alguns vida efêmera, outros apenas edição especial, contudo, vários com

¹ Sobre a história de Pelotas, ver, entre outros: (CARDOSO, 1962), (GUTIERREZ, 1993), (MAGALHÃES, 1993), (ARRIADA, 1994), (ANJOS, 2000), (SANTOS, 2002), (LONER, 2002b).

² Os jornais do século XIX traziam anúncios das duas principais livrarias: Americana e Universal, as quais ofereciam aos leitores uma gama variada de obras da literatura nacional e internacional, além de serem distribuidoras de vários periódicos e jornais publicados em outras cidades.

circulação regular quinzenal, semanal ou diária por muitos anos³.

O ápice ocorreu nos anos 1880, com a circulação de sete jornais diários: *Correio Mercantil* (1875-1932), *A Nação* (1882-1886), *Rio Grandense* (1885-1888), *A Pátria* (1887-1891), *A Discussão* (1881-1887), *Onze de Junho* (1881-1889) e *Diário de Pelotas* (1876-1889) (GARCIA; LONER, 2000, p.134-139). Concomitante a eles, circularam três periódicos que se apresentavam como humorísticos e ilustrados: *Cabrion*, publicado entre os anos de 1879 e 1881; *Zé Povinho* que circulou nos primeiros seis meses de 1883 e *A Ventarola* fundada em 1887 e mantida até 1889⁴. Estes, da mesma forma que os jornais diários, desempenhavam um papel importante na sociedade pelotense como veículos de comunicação, embora as notícias fossem dadas de uma forma peculiar.

A proposta deste livro é analisar esses jornais ilustrados a partir da seguinte pergunta: Como os desenhos humorísticos e ilustrações foram usados para abordar e discutir o mundo político imperial? A partir deste objetivo principal foram elaboradas outras questões: Qual o comportamento desses periódicos que consideravam tudo e todos passíveis às suas sátiras, críticas e opiniões perante a política do seu tempo? Quem eram os caricaturistas e colaboradores que atuavam nesses jornais? Quais as posições defendidas ou combatidas por eles e a partir daí qual o procedimento com os colegas da imprensa diária? Quais as considerações dispensadas à administração da

³ Conforme listagem organizada por Alferes Tancredo de Mello, publicada no jornal *O Pensamento* em 07 de novembro de 1901. Na ocasião era comemorado o Cinquentenário da imprensa pelotense.

⁴ OS periódicos pesquisados totalizam aproximadamente 300 números e pertencem ao os acervos da Biblioteca Pública Pelotense e na Biblioteca Rio-Grandense. Em ambas coleções faltam alguns números, mas ao cruzá-las elas se completam.

cidade? Como a política nacional era abordada? Como a questão republicana foi tratada por eles?

A proposta desenvolvida não constitui uma abordagem direcionada a história política tradicional, a qual sofreu um declínio significativo, sobretudo, após a fundação da Revista *Annales* em 1929 (FERREIRA, 1992, p.265)⁵. A ideia é analisar as sátiras e as críticas que os jornais humorísticos direcionaram aos partidos, aos políticos e aos representantes da Monarquia e qual o direcionamento tomado diante da questão republicana. Estes elementos compõem o mundo político dos caricaturistas, entendendo-o como o lugar onde se articulam o real e sua representação (ROSANVALLON, 1995, p.12). Ao lado disso, o mundo político pode ser averiguado com outra questão no qual ele está comportado: a modernidade.

Os jornalistas apresentavam em suas páginas de humor uma outra cidade, isto é, uma cidade moderna, livre das reminiscências de um passado retrógrado e com aspirações progressistas, como a iluminação elétrica, os esgotos e a limpeza urbana. Contudo, os problemas advindos com tal modernização não passaram despercebidos pelos caricaturistas. Eles apresentavam também um país moderno: livre do monarquismo, do clericalismo e da escravidão considerados os causadores do retrocesso da nação.

O Brasil somente se tornaria um país do progresso se suas pretensões republicanas e laicas fossem levadas a diante e implantadas. O mundo político é percebido como o lugar onde essas questões eram tomadas pelos caricaturistas como uma fonte de inspiração às suas produções artísticas, evidenciando que a política do tempo

⁵ Para Francisco Falcon a história política não é mais centrada num “empirismo positivista e [numa] forma narrativa tradicional do discurso histórico político”. (FALCON, 1997, p. 79).

era noticiada, discutida, satirizada e tomada como um elemento que necessitava ser transformado para que o Brasil alcançasse a modernidade. Para reforçar essa perspectiva eram transmitidas aos leitores as mazelas do sistema político imperial num momento marcado por crises e pelo crescimento da campanha republicana.

O humor dos periódicos, que também são veículos de informação, pode ser considerado como um dos “sinais” da modernidade devido ao “seu caráter de impacto, condensação de formas, ilustração do cotidiano e agilidade na comunicação, apresenta-se como uma linguagem amplamente identificada com as demandas da modernidade” (VELLOSO, 1996, p.41). A análise do humor presente nos jornais de Pelotas, embora tenham circulado décadas antes daqueles estudados por Mônica Velloso, também pode ser investigada a partir dessa constatação uma vez que a produção dos jornais, ao abordar as questões políticas como a falta de cuidados da administração com a cidade ou então a situação periclitante da escravidão, repassavam aos leitores uma visão cotidiana, marcada por um modernismo que se quer alcançar e apontando também para a sátira traduzida no apelo visual esboçado nas ilustrações e desenhos humorísticos.

Dessa forma, entende-se que o mundo político do século XIX expressado nas imagens de humor veiculadas na imprensa pelotense deve ser tomado valorizando as questões referentes a modernidade que perpassaram a produção artística dos caricaturistas. Assim, o político não é um setor que necessita ser averiguado isolado, mas, pelo contrário, ele é “uma modalidade de prática social” (REMOND, 2003, p.35-36) que possui relações com outros domínios como, no caso estudado, a modernidade.

As relações entre a política e o humor já foram investigadas por outros pesquisadores. Isabel Lustosa (1989, p.53-64), (1998, p.169-195) e (2003, p.287-312) analisou em seus textos as imagens dos presidentes da

República que foram veiculadas nos periódicos fluminenses no período entre a Proclamação e os anos 1930. Ao longo de seus trabalhos, a autora demonstrou que a política foi um componente significativo e inspirador à criação artística dos caricaturistas. Duas considerações apontadas por Lustosa foram consideradas importantes também ao trabalho deste livro. A primeira refere-se ao caráter pedagógico das imagens que tornava familiares rostos e atitudes de políticos possibilitando aos menos cultos acompanhar através das imagens o desenrolar da vida política. A outra consideração trata que o caricaturista ao produzir suas imagens compõe a personalidade do jornal e firma uma posição diante das questões políticas (LUSTOSA, 2003, p.293-310).

A caricatura pode ser interpretada como uma fonte importante à compreensão histórica: “Por meio das charges, caricaturas e escritos satíricos, pode-se atingir novas formas de expressão, percepção e comportamento de uma determinada época” (VELLOSO, 1996, p.90). As caricaturas que compõem o conjunto das ilustrações dos periódicos pelotenses são consideradas como representativas de um determinado momento histórico e é através delas que se pretende averiguar o comportamento dos caricaturistas em relação ao cenário político brasileiro na última década do Brasil Imperial; seu estudo pode ser “situado junto à discussão do artístico e do ideológico, apontando para suas articulações com outros níveis da vida social” (SILVA, 1990, p.10).

Além da caricatura, a imprensa como fonte também deve ser valorizada. Ela é tomada, conforme salienta Maria Helena Capelato, não como um espelho da realidade, mas

[...] como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento

pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas (CAPELATO, 1988, p.24).

No entanto, isso não significa que o historiador tentará trazer uma cópia ou um reflexo do real, pois “o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural” (GINSBURG, 1990, p.157), mas sim utilizar as informações obtidas nas caricaturas como indícios, detalhes que permitem interpretar os comportamentos de outro tempo. O que importa na tarefa do historiador que utiliza jornais como fonte é “desmistificar o seu significado aparente, explicitando que sua roupagem resulta de uma construção” (CAPELATO, 1988, p.24), ou seja, é necessário interpretar também o que está nas entrelinhas. As considerações apontadas por Maria Helena Capelato são valiosas, pois apontam como o historiador deve se colocar diante da fonte-jornal e como os questionamentos devem ser direcionados a ela.

A caricatura é uma expressão artística, que utiliza aspectos do humor para divertir e informar o seu receptor, acentuando desproporcionalmente os defeitos da pessoa retratada ou satirizando um acontecimento. O caricaturista trabalha, geralmente, com o rosto da pessoa, “aumentando” certos traços físicos, os quais poderiam ter passado despercebidos pelo receptor. Por mais regular que seja uma fisionomia ou por mais que se pareçam harmoniosas suas linhas, ela nunca se encontra em perfeito equilíbrio. A arte do caricaturista, então, consiste em apreender estas falhas e torná-las visíveis: “[...] sua arte tem algo de diabólico, levanta o demônio que o anjo havia prostrado na terra” (BERGSON, 1953, p.28). Outras vezes, são as distorções que permitem identificar o retratado, associadas a outros

critérios, como o papel desempenhado na sociedade pelo caricaturado.

A palavra caricatura vem do verbo italiano *caricare*, que significa carregar, exagerar, ampliar ou acentuar certos aspectos do retratado e também pode ter sido influenciada pela palavra *carattere* (caráter, em italiano) ou ainda de *cara* (rosto em espanhol). Teve sua origem na Itália no século XVI, atribuída aos irmãos Annibale e Agostino Carracci, fundadores de uma academia na cidade de Bolonha em 1585, reunindo artistas influenciados pelo ideal de beleza do Barroco (FONSECA, 1999, p.49-50) (BELLUZZO, 1992, p.12).

Herman Lima destaca que a caricatura moderna nem sempre provoca o riso; para ele a finalidade dela é caracterizar, o que exige um poder de síntese, “[...] seja pessoal, seja social ou política, a fixação do traço definidor dum caráter ou duma situação, de par com a acuidade de observação, e a apreensão de certos índices, pessoais ou coletivos, reveladores do *pathos* individual ou das massas” (LIMA, 1963, p.29). No entanto, mesmo que o emprego moderno da caricatura seja para a caracterização, na maioria dos casos ela se detém, como salientado anteriormente, num defeito do caricaturado, dessa forma pode provocar o riso, pois são elaboradas a partir de uma comparação entre o referente ou característica (real ou imaginário) e a representação caricata. Assim sendo, a história da caricatura deve ser tomada concomitante à história do riso, compreendendo, como assegura Michel Ragon (1992, p.10), que as causas que o provocaram (e em alguns casos ainda podem provocar) variam de uma época para outra, ou seja, aquilo que despertou o riso no passado pode chegar no presente sem o mesmo efeito.

O estudo do riso, por sua vez, pode ser tomado a partir das representações, as quais trazem uma série de comportamentos e padrões sócio-culturais significativos de um determinado tempo. Dessa forma, segundo José Rivair

de Macedo: “[...] o estudo da história do riso, ligado ao campo das manifestações de sensibilidade coletiva, não deve estar desvinculado das realidades sociais subjacentes à criação cultural. O problema, em nosso entender, não é só o riso em si, mas o que ele pode revelar ou ocultar” (MACEDO, 2000, p.23).

O riso, portanto, adquire uma função social, na medida em que "aquilo de que se ri é aquilo de que é preciso rir para estabelecer o vivo na sociedade" (ALBERTI, 1999, p.185). Assim, toda a *rigidez* do corpo, do espírito e do caráter se torna suspeita para a sociedade por ser entendida como uma atividade que se isola do centro comum, em torno do qual ela gravita. A resposta dada para essa rigidez é o riso, o qual corresponde a um *gesto social*: "Esta rigidez constitui o cômico e o riso o seu castigo" (BERGSON, 1953, p.23-24).

Dessa forma, o que se pretende neste trabalho é tomar o cômico dos desenhos como possuidor de uma função social. As ilustrações veiculadas nas páginas da imprensa pelotense, além da sátira presente nos seus desenhos, também foram concebidas com a finalidade de informar o leitor, entre outros aspectos, sobre as atividades políticas, ou seja, as mensagens passadas possuíam, concomitantemente, um tom humorístico e de seriedade, constituindo assim sua função social de divertir e informar o leitor. Cabe destacar que as imagens que serão analisadas, em alguns casos não caracterizam uma caricatura nos moldes que a caracterizam na atualidade, mas trata-se de um desenho humorístico que satiriza uma pessoa ou um acontecimento. No entanto, eles provocavam o mesmo efeito produzido pela caricatura, qual seja, despertar o riso naquele que aprecia.

As percepções sobre a caricatura e o riso são importantes para compreender a produção das imagens veiculadas pela imprensa ilustrada pelotense. Também importante é a compreensão de que essas imagens não

devem ser consideradas como “um reflexo da realidade social” e nem como um “[...] sistema de signos sem relação com a realidade social”, mas como testemunhas, “pelas quais indivíduos ou grupos vêem o mundo social, incluindo o mundo de sua imaginação” (BURKE, 2004, p.232). Roger Chartier é um dos autores que contribuem para essa discussão ao enfatizar que é através das representações que os “indivíduos e os grupos dão sentido ao seu mundo” (CHARTIER, 2002, p.66).

A noção de representação (CHARTIER, 1990) (CHARTIER, 2002) pode ser aplicada no estudo das imagens e textos dos periódicos uma vez que a fonte não apresenta o passado tal como ele ocorreu como se fosse um reflexo ou uma cópia do real; É possível afirmar que a análise da imprensa ilustrada permite interpretar como a realidade social foi construída e transmitida através de uma visão de mundo, ou seja, demonstram como aquele pequeno grupo de homens via, entre outros aspectos, as atividades políticas na última década do Brasil monárquico e como elas eram comunicadas aos leitores, de acordo com suas intenções, posições e interesses (político-partidárias, ideológicos ou ainda, particulares): “ao registrar o momento histórico, o fato político significativo do dia, compõe, de certa maneira, um aspecto da personalidade de seu jornal, identifica uma tendência, firma uma posição” (LUSTOSA, 2003, p.310).

É relevante à análise das ilustrações e dos textos veiculados nos periódicos, portanto, a compreensão sobre quem produziu as imagens, qual o conteúdo delas e para qual fim foram produzidas, pois, conforme atesta Peter Burke “[...] as imagens são testemunhas dos arranjos sociais passados e acima de tudo das maneiras de ver e pensar o passado” (BURKE, 2004, p.234).

No **primeiro capítulo** apresento a imprensa ilustrada pelotense: seus caricaturistas e colaboradores e

suas posições políticas. Embora a proposta da dissertação seja averiguar as representações relacionadas à questão política, considere importante apresentar os periódicos e seus responsáveis, uma vez que o trabalho ficaria incompleto se eles fossem desprezados.

Analisou a produção artística relacionada à administração pública da cidade de Pelotas no **segundo capítulo**. Abordo as críticas dirigidas à Câmara Municipal e questões relacionadas ao cuidado com a cidade, como a limpeza das ruas, serviços urbanos, doenças e o almejado progresso.

O **terceiro capítulo** destina-se à parte concernente à política nacional. Neste trabalho com as questões relacionadas à crise do sistema imperial: imagens de Dom Pedro II e da Princesa Isabel envolvidas com o anticlericalismo. Outra parte dirige-se aos Conselhos de Ministros e aos seus presidentes. Outros temas abordados neste capítulo foram a Abolição da Escravatura e as repercussões na cidade.

Às questões referentes à campanha republicana dediquei o **quarto** e último **capítulo**. Assim procedi devido à grande circulação desse assunto nos jornais, sobretudo em *A Ventarola*. Dividi este capítulo em três vertentes: a simbologia republicana; as atividades republicanas desenvolvidas durante a propaganda e a recepção da Proclamação da República em *A Ventarola*.

CAPÍTULO 1

TRAÇOS DO HUMOR: A IMPREENSA ILUSTRADA EM PELOTAS

Os periódicos e seus jornalistas

Os três periódicos pesquisados – *Cabrion* (1879-1881), *Zé Povinho* (1883) e *A Ventarola* (1887-1889) – foram publicados em pequeno formato (22 x 32cm), com circulação semanal e compostos por oito páginas. A técnica utilizada à realização das ilustrações era a litografia⁶. Eles apresentavam, na primeira página, um cabeçalho bem trabalhado e a figura de alguém de destaque para aquela edição. O recurso era uma forma de homenagear uma pessoa, que poderia ser um comerciante, fazendeiro ou

⁶ “A litografia baseia-se na repulsão que a água tem pela gordura e vice-versa. Numa pedra calcárea, o desenho é feito por lápis gorduroso (o chamado *crayon litográfico*) ou tinta, também gordurosa, aplicada a pincel ou caneta. Uma solução ácida fixa a gordura à pedra. A impressão é planográfica, realizada numa prensa litográfica que, assim como a prensa calcográfica, se compõe de uma ‘cama’ com movimentos de vai-e-vem, onde se coloca a pedra. Sobre a pedra entintada é colocado o papel, bem liso, a receber a impressão e, por cima, um cartão de proteção. Antes de se proceder à entintagem, a pedra é molhada. A parte sem gordura absorve a água, ficando úmida, enquanto a parte engordurada repele-a. Nas áreas da pedra sem desenho, que permanecem úmidas, a tinta é recusada. Embora as litografias sejam facilmente reconhecidas pela granulação característica – efeito causado pelo lápis desenhado sobre a pedra – é possível também imprimir chapadas, em traços ou planos, bastando para isso aplicar a tinta sobre a pedra, com pincel ou caneta, para obstruir completamente os orifícios da mesma. Já o *crayon*, dependendo da força com que é usado, penetrará mais ou menos na granulação da pedra, de forma que, ao se fazer a impressão, esta fica visível” (ANDRADE, 2004, p.84).

poeta, bem como atores, políticos, músicos, com inserção local ou nacional. Outro artifício empregado na primeira página foi as homenagens póstumas, sobressaindo-se o periódico *Zé Povinho*, que dos dezesseis números ilustrados, 12 contiveram uma homenagem na primeira página, sendo 6 póstumas.

Embora os retratos representem a maioria das primeiras páginas, os periódicos também a usavam para dar ênfase a determinado assunto criticando-o, assim como o descaso da administração pública para com a cidade e questões relacionadas à política.

A segunda e terceira páginas eram preenchidas com o editorial, as notícias da semana sobre a cidade, ou de Rio Grande, via correspondente, notícias do resto do Império e, às vezes, eventos internacionais. Os artigos, as crônicas e as cartas também apareciam nessas páginas, geralmente se estendendo até a sexta e a sétima páginas, as quais concentravam a parte literária do jornal. Publicavam-se contos, poesias, romances, sonetos, charadas, piadas e logogrifos. Entre os autores publicados, havia literatos conhecidos, como o português Guerra Junqueiro. Também, vários colaboradores locais, entre os quais se destacavam Francisco Lobo da Costa e Bernardo Taveira Junior. Ao lado desses, outros provenientes de camadas mais populares, trabalhadores especializados que se dedicavam à literatura em suas horas vagas, como Julio Soeiro e Carlos Bandeira Renault (LONER, 2002c, p.04).

A grande maioria dos editoriais e artigos não apresentava o autor ou então vinham assinados por pseudônimos, alguns relativos ao nome do jornal: Ventaroleiro, Cabrion e Zé Povinho ou somente Zé; outros criativos: Hanyang-Tching, Flick, Marylandico, Ptplet, Bébé, Ket, Simplicio, João Risota e Le Petit; ainda, alguns com nomes de pessoas conhecidas e que não eram os verdadeiros autores: Machiavel, Sophocles, Molière, Voltaire e Salomão. A hipótese mais provável sobre a

autoria desse material escrito é a de que além dos proprietários-responsáveis (Eduardo Guerra, Francisco Rodrigues Noronha e Eduardo Chapon) uma parte era escrita pelos próprios literatos. Essa condição foi verificada n' *A Ventarola* em 1889, que, por alguns meses, teve como redator o poeta Francisco de Paula Pires.

Já as ilustrações ocupavam metade do jornal; eram destinadas a elas a quarta, quinta e oitava páginas. Luiz Teixeira destaca que as charges dos periódicos fluminenses na Monarquia se notabilizaram pelo “engajamento político, pluralidade de quadros e abundância de textos”, marcada pela quadrinização “sincronizada no tempo e ordenada no espaço” (TEIXEIRA, 2001, p.17). Concepção semelhante foi averiguada na imprensa ilustrada pelotense, que utilizava esse recurso para noticiar com uma ótica diferenciada da imprensa diária. Muitos dos assuntos eram abordados numa espécie de “história em quadrinhos”, ou seja, a temática era apresentada em quadros preenchidos por ilustrações acompanhadas de legendas.

Outra característica destes periódicos foi a utilização de um personagem que representava o jornal, participando nos mais variados assuntos e opinando sobre eles. O uso de personagens-símbolos revela outra influência dos periódicos do Rio de Janeiro, que, por sua vez, se inspiraram nos personagens criados pelas revistas francesas. Na *Lanterna Mágica*, Porto Alegre criou Laverno e Belchior, dois personagens que satirizavam a cidade e seus habitantes; eles foram cópias da dupla *Robert Macaire* e *Bertrand* criada pelo caricaturista francês Honoré Daumier (TEIXEIRA, 2001, p.09).

Outro personagem foi o Dr. Semana, sempre acompanhado do moleque escravo, criado por Henrique Fleiuss na *Semana Ilustrada*; ele é descrito por André Toral como “um solteirão que morava com um casal de jovens escravos, sendo o principal o ‘moleque’” (TORAL, 2001, p.63-64). No caso pelotense, tanto o *Cabrion* como o *Zé*

Povinbo, emprestavam seu nome ao personagem, já *A Ventarola* apresentava o Ventaroleiro. Geralmente era um menino carregando o porta-*crayon* (lápis gorduroso) – um dos seus instrumentos de trabalho – e às vezes, caracterizado ou fantasiado com o tema sobre o qual opinava, ou ainda aparecia conversando com as pessoas retratadas nos desenhos.

Os jornais de Pelotas se assemelham com outros que circularam no Brasil no século XIX. Na Província do Rio Grande do Sul a capital Porto Alegre também contou com uma participação expressiva de periódicos ilustrados, entre os quais se destacam *O Século*, *Guarani* e *Sentinela do Sul* (PESAVENTO, 1993) (ZUBARAN, 2000). A cidade de Rio Grande igualmente teve uma imprensa ilustrada que se destacou (ALVES, 1999). Enquanto a Corte, no Rio de Janeiro, foi o local com maior produção de periódicos ilustrados (LIMA, 1963) (LEMOS, 2001). Um ponto que caracterizou todos esses jornais o melhoramento das técnicas de impressão:

O século XIX foi aquele que viu nascer as revistas humorísticas, estimuladas pelos avanços nas técnicas de impressão e reprodução que possibilitaram o aumento das tiragens e o conseqüente aumento do público leitor. Esta associação entre humor e imprensa, especialmente destacada nos países europeus, também ocorreu nos principais centros urbanos brasileiros, embora tenha sido um pouco mais tardia, já que os processos de modernização da imprensa no Brasil foram lentos e concentraram-se nas três últimas décadas do século XIX (SALIBA, 2002, p.38).

Nos tópicos seguintes e nos demais capítulos será analisado um conjunto de ilustrações dos periódicos pelotenses, os quais exemplificam que a modernização da

imprensa no Brasil não ficou restrita aos grandes centros, mas também ocorreu em Pelotas.

Cabrion: a “guerra” de Eduardo Guerra

O *Cabrion* se apresentava como “folha ilustrada”, que “trata de assuntos políticos e sociais”. O nome do periódico foi uma adaptação de um dos personagens do romance *Mistérios de Paris* de Eugène Sue. No enredo, Cabrion era um pintor travesso que perturbava o personagem Pipelet. Publicado originalmente no *Journal des Debats* entre junho de 1842 e outubro de 1843, o romance recebeu grande notoriedade não só na França, como em outros países. No Brasil foi publicado no folhetim do *Jornal do Comércio* a partir de 1º de setembro de 1844 (BALABAN, 2005, p.99). Antes da publicação do periódico pelotense, em São Paulo, Agostini adaptou o mesmo nome para o seu segundo periódico, *Cabrião*. O título do periódico pelotense pode ter tido duas influências. A primeira refere-se ao periódico de Angelo Agostini que, apesar de ter uma vida efêmera, tornou-se conhecido na época e, possivelmente, sua “fama” chegou a Pelotas. Esperando obter o mesmo sucesso daquele, os caricaturistas pelotenses resolveram dar ao seu periódico o mesmo nome. Por outro lado, o romance de Eugène Sue que provavelmente era conhecido e, além disso, um dos proprietários do jornal era imigrante francês. A adaptação de nomes de romances ou de publicações européias era comum na época, conforme aponta Ana Martins para alguns periódicos de São Paulo e Rio de Janeiro. Além do *Cabrião*, a autora assinala que o *Diabo Coxo* foi adaptado do romance de Lesage, *Le Diable Boiteux* e a *Revista Illustrada* inspirou-se na *Illustration Française*, ambos de Paris (MARTINS, 2001, p.78).

O *Cabrion* era propriedade da Sociedade Guerra & Chapon, que reunia o francês Eduardo Chapon e o português Eduardo de Araújo Guerra sócios na oficina

litográfica, a qual também sediava a redação. Localizou-se primeiro à Rua São Miguel n° 87 e depois se transferiu para a Rua do Imperador, n° 127 e mais tarde para a Rua General Neto na quadra entre as ruas São Miguel e General Vitorino. A impressão era realizada pela tipografia do *Jornal do Comércio*. A parte ilustrada era produzida sob a responsabilidade artística de Eduardo de Araújo Guerra, desenhista e responsável pela direção literária. Eduardo Chapon, além do seu trabalho de litógrafo, exercia a administração do periódico (FERREIRA, 1964, p.200). A redação ficou a cargo de Colimério Leite, pelo menos, entre setembro e dezembro de 1879; após a saída dele, conforme aviso, a redação foi assumida por “outro cavalheiro não menos habilitado” (*Cabron*, 21/12/1879)⁷.

Na edição de 25 de julho de 1880 era anunciada a dissolução amigável da sociedade, ficando o ativo e o passivo da oficina sob a responsabilidade de Chapon. No mesmo número, Guerra divulgava sua transferência para Porto Alegre, onde continuaria com a publicação do *Cabron*. No entanto, a folha permaneceria sendo distribuída regularmente em Pelotas sob o comando de Chapon (*Cabron*, 25/07/1880). Isso não se concretizou e a publicação do jornal continuou em Pelotas. Conforme Athos Damasceno Ferreira tratou-se apenas de um pretexto encontrado por eles para comunicar a dissolução da empresa, pois somente em setembro de 1881, Eduardo Guerra se mudaria para Porto Alegre a convite de Miguel de Werna, encerrando a publicação do *Cabron* (FERREIRA, 1971, p.326)⁸. Logo após a declaração iniciou

⁷ A grafia das citações dos periódicos foi atualizada.

⁸ Athos Damasceno Ferreira não indicou a fonte que apresenta a informação de que o *Cabron* findou sua circulação em setembro de 1881. Portanto, optou-se por considerar o mês de junho de 1881 como o mês de encerramento do periódico, visto que o último número encontrado data de 24 de junho de 1881. O mesmo ocorre com *A*

a veiculação de uma propaganda da Litografia Parisiense, propriedade de Eduardo Chapon. Embora não constasse a referência do estabelecimento no qual as ilustrações do *Cabrimon* passaram a ser concebidas após o fim da sociedade, provavelmente elas continuaram a ser desenvolvidas na oficina litográfica de Chapon. Contudo, essa era apenas uma das atividades desenvolvidas pela litografia, sendo somente responsabilidade de Guerra a veiculação das imagens.

Eduardo Guerra fez do jornal uma ferramenta para criticar intensamente a sociedade da época e tornou-se odiado na cidade por suas caricaturas audaciosas, que envolviam pessoas importantes da sociedade: “[...] não raro, o caricaturista cometia graves indiscrições. Pondo o olho em buracos de fechadura, enfiando o nariz em frestas de portas, colando a orelha em tabiques de alcova, frequentemente vinha cá fora propalar o que vira, farejara e escutara...” (FERREIRA, 1964, p.203). Além das críticas sociais, envolveu-se em graves desentendimentos com outros jornalistas, promovendo pelas páginas do *Cabrimon* uma “guerra” contra seus adversários. As principais discórdias foram com a redação do *Marui*, publicado na vizinha cidade de Rio Grande, especialmente com o caricaturista e proprietário Henrique Marcos Gonzáles e o redator Silvino Vidal e com Antonio Joaquim Dias proprietário do jornal diário pelotense *Correio Mercantil*.

O periódico *Marui* iniciou sua circulação em janeiro de 1880 e, certamente, tornou-se um concorrente do *Cabrimon*, que, apesar de publicado em Pelotas, também era distribuído em Rio Grande. Isso foi verificado num editorial do *Cabrimon* que noticiou a declaração do correspondente em Pelotas da folha adversária, afirmando não querer entrar em concorrência com o colega. A

Venturolo, conforme o autor ela encerrou em janeiro de 1890, no entanto o último número encontrado data de 29 de dezembro de 1889.

redação do jornal pelotense, por sua vez, declarou que, de fato, não era possível, pois “[...] não temos aspirações a *publicista* ou *folhetinista*, nem tão pouco andamos pelas esquinas *inculcando* mérito que não possuímos”⁹ (*Cabרון*, 15/02/1880). Assim sendo, o periódico aceitou a declaração do “*talentossíssimo*” e “*inteligentíssimo*” correspondente.

As agressões realizadas por meio de textos e caricaturas eram respondidas pelo jornal adversário que fazia novas provocações: “Olhem lá a piada que ele soltou-nos no número passado. Leiam o que nós escrevemos e o que ele respondeu, tirem os 9, 9, 9 fóra (sic) e refiram-nos quem tem razão” (*Maruí*, 09/05/1880). No entanto, as discórdias deixaram a “virtualidade” e saíram das páginas dos periódicos e tornaram-se agressões reais: “Do Rio Grande participaram-nos que na noite de domingo passado, no mercado, houve uma *copiosa chuva* de chicote, sendo o *pelego* do Gonzalez Maruí o *pote* destinado a apanhá-la” (*Cabרון*, 22/02/1880). Não tardou muito para que o mesmo ocorresse com o caricaturista pelotense; num artigo intitulado Covarde agressão, Eduardo Guerra relatava o atentado que sofreu:

Na noite de terça-feira, 2 do corrente pelas 8 horas, ao passar pela rua Andrade Neves, (...) fui traiçoeiramente acometido por um indivíduo desconhecido que, encostando a mim o cavalo em que montava, o qual apenas levemente tocou-me no ombro; sem dúvida, porém, covarde como aqueles que o mandaram, deitou logo a fugir ao ver que não me encontrara desprevenido. Quanto aos miseráveis que tão vilmente utilizaram-se de capangas para saciarem seus desejos vingativos,

⁹ O itálico era usado nos periódicos num tom de metáfora ou sátira. Todas as citações dos periódicos que assim aparecerem ao longo da dissertação também estão incluídas na mesma situação.

fiquem certos que há muito eu esperava qualquer incidente desagradável, e convençam-se mais que perfeitamente sei de onde partiu a trama e desafios formalmente a virem sem máscaras provocar-me em lugar onde eu possa marcar-lhes a desbotada face com a ponta da botina (*Cabron*, 07/03/1880). (grifo do jornal)

Ainda nesse número o periódico publicou outro artigo intitulado “simples cavaco” no qual afirmava que o “O último número do *Marui* esteve na altura da gentinha que o dirige! Com aquela *amabilidade* própria de arrieiros, atiraram-nos quantos epítetos ofensivos e grosseiros encontraram no vocabulário das quitandeiras do mercado”. Já na página oito foi publicado um “enigma”. (figura 01)

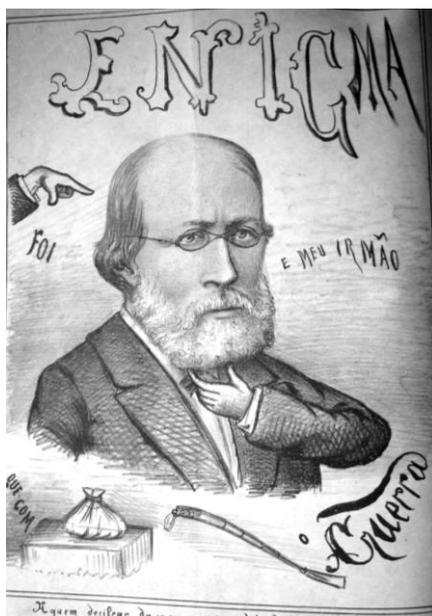


Figura 01: Enigma

Legenda: A quem decifrar dá-se um prêmio no valor de 10 a 20\$000.

Fonte: *Cabron*, Pelotas, n. 57, p.8, 03 mar. 1880.

No desenho do *Cabrion*, a figura de destaque é um senhor de barba, de óculos e trajando uma gravata; a posição do braço a altura do pescoço estabelece um ar de eloquência. No entanto, esse senhor é apontado por uma mão, no canto superior esquerdo do desenho, que o acusa de ser o responsável pelo atentado sofrido pelo caricaturista. Na parte inferior do desenho três elementos dão respaldo a acusação: um saco que seguramente refere-se ao dinheiro recebido como pagamento à execução da emboscada; o instrumento usado para atacar o agredido, representado por um chicote e, por fim, o sobrenome do agredido: Guerra.

Já que se tratava de um enigma não foi revelado quem era o homem colocado no desenho, mas tratava-se ou do mandante ou do executante do atentado. Com a observação dos itens que compõem a imagem e das palavras colocadas entre eles, foi possível “decifrar” a frase: “Foi eu e meu irmão que com dinheiro chicoteamos o Guerra.” O prêmio para quem decifrasse variava entre 16\$000 e 20\$000, valor correspondente a uma assinatura anual do periódico. No entanto, nenhum dos dois periódicos responsabilizou o adversário pelos atentados e os textos veiculados não revelaram nomes. A imprensa diária pelotense não noticiou nenhum dos atentados.

Guerra deixava os desentendimentos com o *Maruí* para iniciar uma nova batalha, dessa vez contra Antonio Joaquim Dias, proprietário do jornal *Correio Mercantil*. Este jornalista tornou-se uma figura conhecida na cidade, através das polêmicas geradas com os outros jornalistas e pelas suas ações beneméritas. Entre outras, destacou-se pela fundação do Asilo de Mendigos e a participação como sócio fundador da Biblioteca Pública Pelotense (CALDERAN, 2002) (LONER, 1998).

Circulou no *Cabrion* algumas caricaturas que tratavam de Dias, no entanto, os desentendimentos se intensificaram, sobretudo após a publicação de uma matéria

na folha ilustrada tratando de algumas “graçolas do *Sulpício*”. Num longo artigo intitulado “Como o mondongueiro e garoto Dias”, Eduardo Guerra¹⁰ relatava que ele o procurou na Praça Pedro II para tirar satisfações sobre o conteúdo do artigo. Indignado, Guerra assinala que ele somente procurou o lugar mais frequentado pela sociedade pelotense para “desrespeitar a moral pública” e “adquirir foros de valentão”. Ao longo de seu comentário o caricaturista enumerou uma série de predicados para se referir ao adversário:

Não é de estranhar que apareça um **covarde**, um **desgraçado**, que por mais de uma vez tenha-se achado dentro do gradil da cadeia, por **ladrão**, **capacho**, **desordeiro**, e finalmente por ser um **desgraçado**, **carrasco**, um **garoto indecente e indigno** de viver em sociedade.[...]

E uma vez escorraçado de Rio Grande veio para Pelotas pedir compaixão para um **desgraçado**. Dispensou-lhe, pois, este generoso público e, no entanto, apresenta-se ele hoje, o **mendigo** d’outrora, o **mondongueiro**, o **carrasco**, o **cínico**, e **miserável capacho**, num dos lugares mais populares desfeiteando todos aqueles que dele tiveram comiserção. (*Cabrion*, 23/01/1881). (grifo meu)

Esses insultos e outros como a acusação de ladrão e de moedeiro falso, colocados todos em apenas um artigo, seriam suficientes para Antonio Joaquim Dias mover um processo judicial contra o caricaturista. Guerra parecia não se importar muito com represálias das quais poderia vir a

¹⁰ O jornal *Correio Mercantil* do ano de 1881 não está disponível à pesquisa na Biblioteca Pública Pelotense devido ao avançado estado de deterioração, portanto não foi possível verificar se Antonio Joaquim Dias se defendeu das acusações de Eduardo Guerra.

ser vítima, uma vez que continuou nos números posteriores usando dos mesmos artifícios para denegrir o colega jornalista.

Em junho de 1881 Antonio Joaquim Dias sofreu um atentado. O jornal diário *A Discussão*, baseado no relato de Dias publicado no *Correio Mercantil*, assim narrou a agressão:

Vindo o Sr. Dias pela rua de São Miguel depois de passar à porta da casa dos Srs. Dias e Simões junto ao Hotel Aliança, foi pelas costas e traiçoeiramente agredido por um indivíduo de bigode, (...) o qual lhe descarregou um pancada com cabo de arreador, na cabeça do lado esquerdo, produzindo um ligeiro ferimento (*A Discussão*, 04/06/1881).

Nesta época, Dias estava enfrentando oposição não só do *Cabrión*, como também do *Diário de Pelotas*, além de outros desafetos. Portanto, não se deve aludir Guerra como o autor do atentado, uma vez que o agredido não confirmou quem fora o agressor e nem, caso houvesse, o mandante. Conforme *A Discussão* em trecho da mesma matéria, “[...] não temos expressões bastante para profligar esse ato, cujo autor ignoramos”. Longos artigos, piadas, poesias e uma vasta produção de caricaturas foram veiculados até o encerramento da folha, quase um mês após o atentado.

Nas caricaturas, Dias apareceu com corpo pequeno, enorme cabeça e orelhas de burro ou ainda metamorfoseado: cabeça com grandes orelhas e corpo de animal. As transformações grotescas, calcadas no disforme, revelam os limites da monstruosidade, revelando uma “mesclagem de atributos [que] dá lugar a criaturas repulsivas, medonhas ou desbragadamente cômicas” (LEITE, 1996, p.29). A imagem de Dias que o periódico tentou passar ao público leitor foi justamente essa, ou seja,

de uma criatura repulsiva, mas, ao mesmo tempo, cômica. (figura 02)

A “metamorfose” apresentou nas diversas posições alguns “predicados do Sr – Dias – do Correio”. E que podem ser relacionados com o conteúdo do artigo que expunha as “qualidades” do jornalista. O primeiro predicado “a todo momento” (imagem superior) se referia às matérias publicadas por ele no *Correio*. Os demais são: “quando recém chegado” certamente, quando Dias chegou a Pelotas de Rio Grande (imagem inferior no centro); “quando laçao” referência ao primeiro emprego na oficina tipográfica do *Diário de Rio Grande* (na imagem que ele abana o rabo); “quando companheiro de José Lopes” (na imagem de chapéu e armado). O caricaturista pede desculpas aos leitores, pois “[...] manchamos a página de nossa folha”. A frase possui um duplo sentido, além de se referir aos vários borrões colocados após a concepção dos desenhos, as manchas também eram relacionadas à própria imagem de Dias, a qual sujava, manchava a página do periódico.



Figura 02: Predicados de Antonio Joaquim Dias

Legenda: Eis aqui os predicados do garoto Dias do *Correio*. Desculpem-nos Sr^o assinantes. Manchamos a página de nossa folha.

Fonte: *Cabron*, Pelotas, n.103, p 4-5, 23 jan. 1881.

Cabe salientar que, embora não possa ser classificado como um pasquim, o *Cabron* apresentou características semelhantes, pois conforme aponta Nelson Sodré (1983, p.163), o que identificou este tipo de publicação foi a violência de linguagem. Além disso, o jornalismo brasileiro dos primeiros tempos, amparado pela liberdade de imprensa, foi assinalado por uma linguagem coloquial, fazendo com que o debate “[...] alcançasse níveis de violência que incluíam o insulto, o palavão, os ataques pessoais, as descrições deturpadas de aspectos morais ou físicos e até a agressão corporal” (LUSTOSA, 2000, p.16). Essa “violência verbal” ocorreu, sobretudo, após o desligamento de Eduardo Chapon da sociedade. Encontrando-se sozinho na veiculação do jornal, Guerra não encontrou limites para suas sátiras o que o levou,

provavelmente, a perder assinantes e, conseqüentemente, colaborou para o término do jornal.

Nos últimos números do periódico, Guerra solicitava aos assinantes que saldassem de imediato suas dívidas, sob “pena de termos que nos lembrar algumas vezes de SS. SS. por ocasião de alguma ferroada” (*Cabrion*, 06/03/1881). Para tentar solucionar o problema das dívidas um cobrador foi contratado. Ao anunciar aos assinantes devedores a visita que iriam receber, o redator avisava que aqueles que não pagassem, poderiam ver “seus nomes em letrinha bem redonda” (*Cabrion*, 01/05/1881). A ameaça retornou alguns números depois na primeira página com a ilustração de uma lousa e o aviso: “Srs. Remissos, definitivamente principiamos no número seguinte a escrever-lhes os nomes nesta lousa” (*Cabrion*, 19/06/1881).

De fato, no número seguinte apareceram, não os nomes, mas as iniciais de sete devedores. Este foi o último número encontrado do periódico. Neste e no anterior Eduardo Guerra declarou que o “*Cabrion* passa otimamente de saúde” e “a redação do *Cabrion* continua a passar regularmente bem de saúde, etc. e etc.” (*Cabrion*, 19/06/1881 e 24/06/1881, respectivamente). Estas declarações são bastante intrigantes, uma vez que, provavelmente, Guerra já estava contratado para trabalhar em Porto Alegre no periódico *O Século*. Desta vez, optou por não se despedir do público pelotense, como havia feito anteriormente na suposta mudança do periódico para a capital, quando findou a sociedade com Chapon. As dívidas dos assinantes podem ter influenciado o caricaturista a passar essa visão de serenidade, pois, se ele divulgasse que o periódico seria em breve encerrado, os devedores poderiam não pagar as assinaturas atrasadas.

Eduardo de Araújo Guerra demonstrou no periódico pelotense sua habilidade na arte da caricatura, executou vários retratos, os quais vinham identificados por “AGuerra” sempre colocado em um canto junto à imagem,

criou uma série de desenhos satíricos e representou alguns lugares públicos com humor. Athos Damasceno Ferreira (1964, p.201) afirma que ele era um “caricaturista nato” que, não só provou seu talento em Pelotas, como também em *O Século*, de Miguel de Werna, publicado em Porto Alegre. No entanto, as relações com o patrão também foram tumultuadas e em seguida se retirou do periódico e lançou *A Lente*, de sua propriedade. Mais tarde, mudou-se para São Paulo e continuou trabalhando como caricaturista; foi, então, proprietário do periódico *A Platéia* que circulou sob a sua direção, pelo menos até 1912¹¹. Não foram encontrados outros dados sobre Eduardo Guerra, contudo, verificou-se que ele tinha um irmão em Rio Grande, chamado José Antonio de Araújo Guerra, o qual foi agente da folha naquela cidade no ano de 1879. (*Cabrion*, 24/01/1879).

***Zé Povinho*: passageiro, mas significativo**

Após a suspensão do *Cabrion*, somente em 1883 apareceria outro jornal ilustrado: *Zé Povinho*, dirigido por Francisco Rodrigues Noronha, situado à Rua 7 de Setembro, nº 20. Em seu primeiro número apresentou-se como “pequeno, resignado na adversidade, gigante, leão, nas tempestades sociais” (*Zé Povinho*, 07/01/1883). O nome do jornal foi uma influência do personagem *Zé Povinho*, criado pelo caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro, no periódico *O Mosquito*, publicado a partir de 1875 no Rio de Janeiro (LIMA, 1963, p.194). Logo, a figura do homem franzino, associado às camadas populares, foi sendo apropriada por outros caricaturistas, sendo utilizada na

¹¹ Conforme Revista do 1º Centenário de Pelotas, 1912, p.67. João Simões Lopes Neto, organizador da revista, fez uma pequena referência ao jornal *Cabrion*, e aos seus proprietários. Ao falar de Eduardo Guerra, afirmou que ele ainda possuía em São Paulo o seu periódico *A Platea*.

imprensa de fins do Século XIX e durante as primeiras décadas do XX (SILVA, 1990, p.08).

Zé Povinho teve sua produção artística e impressão feitas na tipografia e litografia do *Correio Mercantil*; isto significou que desta vez esta folha diária e seu proprietário Antonio Joaquim Dias estavam livres de sátiras e caricaturas. Cabe destacar que a posição adotada pelo periódico foi bastante diferenciada daquela de seu antecessor, uma vez que não foram encontrados no periódico conflitos entre a redação e outros jornalistas, assim como uma crítica social mais amena. Essa atitude, entretanto, foi destacada pelo próprio jornal três meses após o início da circulação, num editorial intitulado “Ao respeitável público”. O conteúdo deixava claro o posicionamento tomado pela redação; nele afirmavam que o periódico tinha por finalidade a “utilidade pública e o recreio da sociedade. [...] Nunca escrevemos uma palavra nem apresentamos um desenho ofensivo a quem quer que seja. [...] Publicamos um periódico e não um pasquim.” Ao longo do texto era destacado que, por agir desta maneira, talvez não estivesse de acordo com a época e com a opinião de uma parte dos leitores, aqueles que preferiam, ao invés de um “[...] retrato de um homem ilustre, a figura de um personagem cômico desenhado com orelhas de Midas no momento de qualquer fragilidade” (*Zé Povinho*, 01/04/1883). Os responsáveis pela redação salientavam que isso incorria num erro que eles decidiram correr, pois, ao contrário, quiçá tivessem conquistado mais assinantes.

Provavelmente, como destacou o próprio jornal, a falta de assinantes foi um dos motivos para o encerramento do periódico em julho de 1883 com apenas 26 números. No entanto, o que o levou à bancarrota mais rápido foi o fim da parte ilustrada a partir do 16º número. Neste, o redator publicou que sofria várias contrariedades por parte dos artistas necessários para a produção do jornal. Já havia confessado no número 04 a saída do primeiro desenhista e

que “para não morrer do mal de sete dias”, procurou um substituto que se manteve no cargo até aquele exemplar. Relatou a falta de artistas especializados no gênero em Pelotas, o que o obrigou a cessar a parte ilustrada do *Zé Povinho* até a chegada do novo desenhista, já contratado, o que não aconteceu. Enquanto isso, continuaria com a parte noticiosa e literária: “Faltando-nos o lápis, resta-nos a pena.” (*Zé Povinho*, 22/04/1883).

Cabe salientar que o *Zé Povinho*, embora efêmero, foi um periódico significativo por veicular uma série de imagens sobre o carnaval realizado naquele ano (LOPES, 2004) e pelos vários desenhos que trataram da administração pública da cidade, servindo, como era um dos seus objetivos, à utilidade pública, denunciando o descaso com a limpeza das ruas e a proliferação de doenças, por exemplo.

***A Ventarola*: o retorno de Eduardo Chapon**

Somente em 1887, Pelotas teria outro hebdomadário ilustrado, por iniciativa de Eduardo Chapon, que se chamou *A Ventarola*, o qual se apresentou como “folha ilustrada e humorística”. O aparecimento do jornal foi noticiado pela imprensa diária que saudou o novo colega desejando-lhe vida longa. A nota publicada em *A Discussão* afirmava que o novo jornal era homônimo “em princípios e fins da sua colega fluminense”. Ainda sobre o jornal assegurava que se ele se mantivesse em “atitude conspícua e condigna, sem jamais se deixar escorregar pelos caminhos da crítica inconveniente e pesada” poderia desfrutar de uma carreira prodigiosa (*A Discussão*, 12/04/1887). Já as notas veiculadas por *A Pátria* (11/04/1887) e pelo *Rio Grandense* (12/04/1887) felicitavam o proprietário do periódico. O primeiro jornal afiançava que os desenhos eram realizados “pelo já conhecido lápis do Sr. Eduardo Chapon”.

Essa passagem do jornal confirma que Eduardo Chapon também era caricaturista atuando ao lado de Guilherme Stoffel¹², outro artista contratado por ele. Contudo, não foram encontrados desenhos ou caricaturas assinados por Eduardo Chapon, no entanto, uma parte significativa era identificada por Guilherme Stoffel ou então pelos nomes Álamo e Tob, os quais, provavelmente, eram pseudônimos usados ou por Eduardo Chapon ou por outro artista.

Além da confecção da parte ilustrada do novo jornal, as oficinas da Litografia Parisiense desempenhavam outros trabalhos litográficos, como retratos, cartões de visitas, diplomas etc., os quais eram sempre anunciados no periódico¹³. Constata-se a partir dos anúncios que *A Ventarola* não era a única “criação” do estabelecimento, bem como não era sua única fonte de renda. Em 1888, por exemplo, o livro *Auras do Sul* com poesias de Lobo da Costa, reunidas pelos amigos do poeta logo após sua morte, trazia um retrato dele confeccionado na oficina litográfica de Eduardo Chapon (*A Ventarola*, 30/09/1888).

Os jornalistas d'*A Ventarola* não tiveram desentendimentos com colegas da imprensa semelhantes àqueles que envolveram Eduardo de Araújo Guerra. As críticas feitas ao jornalismo diário adotaram, em grande parte, um tom satírico ou então eram mais suaves, se comparadas com as do *Cabרון*, ou ainda retomavam uma notícia sob o prisma das folhas diárias e, a partir daí, mostravam as divergências entre elas.

¹² Sobre Guilherme Stoffel foi possível averiguar que ele era imigrante alemão, conforme apontado em (ANJOS, 2000, p. 157). Athos Ferreira (1971, p.343) faz uma pequena referência afirmando que ele se destacou ao longo dos três anos de circulação d'*A Ventarola* aprimorando-se na arte da caricatura, especialmente na execução dos retratos.

¹³ A propaganda de sua litografia no periódico foi constante a partir do exemplar do dia 1º de maio de 1887.

A partir de julho de 1889, *A Ventarola* mudou seu formato (30 x 40cm) e reduziu suas páginas para quatro. Eduardo Chapon justificou a mudança, devido ao “[...] bom acolhimento que ela tem merecido do benévolo público, resolvemos fazê-la passar por uma reforma quiçá mais agradável a qual julgamos de inteira necessidade esperando que como até aqui continuar a – Ventarola – a merecer a proteção do público” (*A Ventarola*, 07/07/1889). No entanto, as mudanças foram um sintoma da crise que afetava o jornal; ainda neste exemplar seu proprietário solicitava aos assinantes em atraso o pagamento das dívidas sob “a pena de passarem para a nossa câmara escura, o que não é nada bonito”. Já no segundo número, após a nova apresentação, era anunciada a saída do redator, Francisco de Paula Pires, o qual estava havia meses no cargo (*A Ventarola*, 14/07/1889). Notícia reveladora, uma vez que os textos do jornal eram sempre assinados por pseudônimos, como, por exemplo, Ventaroleiro. Num número anterior, contudo, foi publicado um editorial assinado com as iniciais FPP, o que permitiu associar Paula Pires como autor dos demais, uma vez que, no texto, ele se desculpava com os leitores, devido ao último número não ter sido revisado, sendo impresso com vários erros (*A Ventarola*, 08/04/1888).

Ainda na mesma nota que anunciava a saída do redator foi divulgado que a nova redação seria composta por “diversos cavalheiros” os quais saberiam manter a “simpatia do público para não lhe faltar o apoio de que necessita”. Chapon enfrentaria, em seguida, outro problema – um desfalque: “O individuo de nome Alexandre Sampaio da Costa, a quem eu na melhor boa fé havia confiado a cobrança do meu jornal *A Ventarola*, acaba de apossar-se de bem regular quantia de assinaturas” (*A Ventarola*, 29/09/1889). No último exemplar encontrado do jornal, novamente seu proprietário rogava aos assinantes para saldarem suas dívidas “[...] o mais pronto possível pois são

grandes e certas as despesas que fazemos com a publicação da ventarola” (*A Ventarola*, 29/12/1889). Assinaturas atrasadas, a saída do redator, o desfalque e as despesas com a publicação, certamente estes problemas foram os motivos que causaram a interrupção do periódico.

Eduardo Chapon, após o encerramento do seu periódico continuou trabalhando em Pelotas executando trabalhos litográficos. Ele nasceu em Paris em 06 de agosto de 1852, filho de Jean e Marguerite Chapon. Ainda jovem rumou para a América do Sul instalando-se inicialmente na cidade de Buenos Aires e trabalhando como professor, embora seu ofício fosse litógrafo. Sua casa era próxima a um clube político. Certa noite houve tumultos no local, forçando os políticos que ali estavam a fugir. Um deles acabou invadindo a casa de Eduardo e por lá permaneceu escondido por alguns dias. Após o incidente, tornaram-se amigos e durante uma visita de Eduardo à fazenda do político, nas imediações de Buenos Aires, conheceu o Sr. Porciúncula, o qual o convidou para ser professor de língua francesa dos seus filhos. Após esta tarefa, foi convencido pelo Sr. Porciúncula a vir para o Brasil, à cidade de Pelotas, na qual o referido senhor tinha parentes e amigos. Acatando a proposta, Eduardo Chapon decidiu mudar-se para a cidade, iniciando sua carreira de litógrafo¹⁴.

¹⁴ Os nomes dos pais de Eduardo Chapon constam em seu registro de casamento, conforme Livro nº 07 de registros de casamentos da Matriz São Francisco de Paula (Pelotas), folha 36, Ano 1880. (Agradeço a Leandro Betemps pela indicação desta fonte). Todo o restante dos aspectos da trajetória de Eduardo Chapon, escrita neste parágrafo, é uma adaptação livre do manuscrito deixado por seu filho João Chapon. No final do documento há uma nota de João Chapon (neto de Eduardo) explicando que após a morte do pai (João) ele o encontrou “quando examinava o que restara nas gavetas de sua escrivaninha”. (Agradeço ao Sr. Jorge Chapon pelo fornecimento de uma cópia digitada deste material).

Em Pelotas, casou-se com Maria Delfina da Silveira, em 24 de abril de 1880¹⁵ e teve três filhos: Eduardo Chapon, Luiz Chapon e João Chapon¹⁶. O fim da *Ventarola* em 1889 não significou o término das atividades da Litografia Parisiense; ele continuou atuando no ramo e influenciou seus filhos: Eduardo tornou-se desenhista e gravador, além de conhecer os setores de uma oficina, como os serviços de transportador, impressor e cortador. Luiz também se tornou desenhista, especializando-se nos trabalhos à pena, como cartazes e caricaturas. João, por seu turno, dedicou-se à comercialização do material confeccionado¹⁷.

Numa manhã de outono do dia 18 de maio de 1903 após longos sofrimentos derivados de uma “lesão dupla do orifício mitral”¹⁸, Eduardo Chapon faleceu com 50 anos¹⁹. No convite para o enterro, publicado nos jornais diários da cidade pela família, constatou-se que ele tinha um irmão

¹⁵ Conforme Livro de registros de casamentos da Matriz São Francisco de Paula (Pelotas), nº 07, folha 36, Ano 1880.

¹⁶ Eduardo Chapon nasceu em 22/02/1881. Conforme: Livro nº 20 de registros de batismos da Matriz São Francisco de Paula (Pelotas). Folha 74v, 1884. No livro consta a profissão do pai: Litógrafo. João Chapon nasceu em 24/04/1886. Conforme: Livro nº 28 de registros de batismos da Matriz São Francisco de Paula (Pelotas). Folha 4, 1891. O registro de batismo de Luiz Chapon não foi encontrado.

¹⁷ As informações sobre os ofícios dos filhos foram retiradas do documento citado na nota 14.

¹⁸ O obituário publicado pelo *Correio Mercantil* em 21 de maio de 1903 apresentava o nome, o estado civil, a nacionalidade e a causa da morte.

¹⁹ Há divergências em relação à idade de Eduardo Chapon: no documento escrito pelo filho consta que ele faleceu com 51 anos, nos obituários publicados nos jornais diários consta 52 anos. Contudo, escolhi por seguir a indicação da data de nascimento apresentada pelo filho no documento: 1852. A confusão talvez esteja no fato de Eduardo ter morrido no ano em que completaria 51 anos.

chamado Luiz Chapon, o qual estava ausente²⁰. A morte teve repercussão na imprensa, todos os jornais diários destacavam o passamento, ressaltando que Eduardo era um “estimado e inteligente artista litógrafo” (*Diário Popular*, 19/05/1903); “estimado e contraído ao trabalho” (*Opinião Pública*, 19/05/1903) e “antigo morador desta cidade [...] era benquisto” (*Correio Mercantil*, 19/05/1903).

Ao enterro, apesar da forte chuva que caía naquela manhã, compareceram parentes, amigos, vizinhos, membros da colônia francesa e membros do Clube do Comércio. O coche fúnebre foi seguido até o cemitério por uma extensa fila de carruagens; no sepultamento, o Sr. Conjard pronunciou em francês uma alocução, lembrando que sua morte era uma grande perda para a colônia francesa, e que ele seria sempre lembrado como um grande amigo, homem digno e um bom francês²¹.

Após o falecimento do pai, os filhos continuaram com a oficina. A Litografia Parisiense, embora não se saiba a data da mudança, passou a se chamar Litografia Chapon, conforme averiguado num suplemento publicado no jornal *Correio Mercantil* de 04 de Fevereiro de 1905. O encarte apresentava um mapa do Município de Pelotas e região confeccionado pelo estabelecimento. Os filhos de Eduardo casaram na Catedral São Francisco de Paula: Eduardo Chapon casou-se com Diva Regis Costa em 1909 e João Chapon casou-se com Marina Koboldt em 1911²². Outro

²⁰ Na época, era bastante usual aparecerem nos convites de enterros nomes de parentes que residiam em outras localidades; a condição era representada pela palavra “ausente” colocada após o nome entre parênteses.

²¹ As notícias do enterro veiculadas no dia 19/05/1903 nos três jornais consultados apresentaram informações semelhantes, portanto optei por não indicar um ou outro jornal; já o discurso foi publicado, em francês, somente pelo *Correio Mercantil*, na mesma data.

²² Eduardo Chapon: Livro nº 15 de registros de casamentos da Matriz São Francisco de Paula (Pelotas). Folha 30v. 1909. João Chapon: Livro

trabalho importante da oficina foi a confecção de cartões postais com ilustrações coloridas alusivas a personalidades, datas e episódios históricos rio-grandenses e nacionais. Esse conjunto de cartões foi idealizado por João Simões Lopes Neto e ficou conhecido como “Coleção Brasileira”; eram organizados em 12 séries com 25 ilustrações em cada uma.

Os periódicos e suas (não) posições políticas

Os três periódicos ilustrados e humorísticos que circularam em Pelotas apresentaram características semelhantes na parte técnica (apresentação) do jornal e algumas particularidades em relação a determinados temas. Para os jornalistas e caricaturistas desses periódicos tudo e todos eram passíveis de suas “penas” e lápis, assim, ao mesmo tempo em que informavam o leitor também criticavam a sociedade. Dessa forma, a política da época não passou despercebida por eles e serviu de inspiração para a criação de desenhos humorísticos ao longo de todo o período abrangido. Ao lado disso, a parte escrita também tratou de questões políticas, sem, no entanto, descuidar da função principal do jornal que era proporcionar o riso no leitor. Em muitos editoriais, notícias, crônicas e cartas, os assuntos políticos foram tratados de forma cômica. É possível afirmar que o *Cabrion* foi certamente o mais satírico dos três, enquanto o *Zé Povinho* foi o mais moderado; já *A Ventarola* publicava uma da crítica social mais suave do que aquela do *Cabrion*, e, provavelmente ao acirramento das questões políticas dos últimos anos da década de 1880, acabou revelando-se simpática à causa republicana.

O periódico *Cabrion*, no editorial de apresentação, esclareceu seus objetivos; entre eles destacou sua posição em relação à política:

Desprezando a política de campanário, a falsa política que amesquinha caracteres e degrada a opinião, o *Cabrion* será severo apreciador dos atos de todos os partidos e de seus pró-homens.

E rirá o *Cabrion* em face de tudo e de todos, mas rirá sem ferir, sem o motejo dos petulantes, sem o escárnio maligno e estúpido dos comediantes sociais.

Exercerá a crítica nos limites da decência, a crítica que castiga, mas não magoa, diverte, mas não provoca expansões de ódio (*Cabrion*, 03/02/1879).

No número 03 o periódico apresentou em sua página de honra o retrato de Gaspar Silveira Martins, “o político invulnerável pelo talento, pela honestidade e pela coragem”. Na sequência do texto era afirmado que o *Cabrion* “não tem política”, ou seja, “Hoje, cobre de flores o caminho por onde pisa Silveira Martins; amanhã terá a mesma tarefa em honra a algum de seus dignos adversários políticos. A justiça deve ser distribuída igualmente” (*Cabrion*, 24/02/1879). Nesse pequeno texto evidenciou-se que o periódico não estava alinhado politicamente a nenhum partido, e assim se manteve até o seu encerramento. Nos números seguintes apareceram, conforme a previsão, outros políticos, por exemplo, o republicano Saldanha Marinho, chamado de “chefe da democracia brasileira” (*Cabrion*, 16/01/1881). Cabe destacar, contudo, que os políticos eram constantemente satirizados, inclusive Silveira Martins. Na maioria dos casos eles eram criticados devido a alguma decisão tomada, ou à falta dela, fosse ele conservador ou liberal ou ainda republicano.

O jornal *Zé Povinho* não diferiu muito do seu antecessor; embora não tratasse na apresentação de sua posição frente às questões políticas, o periódico abordou-as apenas genericamente. Numa crônica intitulada “Zig-zags”, um colaborador não identificado afirmou ser a política “uma senhora com quem bem pouco simpatizo” isso porque os “partidos militantes têm na sua história coisinhas bem pouco... políticas [...] todos querem o poleiro, deitam manifestos, fazem bonitas promessas, muitos salamaleks (sic) aos correligionários e amigos” (*Zé Povinho*, 25/03/1883).

Em *A Ventarola* os acontecimentos da política nacional foram amplamente noticiados, no entanto não se declarava partidária nem dos conservadores, nem dos liberais. Poderia aparecer algum elogio à organização de um novo ministério enquanto a queda do antecessor era criticada, contudo o elogio durava pouco e logo se transformava em sátira. Exemplar dessa situação ocorreu em julho de 1889 quando Gaspar Silveira Martins foi indicado para o cargo de Presidente da Província do Rio Grande do Sul; tratado, a princípio, com simpatia, logo se tornou alvo de críticas. No entanto, a política era tomada pelo periódico, geralmente para se contrapor ao governo imperial e para melhor desenvolver suas sátiras; contrastavam os partidos monárquicos com o partido republicano, assim como ressaltavam o republicanismo em contrapeso com o regime monárquico. Entretanto, as referências à atuação republicana passaram a ser noticiadas não somente para desapreciar a Monarquia, mas, aos poucos, a posição d’*A Ventarola* foi sendo desvendada, revelando suas tendências republicanas.

Ao longo dos três anos de circulação publicaram notícias, ilustrações, artigos e crônicas sobre os ideais republicanos, sempre em tom simpático. Em grande parte desse material o humor e a sátira estavam presentes, contudo não caracterizavam críticas ao republicanismo,

mas ao Império. Um exemplo da “simpatia” do periódico foi encontrado num artigo publicado nas *notas semanais* na edição de 29/07/1888. Nele, após serem tratados os assuntos políticos da semana, afirmavam que a questão republicana se expandiu cada vez mais e a idéia cresceu em todas as províncias; em contrapartida, o monarquismo “[...] entre nós está gangrenando: corte-se, pois, o mal pela raiz. É bananeira que já deu cacho; é vida atacada de *philoxera* (sic) e que já não há sulfureto capaz de restituir-lhe a saúde.” Entretanto, apesar de ser “amante das idéias republicanas”, nunca se deixou “obcecar pelo fanatismo”, e se posicionou “não [como] folha política e sim um simples semanário alheio às tramóias partidárias” (*A Ventarola*, 30/09/1888).

A partir da Lei Áurea, as discussões se ampliaram e o periódico passou a enfatizar a questão republicana. Quase semanalmente apareciam textos ou imagens fazendo referência a ela, tratando-a com simpatia, destacando que estavam perto de “aplaudir uma grande transformação no nosso regime governamental”, sendo a mudança ocasionada pelo 13 de maio: “O público despertou da criminosa apatia em que permaneceu por longos anos, e agita-se em busca de novos horizontes...” (*A Ventarola*, 01/07/1888).

Finalmente, em meados de 1889, *A Ventarola*, ao tratar de assuntos políticos, fez uma “declaração” e sua posição ficou clara: “A Ventarola inda uma vez declara não ser monarquista: quer abertamente a república [...] e confia que ela será em breve uma realidade” (*A Ventarola*, 16/06/1889). A postura do jornal sofreu a influência de seu redator-chefe Francisco de Paula Pires. Ele era republicano e participou, posteriormente, do periódico republicano e literário *Radical*, publicado em 1890. Paula Pires continuou na redação do jornal até julho de 1889, cerca de um mês após a declaração. Através de todas estas citações retiradas das páginas e ilustrações d’*A Ventarola*

pode-se afirmar que ela foi, embora no início não declaradamente, favorável e propagadora das ideias defendidas pelos republicanos.

Nos capítulos que serão apresentados doravante as questões políticas do Império do Brasil presentes nas páginas dos periódicos serão analisadas detidamente.

CAPÍTULO 2

UMA OUTRA “PRINCESA DO SUL”: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA MIRA DA IMPRENSA ILUSTRADA

Conde d'Eu, ao visitar Pelotas em 1865, deixou registrada sua impressão sobre a cidade:

Pelotas aparece aos olhos cansados do viajante como uma bela e próspera cidade. As ruas largas e bem alinhadas, as carruagens que as percorrem (fenômeno único na província), sobretudo os seus edifícios, quase todos de mais de um andar, com as suas elegantes fachadas, dão ideia de uma população opulenta. De fato, é Pelotas a cidade predileta do que eu chamarei aristocracia rio-grandense, [...] Aqui é que o estancieiro, o gaúcho cansado da campanha, vem gozar as onças e os patações que ajuntou em tal mister (CONDE D'EU, 1936, p.212).

Os comentários revelam uma cidade organizada urbanisticamente e com uma concentração populacional abastada, a qual pode desfrutar de uma vida cultural intensa. Ao lado disso, o epíteto dado a ela também expõe sua característica de urbe desenvolvida. Os jornais, principalmente os da década de 1880 incluindo os ilustrados, se referiam à cidade como a “Princesa do Sul”. O codinome data de 1863 derivado “[...] de uns versos de Antonio Soares da Silva, publicados numa revista de São Paulo” (MAGALHÃES, 1993, p.106). Atualmente, o termo pode ser visto na divisa colocada abaixo do brasão da Bandeira oficial do município.

A historiografia sobre a cidade também destacou o desenvolvimento cultural e urbanístico ligado ao crescimento econômico e o gosto apurado da população por modelos europeus de comportamento. Glenda Cruz (1992, p.111) salienta que o fator econômico antecedeu a formação do núcleo urbano e que ela foi possível devido aos moradores dos arrabaldes, ou seja, os charqueadores que desejavam a criação de uma freguesia separada de Rio Grande. Mário Magalhães (1993) destaca que foi a partir da década de 1860 que a cidade atingiu seu auge econômico, proporcionando assim, a “opulência e a cultura”. Marcos dos Anjos (2000) enfatiza a questão da participação de estrangeiros, sobretudo nas últimas décadas do século, nos mais variados ramos de atividades, como mais um elemento que proporcionou a modernização da cidade. Já Carlos Alberto dos Santos (2002) ressalta que a arquitetura em estilo Neoclássico, construída em especial no entorno da atual Praça Coronel Pedro Osório, coincidiu com o enriquecimento da sociedade pelotense.

Os pontos de vista dos autores são corretos uma vez que, como salientado na introdução, o desenvolvimento econômico foi o responsável também pelo incremento cultural da cidade, incluindo, por exemplo, o incentivo ao progresso. Contudo, este capítulo pretende investigar algumas questões relacionadas à modernização e ao desenvolvimento da cidade, sob um aspecto distinto daquele traçado pelos autores. A proposta é verificar os contratempos, as dificuldades e os problemas enfrentados pela população diante dos elementos necessários à “cidade moderna”. A análise se desenvolverá através do humor presente nos periódicos ilustrados, os quais destinaram uma parte significativa de suas ilustrações para satirizar os percalços enfrentados pela população com tais “modernidades”, além de reclamar por melhorias urbanas e criticar as condições precárias dos serviços, revelando, da mesma forma que Sandra Pesavento apontou para a Porto Alegre do século XIX, uma “tragicômica cidade” (PESAVENTO, 1996, p.75).

Câmara Municipal

No entorno da Praça Pedro II (atual Coronel Pedro Osório), foram construídos alguns prédios que se destacaram (e ainda se destacam) em sua imponência arquitetônica (MOURA; SCHLEE, 1998) e (SANTOS, 2002). Entre eles encontra-se o prédio da Câmara (Paço Municipal), no qual funciona atualmente a sede da Prefeitura Municipal. A construção da Câmara Municipal foi iniciada a partir de 1879 e inaugurada em 1881. O responsável pela construção foi Carlos Zanotta, e o projeto arquitetônico foi feito pelo engenheiro Romualdo de Abreu e Lima (MOURA; SCHLEE, 1998, p.82). Durante a construção, no ano de 1880 o *Cabrião* ilustrou o prédio em suas páginas a partir da planta, mas, como sempre, não perdeu a oportunidade para criticar o engenheiro. (Figura 03)



Figura 03: Paço Municipal

Legenda: Visto o senhor Romualdo, não ter dado na planta deste edifício, lugar para a escada do sobrado, a câmara resolveu mandar construir este guindaste, para facilitar a ascensão dos seus membros

Fonte: *Cabrião*, Pelotas, n.57, p.4, 14 mar. 1880.

Na legenda, o caricaturista justifica sua ilustração: “Visto o senhor Romualdo, não ter dado na planta deste edifício, lugar para a escada do sobrado, a câmara resolveu mandar construir este guindaste, para facilitar a ascensão dos seus membros”. Rosa Rolim e Andrei Rosenthal (1998, p.82) salientam que os historiadores divergem sobre a autoria da elaboração do projeto; alguns atestam que não foi Romualdo de Abreu e Silva, mas sim José Izella. Este foi um dos principais arquitetos dos últimos decênios do século XIX em Pelotas (CHEVALIER, 2002, p.66). Certamente, o projeto pertenceu ao primeiro, uma vez que a afirmação pode ser feita amparada na informação da legenda da imagem, contemporânea à construção. Nota-se na imagem a colocação, atenuada, do Brasão do Império no centro da platibanda do prédio; após a Proclamação da República o símbolo do Império foi substituído pelo brasão da República, mantido até a atualidade.

Ainda no *Cabron* foram averiguadas outras críticas dirigidas à Câmara e, em especial, ao seu engenheiro Romualdo de Abreu e Silva. Num artigo chamado “Que xelindreira” satirizavam uma construção colocada no centro do lago da praça, feita por ele. A obra já tinha sido caricaturada num número anterior com algumas galinhas saindo do seu interior, chamada de “galinheiro” ou “monumento... gótico” (*Cabron*, 22/02/1880). Ela ainda existe na Praça Coronel Pedro Osório, situada no centro do lago.

A figura de uma mulher foi empregada neste periódico para se referir à Câmara. Ao contrário de outras, que quase sempre eram desenhadas com beleza, a mulher que aparecia simbolizando a Câmara era envelhecida e com traços masculinos, além das desproporções: cabeça enorme, queixo avantajado e pés minúsculos. Sua fisionomia, provavelmente estava relacionada aos membros que compunham o legislativo, todos homens. (figura 04)

Na imagem, os utensílios que compõem: a pena, o avental, o espanador e a pá, remetem às atividades que

deveriam ser desempenhadas pelos membros do legislativo: a elaboração de leis, a limpeza e o cuidado com a cidade e a realização de obras. A legenda confirma a mensagem: “Cumprimentamos esta ilustre Senhora e, pedimos [que faça] todo o uso possível destes instrumentos, pois que o asseio público é digno de comiseração”. Apesar de não mencionado pelo periódico, é importante considerar que, no ano anterior houve eleições para vereadores na cidade, os quais possivelmente estavam assumindo seus mandatos no início de 1881, coincidindo com a ilustração a qual pode ser entendida como um pedido dirigido aos novos membros da Câmara.



Figura 04: Câmara Municipal

Legenda: Cumprimentamos esta ilustre Senhora e, pedimos [que faça] todo o uso possível destes instrumentos, pois que o asseio público é digno de comiseração.

Fonte: *Cabrion*, Pelotas, n.101, p.8, 09 jan. 1881.

Já *A Ventarola* não apresentou imagens semelhantes às do *Cabrión*. A Câmara, contudo, surgiu em artigos elogiosos e em outros de forma cômica e críticos. Exemplar é um artigo publicado em 16 de dezembro de 1888 no qual começavam salientando que: “Cuidar do bem estar do povo, facilitando-lhe os meios de vida e proporcionando-lhe sossego e tranquilidade, [são] dever de todas as corporações administrativas” para então afirmar “[...] o que é fato observado diariamente, é que vários ramos do serviço público, entre nós, são executados arbitrariamente, tripudiando-se por sobre a lei, de uma maneira digna da maior censura”.

Para justificar sua queixa, o periódico apresentava como uma arbitrariedade o fato de que, no período de safra nas charqueadas, indivíduos andassem em carroças pelas ruas da cidade vendendo partes de bois. Cobrando providências dos “ilustres edis” o periódico não acreditava que “semelhante ordem” tivesse partido deles. Apesar de não concordar que esse comércio fosse realizado pelas ruas, entendiam que se tratava de “uma medida tão justa quão proveitosa à classe pobre” então solicitavam uma providência que desse cabo ao comércio ambulante, mas que, ao mesmo tempo, atendessem à “causa da pobreza”.

A Praça Pedro II – Ruas – Doenças

A principal praça da cidade foi projetada nos anos 1830 e denominada Praça da Regeneração. Passou, a partir do segundo Império, para Dom Pedro II, retornando, mais tarde, ao nome anterior. Quando da Proclamação da República, tornou-se Praça da República e a partir dos anos 1930, Praça Coronel Pedro Osório, denominação que possui até hoje. No entanto, este espaço somente foi arborizado e ajardinado em 1873, com a colocação no centro de um chafariz – Fonte das Nereidas – importado da França. Até este período, conforme Mário Magalhães a

praça “[...] permaneceu intransitável em todo o seu percurso, cercado por um alambrado, tendo ao centro uma lagoa de águas paradas” (MAGALHÃES, 1993, p.100).

O chafariz, que ainda ocupa o centro da praça, apareceu em 1880 no *Cabrion* em duas imagens; numa delas, tratou do enorme afluxo de pessoas ao lugar, uma verdadeira “romaria”. (figura 05) A outra assegurava que o chafariz se tornava pouco concorrido em noites de apresentação de companhias teatrais (figura 06).



Figura 05: Chafariz da Praça Pedro II (concorrido)

Legenda: Na Praça temos a romaria ao chafariz, a gente cansa-se de dar tanta volta. (mas no inverno todos os excessos são higiênicos).

Fonte: *Cabrion*, Pelotas, n.67, p.3, 16 maio 1880.



Figura 06: Chafariz da Praça Pedro II (pouco concorrido)

Legenda: A Praça tem sido pouco concorrida.

Fonte: *Cabron*, Pelotas, n.69, p.3, 30 maio 1880.

Na primeira imagem é possível considerar que todos os transeuntes são brancos; os homens, por exemplo, usam cartolas. A praça era um espaço destinado à diversão da população “nobre” da cidade, sendo que a circulação de pobres e escravos nestes espaços era restrita. Já na segunda imagem, apesar de tratar da pouca concorrência nas noites de teatro, a forma como o chafariz foi ilustrado, com grades, pode também ser uma referência a questão da segurança.

Ao abordar o carnaval de 1883, o periódico *Zé Povinho*, ilustrou a brincadeira do entrudo praticada na praça. Novamente aparecem na imagem homens com trajes e chapéus elegantes, além de algumas mulheres com vestidos e chapéus que identificam sua condição social, embora haja apenas um homem que, provavelmente, seja negro. Ele está em um dos cantos da ilustração, próximo

das duas mulheres, desenhado sem casaco – ao contrário dos outros – apenas com uma camisa branca entreaberta. O detalhe que permite verificar que se trata de um homem negro, entretanto, é o seu cabelo (figura 07)

A análise desta ilustração demonstra que as divisões sociais e a ocupação dos espaços urbanos eram bem demarcadas na sociedade pelotense. Primeiramente nota-se a presença de mulheres na festa, as quais pertenciam, certamente, às elites da sociedade. Já em outros carnavais, como no do Rio de Janeiro, a mulher de família acompanhava os desfiles das janelas; somente as prostitutas desfilavam nos carros alegóricos na expectativa de encontrar um protetor que lhes garantisse o pagamento das despesas (PEREIRA, 2002, p.322-323).

Um segundo ponto (e associado ao anterior) diz respeito à participação dos segmentos sociais e a ocupação do espaço urbano durante o entrudo. Em Pelotas, a festa era essencialmente promovida por famílias norteadas por normas européias e com um mesmo nível econômico, assim continuavam existindo divisões sociais e étnicas durante a brincadeira. Ao lado disso, o “redondo” da praça, como era conhecido na época o espaço central com o chafariz, era destinado somente para esses segmentos. Posição semelhante é apontada por Álvaro Barreto (2003, p.106): “A participação dos negros ocorria de maneira escondida, periférica, permitida e/ou vigiada, o que se efetivava pela simples separação das folias (restando aos negros a periferia, os arrabaldes ou os setores do centro não ocupados pelos brancos)”.



Figura 07: O carnaval na praça

Legenda: Aspecto da cidade do dia 20 em diante

Fonte: *Zé Povinho*, Pelotas, n. 03, p.4, 21 jan. 1883.

Por outro lado, em centros urbanos maiores, a barreira entre os segmentos sociais não era tão resistente. No entrudo realizado na cidade do Rio de Janeiro no século XIX, por exemplo, os escravos se enfarinhavam numa clara encenação de sátira social, enquanto que "das janelas e sacadas, ou no leito das ruas, mulheres e homens de variada extração social divertiam-se empenhadamente em atirar limões-de-cheiro" (CUNHA. 2002, p.374).

Reveladora dos conflitos existentes na praça entre os segmentos sociais é uma pequena crônica publicada pelo *Cabrião* em 19 de dezembro de 1880. Nela, destacavam que "com todo este calor" característico da "estação febrina" a praça havia sido, no último domingo, "muito concorrida", a ponto de "alguns cidadãos" que ali se achavam não encontrando bancos disponíveis para se sentarem, "mandaram levantar algumas pessoas, porém de cor preta".

O periódico julgou o procedimento inqualificável, afirmando que “se fosse preto dar-lhes-ia um assento talvez mais agradável”.

Já a situação da limpeza urbana foi uma preocupação que perpassou por todos os periódicos. O estado das ruas apareceu na primeira página do *Cabrião* em 1879, na qual chamavam a atenção da Câmara para as sujeiras acumuladas que exalavam mal-cheiro: “Escute, veja isto e tome o olfato”. (*Cabrião*, 06/04/1879). *Zé povinho* ilustrou o “[...] aspecto imaginário das ruas da cidade desde que o contratador da limpeza urbana cesse com o serviço” (figura 08). No entanto, o “aspecto imaginário” parece ter-se tornado uma realidade, conforme uma outra ilustração do jornal que apresentava as “crateras desse Vesúvio” ao referir-se à sujeira acumulada nas ruas da cidade (Figura 09).



Figura 08: Passeio público

Legenda: Aspecto da cidade do dia 20 em diante

Fonte: *Zé Povinho*, Pelotas, n. 03, p.4, 21 jan. 1883.



Figura 09: Higiene Pública

Legenda: As crateras deste Vesúvio.

Fonte: *Zé Povinho*, Pelotas, n. 14, p.05, 08 abr. 1883.

O periódico associava a falta de higiene e cuidado com as ruas como um fator propulsor de doenças. Na continuação dessa imagem apresentavam dois homens acamados e associados a doenças: tifo e escarlatina. No quadro seguinte, pessoas tapando o nariz ao passar pelas ruas sofrem de “asfixia por exalações” “salve-se quem puder”. No último quadro, o responsável pelo “asseio pelotense”, numa carroça, passeia indiferente por cima das imundícies.

O tratamento dispensado às ruas foi abordado em *A Ventarola* que, por sua vez, não poupou sátiras à administração da cidade, notadamente aos fiscais da Câmara. Num artigo publicado em 05 de fevereiro de 1888 salientavam que era inadmissível que os “senhores fiscais da Câmara” deixassem “um bichinho daqueles (cão) nas sarjetas até que fique em estado de putrefação! Santa relaxação! Srs. fiscais!” Na sequência eles eram criticados por andarem em bucefalos (sic) “pelas ruas da cidade no *Dulce far niente*”. Este problema não ocorria em ruas

distantes, mas, conforme assegurava o periódico se tratava “das principais ruas da cidade”, as quais, devido ao descaso das autoridades, estavam imundas.

A questão dos cães que perambulavam pelas ruas já havia sido abordada no periódico no ano anterior; chamando atenção ao problema, caricaturaram os fiscais, os quais a “tiro, a laço, a bola, a chusso (sic), não escapa um da raça canina” (figura 10). O problema dos animais mortos parece não ter sido totalmente resolvido, uma vez que retornou às páginas do jornal cerca de um mês depois da primeira denúncia; agora a situação era tratada com mais ironia: “[...] ora, sabe a Câmara (ou os fiscais) que na rua tal existe o cadáver de um ‘ente’ que em vida se chamou ‘cachorro’ e que se deixa ficar até ao estado mais repugnante que se pode imaginar, e não ter [...] um homem de bom coração [...] [que] recambie-o para a vala comum” (*A Ventarola*, 11/03/1888).

No entanto, os animais mortos não eram o único problema. Ainda nesse mês um outro artigo, no mesmo tom daquele, destacava que “A ilustradíssima continua a consentir que façam asneiras os aboletados dos arrematantes da limpeza”. A poeira era a causa da crítica: “[...] nos dias em que esta ventania bota tudo pelos ares, eles [andam] muito a seu gosto varrendo as ruas”.

Conforme o jornal seria necessário usar de “aparelhos precisos para umedecê-las antes de varrê-las”, uma vez que do jeito que era realizado “sofre o público, o comércio e os próprios varredores”. Outra sugestão dada pelo periódico parece, no seu ponto de vista, mais plausível; a proposta também revela a característica de “cidade moderna” imputada pelos moradores, na qual o colaborador do periódico se enquadra impecavelmente: “Porque não mostra a ilustradíssima que Pelotas se acha no elevado grau de civilização, e manda, ordena, impõe para que a limpeza das ruas seja feita da meia-noite para o dia como no grande Rio de Janeiro?”. Dinheiro não faltaria

visto que a cada dia a ilustradíssima aumentava os impostos, os quais eram pagos de mau-grado pelo “pobre povo”. Com certeza, afiançava o jornal, o dinheiro arrecadado não ia para os fiscais, visto que eles “andam cada vez mais magros” (*A Ventarola*, 26/02/1888). No entanto, no número seguinte os responsáveis pela limpeza das ruas eram acusados de também limparem “os cofres públicos”. Não se preocupando com a “[...] limpeza das sarjetas e charcos de que esta pobre e bondosa cidade está eivada. Não se tirarão desses focos de miasmas as imundícies que as produzem?” (*A Ventarola*, 04/03/1888).



Figura 10: Cães nas ruas

Legenda: A tiro, a laço, a bola, a chusso (sic), não escapa um da raça canina.

Fonte *A Ventarola*, Pelotas, n.14, p.1, 10 jul. 1887.

A crítica à limpeza das ruas foi comum em todos os periódicos, demonstrando que a questão ficou mal resolvida durante os anos 1880. A Câmara havia estabelecido algumas normas que regularizavam a limpeza das ruas, no entanto, as críticas dos periódicos revelaram que tanto os serviços públicos como a averiguação de seus cumprimentos pela Câmara eram ineficazes. Em 1878, foram aprovados artigos adicionais ao código de posturas, não permitindo o despejo de materiais fecais e águas servidas nas ruas, praças, pátios ou quintais. Em 1880, foram estabelecidas outras medidas que obrigavam os proprietários urbanos a conservarem suas ruas limpas, varrendo-as duas vezes por semana e removendo a vegetação que crescia nas calhas e telhados. Já o lixo arrecadado deveria ser levado para fora do perímetro urbano²³.

Provavelmente a cidade que Conde d'Eu conheceu durante os nove dias de sua estada no ano de 1865 não era muito diferente daquela satirizada pelos periódicos anos depois. As principais ruas da cidade ainda eram as mesmas, pois seu traçado já datava dos anos 1830. Uma delas era a Rua São Miguel (atual Quinze de Novembro) que devido ao seu intenso comércio de objetos de prata foi comparada pelo príncipe a “*Strada degli Orefici*, de Genova” (D'EU, 1936, p.213).

Por outro lado, a população do município alcançava, no início da última década do século XIX a cifra de 41.591 habitantes, o que representava mais do dobro do número de residentes da década de 1860 (PEREIRA, 1994, p.27). Esse fator provavelmente contribuiu para o aumento da

²³ Conforme Livro de Atas da Câmara Municipal de Pelotas. 1874-1879, 12 de janeiro de 1878 e Livro de Atas da Câmara Municipal de Pelotas, 1879-1883, 7 de agosto de 1880. Apud (GUTIERREZ, 1999, p.240).

necessidade de uma limpeza mais ordenada e que evitasse que a cidade se tornasse um “Vesúvio de imundícies”.

Outro tema recorrente nas páginas dos periódicos foram as epidemias. O *Cabron*, em 1881, tratou de um surto de febre tifóide na cidade. Conforme o periódico a peste “tem tomado proporções agigantadas, roubando-nos a flor da mocidade” (*Cabron*, 13/03/1881). À primeira página apresentavam uma “tormenta” sob a cidade com nuvens carregadas de “tiphoide” (sic) acompanhada por um esqueleto. A legenda da imagem era uma prevenção ao leitor: “Que tormenta nos ameaça!... cuidado com as umidades leitores e vejam a presente figura pouco simpática”. (figura 11)

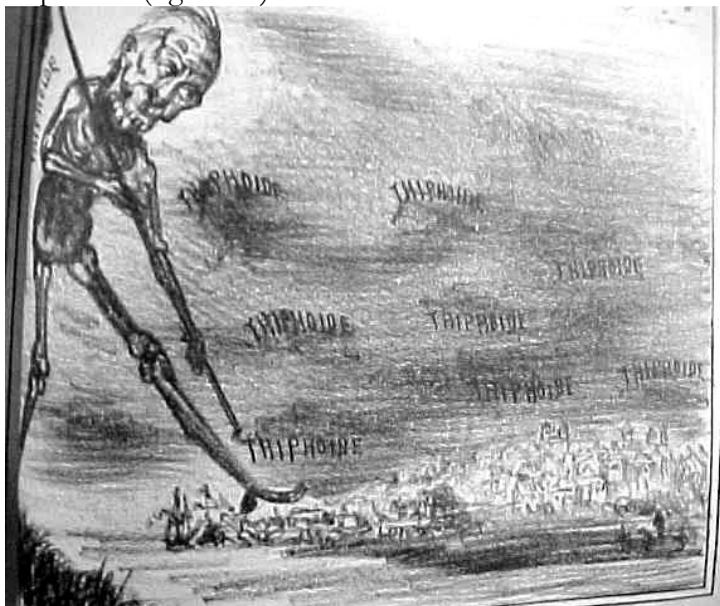


Figura 11: Tiphóide

Legenda: Que tormenta aplacável nos ameaça!... Cuidado com as *umidades* leitores e vejam a presente figura pouco simpática.

Fonte: *Cabron*, Pelotas, n.112, p.1, 13 mar. 1881.

A Ventarola abordou duas epidemias diferentes: varíola em 1887 e febre amarela em 1889. A primeira viria

da zona da fronteira enquanto a outra já estava “a braços com Porto Alegre e Rio Grande”. O periódico se interrogava sobre o que aconteceria à “formosa princesa do sul” quando o surto chegasse. Para prevenir a doença aconselhavam as “senhoras mães de família” que mantivessem suas casas bem desinfetadas e ao “belo sexo” que substituíssem o perfume dos lenços por ácido fênico (*A Ventarola*, 03/03/1889).

Um outro artigo publicado pelo periódico em 1888 mostrava a preocupação de seus colaboradores com a grande mortalidade infantil. Afiançando que apesar d'*A Ventarola* ter nascido “para o riso e para a galhofa”, também poderia “deitar moralidade, sentimentalismo e caridade”. Fingindo que não estavam em pleno período de carnaval, tomavam “[...] a liberdade de pedir a ilustradíssima municipalidade – providências, no sentido de remover as causas da grande mortandade de crianças” (*A Ventarola*, 12/02/1888).

Progresso – Serviços urbanos

Em 1871 visitou a cidade o viajante britânico Michel George Mulhall. Em suas anotações, ele registrou o progresso da cidade, citou o projeto da estrada de ferro até Bagé, das obras de instalação do gás, de um projeto para a colocação de bondes e da construção do novo prédio da Santa Casa (MAGALHÃES, 1993, p.90).

A estrada de ferro narrada por ele somente se tornaria uma realidade no começo da década seguinte. O *Cabrio* apresentou uma ilustração com uma representação de uma mulher, identificada como “Pelotas”, e um trem, que simbolizava o “progresso”. (figura 12)



Figura 12: Pelotas e o progresso

Legenda: Pelotas vai na senda do progresso.

Fonte: *Cabron*, Pelotas, n.67, p.3, 16 maio 1880.

A construção das ferrovias foi considerada no século XIX um dos espetáculos da modernidade, pois as estradas de ferro permitiam, além do transporte de passageiros, o escoamento da produção das fábricas²⁴. Francisco Foot Hardman, ao abordar a inauguração da linha ferroviária Liverpool-Manchester em 1830, uma das primeiras do mundo, salienta a “força do impacto cultural desencadeado por aqueles novos artefatos de ferro” na população londrina. Concomitante, o século XIX “reagia, entre indignação, espanto e encantamento, às criaturas saídas do moderno sistema de fábrica” (FOOT-HARDMAN, 2005, p.34).

Esta deve ter sido também a reação da população pelotense décadas depois; especialmente pelo fato das desavenças entre pelotenses e rio-grandinos expressadas

²⁴ Vale lembrar que Pelotas possuía, além das atividades econômicas oriundas das charqueadas, um número elevado de fábricas nos anos 1880. (LONER, 2001).

pelos jornais de ambas as cidades com debates acalorados. A altercação se deu devido ao ponto do qual o trem deveria partir, se de Pelotas ou de Rio Grande. As obras se iniciaram somente em 1881 e a inauguração ocorreu três anos depois (ANJOS, 2000, p.44). Quando da inauguração a querela foi resolvida com a primeira estação localizada em Rio Grande, a segunda em Pelotas e a última em Bagé (MAGALHÃES, 1994b, p.44).

A ilustração d' *A Ventarola* permite duas possibilidades de leitura. A primeira está relacionada com a disputa entre as duas cidades. Se a intenção do caricaturista foi expressar essa situação, é possível que a mulher que representa Pelotas, que está puxando o trem pela parte traseira, esteja tentando conquistar a primeira estação. Por outro lado, sem se preocupar com essa disputa, o autor da imagem poderia apenas sugerir que a cidade estava entrando na “senda do progresso” e, então, a ilustração pode ser lida ao contrário: o trem é quem está levando Pelotas para o caminho do desenvolvimento.

Um dos serviços urbanos satirizados foi o dos bondes com tração animal inaugurado na cidade em 1873 (ANJOS, 2000, p.50). Há algumas representações deles no *Cabrião* em 1880. As imagens aludem a um episódio de violência ocorrido num dos veículos, de propriedade da Companhia Ferro Carril e Cais de Pelotas. O periódico relatou que um passageiro tentou apunhalar o condutor, por este lhe ter cobrado a passagem muito adiantada. (figura 13)



Figura 13: Confusões no bonde

Legenda: A dias um baldevino quis apunhar um conductor de bonde, por este (provavelmente) lhe cobrar a passagem muito adiantada.

Fonte: *Cabron*, Pelotas, n. 69, p.4, 30 maio 1880.

Na sequência dos quadros, mostrou um passageiro carregando uma faca na cintura, afirmando que “veremos de agora em diante os condutores com um aspecto assustador”. Apesar disso, foi destacado também que os condutores, não conhecendo o passageiro “cobra-lhe de um modo imprudente”, apresentando na imagem o condutor com uma arma na mão cobrando um usuário. Caso semelhante foi apontado em *A Ventarola* em 1887,

num artigo que tratava da “esperteza” dos condutores que cobravam passagens a mais. Exemplificavam a situação denunciando as atitudes de um dos condutores que cobrou de “um amigo nosso” passagens “até de três crianças de seis anos”. Concomitante, criticavam o estado dos bondes: “[...] embarcar num desses calhambeques é recomendar a vida ao tihoso” (*A Ventarola*, 28/08/1887). A situação de precariedade dos bondes foi abordada em outra nota que, além de criticar o serviço, não deixou que a ocasião passasse sem uma dosagem de humor, o que provavelmente proporcionava o riso do leitor, que também poderia ser um usuário dos bondes: “No domingo de volta do parque o bonde, depois de ter descarrilado dez vezes, vinha sobre os trilhos a solavancos tais, que as pessoas sentadas nos bancos eram arremessadas às alturas e caindo sentiam assim o efeito daquela receita que se aplica às crianças choronas” (*A Ventarola*, 19/06/1887).

O serviço de esgotos foi iniciado relativamente tarde se comparado, por exemplo, com o fornecimento de água. A Câmara Municipal somente contrataria em 1887 “[...] o projeto de saneamento coordenado do francês Gregório Howyan, engenheiro civil pela Escola de Pontes e Calçadas de Paris. Tal projeto utilizava o sistema Waring, que emprega a água como veículo condutor dos materiais fecais e detritos” (ANJOS, 2000, p.48).

A Ventarola parece que compartilha a opinião do atraso desse serviço, ao afirmar num artigo que “temos os esgotos na berlinda!”. No texto o colaborador empregou a palavra esgotos com sentido distorcido para criticar a Câmara e satirizar o serviço que seria cobrado dos cidadãos o que gerou “[...] gritos de guerra que, de todos os lados, irrompem, ao saber-se que a Câmara trata de esgotar-nos os fundos das casas”. No entanto, a cobrança não seria possível, pois, “[...] nós andamos todos tão esgotados, que difícil será achar ainda alguma coisa que esgotar”.

Por outro lado, a questão dos esgotos era considerada uma melhoria nas condições de higiene da cidade visto que já era tempo de “acabar com as carroças de asseio”. Nelas eram conduzidas as cubas com os detritos fecais recolhidas nas casas. Em Porto Alegre esses recipientes receberam o epíteto de “tigres”, devido ao “verdadeiro pavor com que os transeuntes se afastavam quando os viam aproximar-se!” (PESAVENTO, 1996, p.10). O mesmo pavor era descrito pelo periódico que aplicava um outro apelido a elas, “pimpolhos” os quais, quando se aproximavam, obrigavam as pessoas a atalhar devido às “essências que ele despede. Venham, pois, os esgotos!” (*A Ventarola*, 17/04/1887).

As obras do saneamento somente seriam iniciadas em 1889, com a aprovação da Assembléia Provincial de uma lei que estabelecia o início das obras na cidade, em Rio Grande e em Porto Alegre (*A Ventarola*, 28/04/1889). A aprovação da lei gerou um acalorado debate na imprensa diária, uns favoráveis e outros contrários. O periódico ilustrado iniciava um artigo sobre a questão associando os esgotos à propagação de doenças: “[...] os esgotos estão condenados na província e em todo o império, porque constituem um perigoso foco de miasmas pestilentas, um verdadeiro viveiro de micróbios da febre amarela e do cólera morbus.” Esta não era, contudo, a opinião do periódico e sim aquela do “Zé Povinho” de Porto Alegre que atribuía aos esgotos a epidemia de febre amarela na Corte e em Santos. Discordando desse ponto de vista o periódico considerava que, pelo contrário, os esgotos preveniam a proliferação de doenças: “Todos os higienistas aconselham os esgotos como o único meio capaz de influir na salubridade dos centros populosos. Em todos os países civilizados há empresas de esgotos, exigidas pelo asseio e pela higiene pública”.

No final o periódico condenava a política, chamando-a de “mesalina, vil e corrupta” como a

responsável por divulgar verdades infundadas à população, a qual “muitas vezes me tira toda a paciência” (*A Ventarola*, 14/04/1889).

Outra razão favorável à criação dos esgotos, apontada pelo periódico, seria o fim do “espetáculo repugnante” estrelado pelas cubas, as quais, muitas vezes eram removidas “altas horas do dia em ocasiões quase sempre inoportunas!”. Ao lado disso, os esgotos eram considerados um símbolo de civilização. Tentando infundir no leitor essa posição traçavam algumas comparações estatísticas entre Pelotas e a Corte, afirmando que “em Pelotas, que não possui esgotos, há mais óbitos do que na corte!”. Afiançavam que esses dados eram de “domínio público” e que essa situação era verificada “em épocas que não grassem epidemias em ambas as localidades.” (*A Ventarola*, 21/04/1889).

Não cabe averiguar se as afirmações do periódico eram “reais” ou se tratava de uma tentativa de persuadir o leitor de que os esgotos eram o melhor para a cidade, apresentando estatísticas assustadoras. Interessa é a posição defendida por eles, uma vez que, ao contrário do verificado em 1887 quando as discussões ainda eram incipientes, agora o periódico conjugava o teor da sátira com sua posição favorável à proposta do saneamento, combatendo os atuais serviços fornecidos pela empresa encarregada pelo asseio público. Assim sendo, a posição do jornal na questão dos esgotos pode ser entendida como uma visão de mundo dos responsáveis pelos artigos, os quais tentavam persuadir os leitores, a partir das suas atitudes e interesses, a sociedade tal como gostariam que ela fosse, ou seja, uma cidade livre de sarjetas repletas de imundícies e do “espetáculo” proporcionado pelas cubas.

O serviço de iluminação pública era realizado com gás hidrogênio desde 1871. Antes as ruas eram iluminadas por lâmpões a azeite, instalados em 1847 (MORAES, 1970). Em 1879, num dos primeiros números do *Cabron*,

apareceu um grande quadrado negro na primeira página que revelava a precariedade do serviço de iluminação da cidade; a sátira resumia-se apenas a duas palavras colocadas na legenda: “Iluminação Pública!!!” (figura 14) O desenho que trata da iluminação pública não pode ser considerado uma caricatura. No entanto, a colocação de um retângulo negro como sinônimo de luz revela um tom satírico, o qual, provavelmente, era entendido pelo leitor que ao ver a imagem e ler a legenda apreendia a mensagem que o caricaturista estava lhe passando.



Figura 14: A iluminação pública

Legenda: A iluminação pública tem dias que vira a cara para outro lado e mostra-nos não sei o que.

Fonte: *Cabron*, Pelotas, n.57, p.8, 07 mar. 1880.

Já num artigo que tratava das condições da iluminação da praça num domingo em que ela foi “muito concorrida”, a crítica era endereçada aos “senhores edis”: “[...] lembramos mandarem colocar mais alguns lampiões, do contrário teremos que ir a praça munidos de velas de sebo [...] E isto de ir a praça com sebo derramar *azeite* é amolação não pequena” (*Cabron*, 01/05/1881) (grifo do jornal). A sátira do periódico revelava uma outra faceta da Pelotas do século XIX: o “derramar azeite”. Essa era uma “gíria” do tempo para a palavra flertar empregada aos rapazes e moças que iam para lugares públicos ou para os bailes das sociedades com a pretensão de arrumar namoro.

Essa expressão era constantemente empregada pelos jornais para criticar certas atitudes de determinadas pessoas, usada, em especial, por alguns semanários que, além de literários, podem ser considerados “de fofocas”, como, entre outros, *O Beijo* e *O Invesível* (LONER; LOPES, 2003). Os ilustrados não se enquadram nesses moldes, embora também apresentassem, de forma não corriqueira, seções “recadinhos” com conteúdo semelhante ao daqueles, como esta publicada no *Cabron* em 1880:

Recadinhos:

Sr. Secco – Ora, o Sr. não se enxerga? Pois eu serei tão tolo em transmitir às meninas do sobrado a sua pertinaz teima? Quer um conselho? Vire-se para o outro lado, talvez caia em graça.

Dona Ajudante – Direi ao *cujo* que V. Ex. quando passa – ri-se por não poder chorar.

D. Pepita – Não posso encontrar o moço loiro, para manifestar-lhe os seus afetos.

Sr. Tavares – Uma menina de minha amizade pede-me para lhe dizer, que no teatro, dirija o seu binóculo para outros *campos*, para não perder o seu tempo.

D. Julietinha – Quando deixará de ser ingrata? (*Cabron*, 29/08/1880) (grifos do jornal).

A Ventarola, por seu turno, não deixou que a iluminação pública passasse despercebida. Assim como o *Cabrião*, um dos primeiros números do periódico abordou o serviço, criticando também a companhia distribuidora de água. (figura 15)

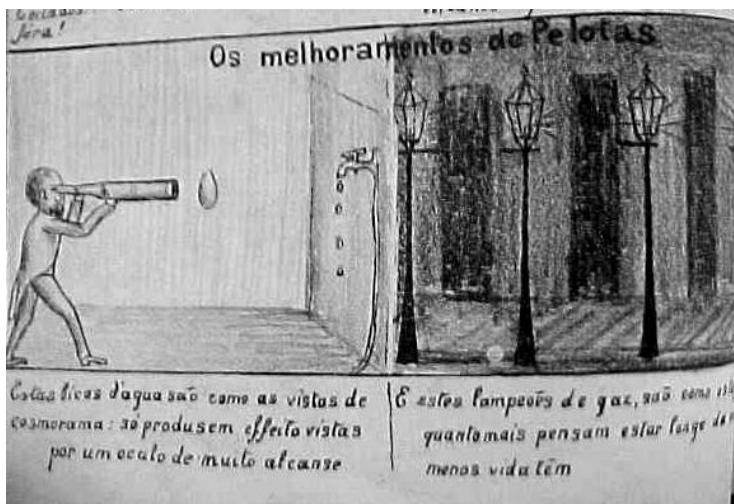


Figura 15: Os melhoramentos de Pelotas

Legendas: Estas bicas d'água são como as vistas de cosmorama: só produzem efeito vistas por um óculo de muito alcance.

E estes lampiões de gás são como os tísicos: quanto mais pensam estar longe da morte, menos vida têm.

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.09, p.3, 05 jun. 1887.

Na imagem, o periódico afirmava que a água somente pode ser vista por um “óculo de muito alcance” enquanto que os lampiões de gás: “são como os tísicos, quanto mais pensam estar longe da morte, menos vida têm.” Além dos chafarizes e da caixa d'água, a cidade contava com a Companhia Hidráulica Pelotense, fundada em 1873, a qual alcançou no final dos anos 1880 a marca de 2.424 prédios abastecidos (ANJOS, 2000, p.48).

Num tom ainda mais satírico, noticiavam que “em pleno século das luzes”, às nove horas da noite de uma quarta feira “ninguém sabia mais de que cor e sexo eram, apenas de que no escuro é, às vezes, que se percebe a diferença do último”. A sugestão do periódico foi a mesma indicada pelo *Cabrion*: o retorno as velas de sebo (*A Ventarola*, 12/06/1887).

Um outro artigo publicado ainda naquele ano revela que os problemas da falta de luz fornecida pelo gás eram constantes:

Estavam as coisas muito bem colocadas em seus eixos, logo após o anoitecer.

Uns vendiam toucinho, outros despachavam quitutes, outros ainda, aviavam o belo sexo que se munia de anquinhas, meias de cor, ligas, etc; e outros finalmente, tratavam de reduzir a letra redonda o pensamento da humanidade.

Foi no sábado, 1º de outubro, [...] eram mais ou menos 7 ¼ da noite; a lua brilhava nas campinas siderais e os *poetas* pelotenses empenhavam a sua melodiosa... guitarra, a fim de decantar pela milésima vez as suas queridas *elas*.

Tudo era festa, tudo era luz e contentamento... Se não quando, o anjo das trevas desce e repousa sobre o nosso gasômetro, reduzindo aquele foco de luz as proporções de um candeeiro daqueles que estavam em voga entre nós, em 1855, cuja luz era alimentada com o odoroso azeite de potro (*A Ventarola*, 09/10/1887) (grifo do jornal).

Da mesma forma que propalava os benefícios advindos com o saneamento, este texto demonstra também uma visão de mundo acatada pelos colaboradores do jornal, uma vez que, suas críticas ao “odoroso” azeite usado no passado era um sinal de atraso, contraposto ao progresso. Associada a esta posição pode ser considerado o pedido do jornal que solicitava a chegada da luz elétrica, como um

sinônimo de melhoria urbana. Além do tom humorístico, o artigo desvenda uma cidade “agitada”, que se quer moderna, motivada, justamente, pela chegada da iluminação que prolongava o tempo noturno.

Assim, aumentava também as sociabilidades, possibilitando o comércio e os “azeites” dos poetas pelotenses. Marcos dos Anjos (2000, p.49) relaciona a chegada da iluminação com a multiplicação de espaços de sociabilidades nas duas últimas décadas do século XIX, como quiosques na Praça Pedro II, cafés, restaurantes e confeitarias. As sociedades bailantes também podem ser consideradas espaços de sociabilidades, como uma das opções de lazer no século XIX. Geralmente elas eram formadas por grupos com alguma afinidade, como a Recreio dos Artistas, constituída por elementos da classe artística²⁵ pelotense e que realizava um baile mensal (LONER, 2002b, p.45-46). Foi justamente num dos bailes dessa sociedade que “o tal gás [cometeu um] dos mais vergonhosos fiascos”. Conforme o jornal, “[...] no melhor do baile, quando se precisa de luz, muita luz, na frase do imortal Goethe, [...] ficam todos encolhidos em trevas, em verdadeiras trevas!...” (*A Ventarola*, 15/01/1888).

Contudo, não foram somente os problemas dos serviços públicos da cidade e o tratamento dispensado a eles pela “Ilustradíssima” que se constituíram as sátiras, críticas e caricaturas dos periódicos. Revelando também outra faceta da “cidade moderna”, atualizada com o desenrolar do que acontecia na Corte, noticiavam, sempre na direção de sua mira humorística, o que acontecia no centro do Império, notadamente o desenrolar da vida política, o que gerou um outro conjunto de imagens e textos que serão analisados no próximo capítulo.

²⁵ Entende-se por artistas, os trabalhadores (artesãos) especializados em determinados ofícios (LONER, 2001).

CAPÍTULO 3

TRAÇOS DE UM LABIRINTO: REPRESENTAÇÕES DO CENÁRIO POLÍTICO IMPERIAL

Em um artigo publicado no dia 24 de junho de 1888 *A Ventarola* explicava a situação política do Império naquele ano

Ao que parece, as coisas políticas vão se complicando de uma maneira desastrada. Elas já constituem um labirinto tal que é preciso grande cópia de sagacidade para entrar na compreensão de tão complicado mecanismo! Uma embrulhada de mil demônios de seiscentos *Fra-Diavolos*...

Os desgostosos de Minas, São Paulo, e Província do Rio de Janeiro, querem caju;

Cotegipe, Paulino e A. Figueira, querem caju e abacaxi;

Os conservadores querem marmelo, digo, marmelada;

Os liberais querem sonhar, isto é... melaço e rapadura;

E a tudo isto a senhora regente não sabe o que deve dar, é preciso que os representantes cheguem a um acordo, afim de que Sua Alteza fique sabendo em que dão as modas.

Além de constituir um “labirinto”, a política já havia se destacado pela Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel em 13 de maio daquele ano. Mas o trecho também revela outras facetas do conturbado cenário político brasileiro instalado desde os anos 1870 e ampliado na década subsequente. Neste período ocorreram

transformações que assinalaram o Império Brasileiro, marcas tão significativas que caracterizaram o declínio e o desfecho do sistema monárquico. Antes dos atos finais do Império, no começo dos anos 1880, o *Cabron* discutia a política como um emaranhado de contradições e numa situação periclitante:

Graves acontecimentos se preparam. Sobre os horizontes da Pátria erguem-se tenebrosas nuvens. O que acontecerá? Teremos revolução? Mudar-se-ão as instituições vigentes? O Imperador abdicará? Teremos república ou voltaremos aos tempos do cego absolutismo? (*Cabron*, 23/05/1880).

Na medida em que as crises do Império foram se agravando, a imprensa ilustrada nacional ia narrando-as e satirizando-as através do humor de suas caricaturas e desenhos. A imprensa ilustrada pelotense não diferiu de suas congêneres. Embora surgida após a questão religiosa e num momento no qual o Exército já estava mais envolvido com as questões políticas, os periódicos pelotenses se reportavam a esses eventos para tratar da crise política. As relações entre o governo e a Igreja, por exemplo, foram abordadas e os caricaturistas se colocavam contra a manutenção da união e se posicionavam como anticlericais.

Por outro lado, e remetendo novamente à citação acima de *A Ventarola*, aparece outra questão complexa e importante; trata-se da “compreensão de tão complicado mecanismo”. Partido Liberal, Partido Conservador, Partido Republicano, Gabinetes, Conselho de Ministros, Ministros, Presidentes de províncias, senadores, deputados gerais, fazem parte desse mecanismo. Esses cargos e as pessoas que os ocuparam durante os anos 1880 na política brasileira foram citados pela imprensa ilustrada pelotense. Em sua maioria, críticas ácidas ou leves, enquanto os elogios eram poucos. Para elucidar as representações da política

brasileira do período (ou como sugere *A Ventarola*, o labirinto da política) abordadas no presente capítulo, optou-se por dividi-lo em três tópicos: 1º: Dom Pedro II, a Princesa Isabel e o uso da figura do índio como uma representação do Brasil; 2º: Quedas e formações de Gabinetes, representados pela figura do Presidente do Conselho de ministros e 3º: a questão da Escravidão e da Abolição. Cabe destacar que essa divisão do capítulo não constitui temas isolados, mas, pelo contrário, os assuntos se entrecruzam e completam as temáticas.

Dom Pedro II, “Isabel, a Redentora”²⁶ e o índio Brasil

A imprensa brasileira gozou no período imperial de uma liberdade que não seria mantida nos anos subsequentes. A imprensa ilustrada, aproveitando dessa condição, tornou a figura do Imperador Dom Pedro II um de seus temas prediletos. Araken Távora (1976, p.13-14) afirma que o próprio Imperador “divertia-se muito” com as caricaturas que o satirizavam.

Já Lília Schwarcz destaca que o Imperador representado nas caricaturas, sobretudo a partir de meados dos anos 1870, era descrito como um “Pedro Banana” ou “Pedro caju”. A sátira revelava a “[...] personalidade e a capacidade de dissimulação, suas pernas finas, a voz estridente; suas viagens, sua mania de erudição, mas, sobretudo a sonolência e a formalidade vazia das Falas do Trono” (SCHWARCZ, 1998, p.420).

Na imprensa ilustrada pelotense a produção de caricaturas de Dom Pedro II foi bastante diferenciada daquela da imprensa fluminense. Ele não foi caricaturado com a mesma intensidade, resumindo-se a poucas ilustrações e notícias, que o identificavam com as palavras

²⁶ O Subtítulo “Isabel, a Redentora” é inspirado em (DAIBERT JUNIOR, 2004).

sinônimas “decrepitude” e “caduquice” (*A Ventarola*, 26/05/1889). Destacaram-se, contudo, aquelas veiculadas n’*A Ventarola*, relativas à sua terceira viagem à Europa em 1887: “Lá se foi, mar afora, o Sr. Dom Pedro II, Imperador constitucional e defensor perpétuo deste país do cacau e do café” (*A Ventarola*, 10/07/1887).

A terceira viagem foi rodeada, conforme Lilia Schwarcz, “por um mar de controvérsias” (SCHWARCZ, 1998, p.429). Os jornais como os políticos davam os mais variados motivos para a viagem. Constatação semelhante foi averiguada no periódico pelotense, o qual destacou na continuação da nota anterior que, as notícias chegadas pelo telégrafo eram desencontradas. Para “[...] os entendidos S. M. há de recobrar a perdida saúde e voltar à Pátria são como um pêro (sic)”. Para a Câmara, o Imperador ia coagido “[...] pois que não desejava deixar a terra das bananeiras onde canta o sabiá”²⁷. Outros, por sua vez, asseguravam que ele estava “[...] sofrendo de diabetes, precisava tomar certas águas européias.” Por fim, apenas uma ocorrência era verdadeira: o poder estava sob o comando da “Sereníssima Princesa D. Isabel” a qual ficava com o dever de solucionar os problemas do Império, dos “escravos, da secularização dos cemitérios, do registro civil de casamentos e óbitos” (*A Ventarola*, 10/07/1887).

A doença do Imperador intensificou os rumores de um terceiro reinado, houve uma apreensão geral, já que o Conde D’Eu, marido da Princesa Isabel, tornara-se uma figura bastante impopular²⁸. Os boatos não ficavam

²⁷ A referência é o poema “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias publicado em 1847. No entanto o trecho “Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá” foi substituído por este, com as bananeiras.

²⁸ “Corriam muitos boatos sobre a avareza dele [Conde D’Eu], e inclusive acerca de seus negócios espúrios: seria dono – diziam - de ‘casas de pensão’. Jornais como *O Diário*, de 3 de agosto de 1889, chamavam o genro de d. Pedro de ‘o corticeiro’, o ‘agiota sem berço’, revelando as preocupações que giravam em torno da questão da

restritos somente à Corte, como também chegavam à Pelotas, sendo especulados pelo hebdomadário:

Sobre a saúde física de S. M. Dom Pedro II, diz o telégrafo que é lisonjeira; quanto a [saúde] mental, diz o mesmo que não é boa, isto é, que agravam-se os antigos sofrimentos daquele respeitável monarca, o que sinceramente lamento.

Falou ainda o telégrafo em abdicação, fato este que, ao que se nota, não tardará a ser consumado.

Resta que S. A. I. procure por todos os meios, um meio de encetar o terceiro reinado de forma que se torne simpática à causa pública.

Urge que quem governa se identifique com as aspirações dos governados, para poder governar. (*A Ventarola*, 06/11/1887).

Por outro lado, apesar do dia da morte do Imperador estar próximo, como era destacado acima, o periódico noticiava que desde sua saída do Rio de Janeiro, seu itinerário era bastante intenso “[...] assistindo a espetáculos, a sessões científicas, visitando fábricas, museus, bibliotecas, igrejas, bosques, prados, laboratórios, etc. Para um corpo depauperado pela enfermidade, isto é simplesmente extraordinário.” (*A Ventarola*, 11/12/1887).

Nos trechos acima, não obstante o periódico tivesse tratado num primeiro momento da questão da saúde do Imperador, a continuação do artigo revelava o tom humorístico empregado ao noticiar o andamento da viagem, satirizando os prováveis passeios e visitas que sua majestade, mesmo doente, certamente estava realizando pela Europa. A mesma nuance foi empregada nos desenhos

sucessão. Por outro lado, desde o nascimento do segundo filho de Isabel, quando a família real teria optado pelos trabalhos de um médico francês, comentava-se, com desgosto, o ‘estrangeirismo’ do casal.” Cf.: (SCHWARCZ, 1998, p. 432).

humorísticos que trataram da partida do Imperador, sua chegada à Europa e o seu tratamento, publicados no dia 11 de setembro de 1887 reproduzidos a partir da *Revista Illustrada*. (figura 16)

Na série, o Imperador está no navio *Gironde* que o levou para a Europa; apesar de aparecer sozinho na imagem, foi acompanhado por uma comitiva de aproximadamente 20 pessoas. A legenda confirma o gosto do Imperador por literatura e música: “O rei poeta tangendo a lira”. O segundo quadro trata da vontade do Imperador de visitar lugares: “[...] apesar da resistência dos médicos S. M. não deixa do seu sistema de andar a galope por toda a parte”. Já no último quadro, é abordado o verdadeiro motivo da viagem do Imperador, porém, com humor: “E depois de visto, escutado, apalpado e examinado por várias notabilidades médicas... Aconselharam a Sua Majestade que tomasse ducha afiançando que o uso das águas de Baden-Baden o restabelecerá completamente”.

A composição, além de satirizar a viagem, criticava a busca de erudição do Imperador, como o interesse por línguas, astronomia e literatura, a qual, na opinião de muitos “não se adaptavam à política ou à vida cotidiana” (SCHWARCZ, 1998, p.419).

A sátira do segundo quadro remete às várias visitas realizadas pelo Imperador, que aportou em Portugal e depois seguiu para a França. Por recomendação dos médicos, tanto daquele que o assistia desde o Brasil, como dos franceses, foi encaminhado à estação de cura de Baden-Baden (TÁVORA, 1976, p.98), assunto abordado no terceiro quadro. Ali ficou por seis meses e depois fez um cruzeiro pela Riviera Italiana, devendo, então, retornar ao Brasil.

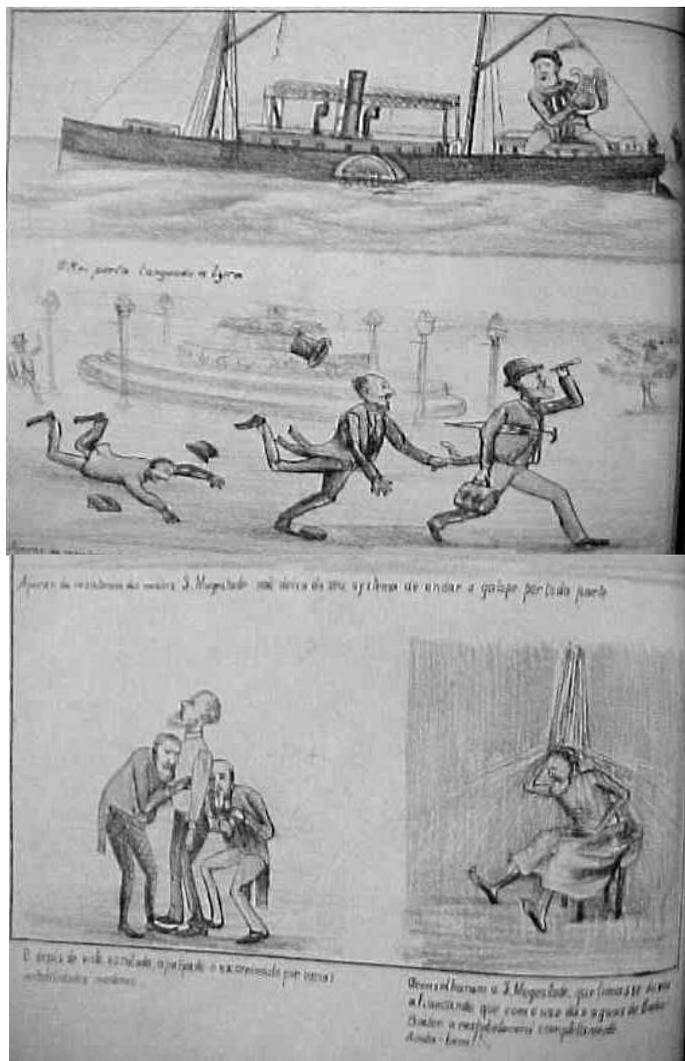


Figura 16: A Viagem de Dom Pedro II

Legendas: O rei poeta tangendo a lira

Apesar da resistência dos médicos S. M. não deixa do seu sistema de andar a galope por toda a parte

E depois de visto, escutado, apalpado e examinado por várias notabilidades médicas...Aconselharam a Sua Majestade que tomasse ducha afiançando que com o uso das águas de Baden-Baden o restabelecerá completamente. Ainda bem!!

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.23, p.8, 11 set. 1887.

Os jornais da época discutiam e apresentavam contradições sobre o retorno do Imperador; novamente *A Ventarola* noticiava informações diversificadas sem, no entanto, perder a oportunidade de satirizar:

Uns dão-no passeando em franca convalescença pela Europa, assistindo a concertos, a sessões científicas, visitando museus e fábricas importantes. Outros dão-no afetado de pleurisia e paralisia, outros ainda, anunciam melhoras na preciosa saúde de S. M. e dão-no de novo, em franca convalescença. Onde está, não me dirão, a verdade, em todo este **labirinto** de contradições? (*A Ventarola*, 10/06/1888). (grifo meu)

Embora o periódico tenha abordado neste trecho os contra-censos advindos com as notícias enviadas pelos repórteres que acompanhavam a viagem do Imperador, a palavra labirinto apareceu novamente associada a política brasileira. Averiguando a sua utilização, aqui e no trecho citado no começo do capítulo, é possível considerar que para a redação do periódico a situação política encontrava-se, por um lado, num momento tumultuado em que os políticos se digladiavam defendendo posições opostas (como, por exemplo, no caso do pagamento das indenizações aos ex-proprietários de escravos) e por outro numa circunstância de ambiguidade pois, devido ao emaranhado de notícias diferentes enviadas da Europa, os súditos não sabiam ao certo o “verdadeiro” estado da saúde de sua Majestade. Assim sendo, tanto os jornalistas d’*A Ventarola* (e, ao que parece, o público leitor) não conseguiam acompanhar o fio de Ariadne e acabavam se perdendo entre os sinistros muros do labirinto da política imperial.

Apesar das notícias desencontradas, e passados alguns meses, o Imperador voltou. Nas *Notas semanais* o periódico publicou que o Sr. João Alfredo, presidente do

Conselho de Ministros, declarou ter pedido a exoneração do cargo ao Sr. Dom Pedro II. Com esta notícia o periódico concluiu que “S. A. a redentora” já não é mais quem comanda “as rédeas do governo” e que “a prevista abdicação não passou de uma balela”. No final do artigo indagavam: “Ou S. M. veio curado dos diabetes e não faz mais sonetos, estando apto para assumir as rédeas do governo, ou continua a Pátria com uma tutoria anticonstitucional. Os tabaréus do império desejam saber em que param as modas: ou o governo de Pedro ou o de d’Eu” (*A Ventarola*, 02/09/1888). No fragmento, o periódico deixava transparecer uma crítica à indiferença do Imperador no trato com as questões políticas e do seu desinteresse pelo império, estando mais preocupado com a literatura do que com o governo, além de destacar o perigo de um provável terceiro reinado, tendo como Imperador o marido da Princesa.

A iminência da sucessão imperial era presente no final daquela década e explorada pelo periódico, como se observa num outro artigo publicado em 1889. Neste, a preocupação ficou mais explícita, salientando que o “[...] futuro Rei Orleans conhece o terreno em que pisa”. Na opinião do periódico, a situação se agravava devido a falta de ideais por parte dos partidos monárquicos, os quais somente se interessam em “subir ao poder, quando estão [por] baixo e manter-se no poder quando o pilham”. O texto encerra concluindo que o “futuro que nos aguarda” terá as “calamidades e as baixezas com que nos acena o orleanismo!” (*A Ventarola*, 10/03/1889).

As sátiras direcionadas à Princesa deram-se, sobretudo, no período de sua regência. O que marcou a passagem da Princesa Isabel no trono imperial brasileiro foi a Promulgação da Lei Áurea em 1888. Após a Abolição, tentou-se difundir uma imagem positiva da Princesa através de suas qualidades de boa filha, boa esposa e boa mãe; neste período foi lhe atribuído por José do Patrocínio o

epíteto de “Isabel, a redentora” (DAIBERT JUNIOR, 2004, p.136)²⁹. Logo, *A Ventarola* passou a designá-la “A Redentora”, embora numa conotação diferente, usando o predicado, em grande parte, para satirizá-la.

Um dos motes preferidos para tratar da Princesa foi associá-la à Igreja, devido ao seu fervor católico. Ao lado disso, a Igreja Católica foi outra instituição bastante visada pelos semanários de Pelotas, os quais, não foram os únicos a adotar uma atitude anticlerical. Herman Lima (1963, p.242-243) destaca que, quando a Questão Religiosa tornou-se o assunto da Corte, em 1874, os três principais jornais ilustrados: *Semana Illustrada*, *Vida Fluminense* e *O Mosquito* em unísono declararam-se anticlericais e aproveitaram a situação para ridicularizar os bispos e a igreja.

Logo após a lei da Abolição *A Ventarola* noticiava que “o miserando prisioneiro do Vaticano, diretor espiritual do mundo católico-romano” enviou uma carta de congratulações à Princesa em razão da lei. Salientou que, a “entidade brasileira” estava “quase pagã com respeito às ideias progressistas” e que o motivo para isso era a “crendice popular, os preconceitos e a superstição”. Para o periódico somente depois que o povo se desarraigasse desses convencionalismos é que atingiria o progresso (*A Ventarola*, 01/07/1888).

Numa série de desenhos, o periódico denunciava que o Papa, aproveitando-se da regência da Princesa, estava pressionando o país. Para mudar a situação e não prolongar mais esse “Estado no Estado”, tornava-se necessário “largar o rosário” e “cuidar das artes e da lavoura”, uma vez que, com aquele não se “alcança o progresso”. (figura 17)

²⁹ Já Lília Schwarcz sustenta que o epíteto foi dado a Princesa Isabel por Joaquim Nabuco. (SCHWARCZ, 1998, p.438).



Figura 17: O anacrônico papado e a pressão sobre o país

Legendas: O anacrônico papado aproveitando-se, naturalmente, da ocasião em que governa a Sr^a Isabel, está exercendo a maior pressão sobre o país.

Torna-se mister que as cenas se mudem e que o país não albarde por mais tempo esse Estado no Estado.

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.68, p.4, 15 jul. 1888.

No último quadro, era destacado que este “estado anômalo” representado por um rei velho e cabisbaixo, já estava chegando ao seu término, aparecendo em seu lugar o “progresso”, representado pela alegoria feminina da República. Como será discutido no capítulo seguinte, *A Ventarola* empregou suas críticas à Monarquia Brasileira contrapondo-a às benesses que o advento do Republicanismo proporcionaria ao país. No caso das imagens e das legendas da série acima nota-se que a questão republicana foi mencionada através da palavra progresso, que além de sua significação maior, tornou-se um dos preceitos da doutrina positivista adotada por parte dos republicanos brasileiros. Somente quando o Brasil deixasse de ser um “estado anômalo”, representado pelo governo monárquico, sendo substituído por outro, o regime republicano, seria possível o aparecimento do progresso. Ao lado disso, o “incentivo” dado à igreja pela Princesa Isabel, contribuiria para a permanência do retrocesso do país³⁰.

As relações entre a igreja e a Princesa foram, novamente, o tema de uma série de desenhos publicados nas páginas centrais do periódico na edição do dia 29 de julho de 1888. Nela, era destacada a questão do terceiro reinado e uma declaração feita por Gaspar Silveira Martins: “[...] andaram as más línguas espicaçando a reputação do Sr. Silveira Martins afirmando que S. Exa. chamara S. A. de Joana Louca”. Conforme o periódico, Silveira Martins não tinha intenção de censurar a Princesa, embora ela andasse “descalça varrendo as igrejas”. Seu único medo era

³⁰ Conforme Robert Daibert Junior a Princesa Isabel era vista como “beata, por seu excesso de dedicação ao catolicismo, era considerada uma reacionária ultramontana”. Ainda segundo o autor, a associação teve seu auge na “questão religiosa” quando a Princesa intercedeu a favor da anistia dos bispos, o que gerou-lhe certa impopularidade. (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 86-87).

que, assim como aquela Joana, “S. A. se fanatizasse, ficando impossibilitada de ser a futura imperatriz do Brasil”. (Figura 18)



Figura 18: Princesa Isabel varrendo igrejas

Legendas: Fatigado de ouvir tamanha injustiça S. Exa. Declara que é falso, que censurara S. A. quando ela andava descalça varrendo as igrejas.

Que receava, com fundamento, que S. A., como aquela Joana, se fanatizasse ficando impossibilitada de ser a futura Imperatriz do Brasil.
Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.79, p.4, 29 jul. 1888.

Mesmo noticiando que a acusação era falsa, conforme declaração do próprio deputado, o periódico pelotense aproveitou a situação para satirizar o fervor católico da Princesa. Provavelmente, nos desenhos, a declaração foi aumentada, uma vez que, na ótica do periódico, cabia à Princesa, como chefe soberana da nação, desempenhar funções importantes em benefício do progresso do país, e não varrer igrejas, por exemplo. Contudo, as imagens da Princesa Isabel varrendo e rezando remetia o leitor a uma questão maior: a

conservação da aliança entre o Estado e a Igreja fator que, na visão do periódico, contribuía para a manutenção do atraso brasileiro.

Isso foi verificado também numa outra caricatura, na qual, o índio representando o país conferencia com a Princesa, acompanhado por duas alegorias, uma a “lavoura” a outra a “Indústria nacional”. Novamente, nota-se nesta imagem a questão do progresso, agora relacionada ao tema da economia do país, representada pela lavoura e pela indústria. O índio interroga a Princesa: “Desejo saber qual o destino que aguarda estas infelizes. Por minha parte estou velho, pobre e embelizariado (sic), isto é, quase falido”. (figura 19)



Figura 19: O índio, a lavoura e a indústria nacional

Legendas: Senhora! Desejo saber qual o destino que aguarda estas infelizes. Por minha parte estou velho, pobre e embelizariado, isto é, quase falido.

A política tem [me] sugado todo o sangue. Sou bananeira que já deu fruta...

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.64, p.8, 17 jun. 1888.

Na sequência dos desenhos destacavam que ao contrário daquela situação, na qual se encontrava o país, a Princesa somente se preocupava em “tirar de uns para dar aos outros”, numa alusão à sua simpatia com os setores eclesiásticos. No último quadro, aparece um homem com um turíbulo incensando alguns objetos relacionados à nobreza. Provavelmente, a crítica feita neste se refere à distribuição de títulos nobiliárquicos, realizado com o amparo da igreja.

O índio, utilizado na ilustração acima e em outras séries de desenhos, foi escolhido por Angelo Agostini para ser o símbolo do país, desde sua passagem por São Paulo no *Cabrião* (LIMA, 1963, p.782). Após a chegada de Agostini na Corte, a figura do indígena foi muito difundida entre os caricaturistas do século XIX para representar, não só o país, como também para simbolizar o governo imperial. Contudo, ele não foi escolhido por acaso, uma vez que, “[...] no imaginário europeu, ele não era só ‘puro’ e ‘inocente’, como estava, fora da sociedade, não se *misturava* com ela” (TEIXEIRA, 2001, p.25). Assim, ele se tornou uma figura “inocente” usada na imprensa humorística para tratar, sobretudo, de questões políticas. Os periódicos pelotenses não diferiram dos seus contemporâneos da Corte, apresentando-o ora velho e alquebrado cercado de sanguessugas, ora acompanhado de pessoas e/ou alegorias, ou ainda conversando com o ventaroleiro sobre atividades políticas ou acontecimentos importantes.

O índio foi o recurso usado para tratar da vinda de jesuítas para o Brasil. A série abordava os “imigrantes jesuítas” que haviam saído da Antuérpia para o Brasil. O primeiro quadro apresenta várias aves, todas com cabeças humanas e com chapéus de três bicos, o tricórnio. No segundo surgem vários padres metamorfoseados: corpo com batina, rosário no pescoço e cabeça de burro, alguns usam óculos e outros trazem as mãos cruzadas à altura da

cintura, todos acompanhados por mulheres. No quadro seguinte o periódico revelava o verdadeiro motivo que instigou os jesuítas a virem para o Brasil. (figura 20)

Numa sátira entretida, mas, ao mesmo tempo, ácida, o periódico revelava na legenda que “o contrato é singularíssimo”, numa menção a supostos envolvimento de jesuítas com mulheres. Perplexo, o ventaroleiro pergunta ao índio, aqui chamado de pai: “Eu sempre julguei que nos mandassem imigrantes para a lavoura!” o qual responde: “É por isso que a pobrezinha [a lavoura] está nesta penúria...”



Figura 20: Os Jesuítas no Brasil

Legendas: Dizem nos que o contrato é singularíssimo, o que não admira [nos] desde que a sua redação ficara entregue a tão boas mãos, acrescenta a Gazeta de notícias.

E esta, padre (pai)! Eu sempre julguei que nos mandassem imigrantes destinados a lavoura!...

Filho, é por isso que a pobrezinha está nesta penúria...

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.66, p.8, 01 jul. 1888.

Essa imagem vai ao encontro do que é chamado por Raoul Girardet de “complô jesuíta” (GIRARDET, 1987, p.25-62). Ao analisar o texto *Le juif errant* (O judeu errante) de Eugène Sue, o autor assevera que essa temática foi cara ao imaginário político dos séculos passados. Um trecho da obra de Sue citado por ele é esclarecedor:

Notava-se sobre esse globo [planisfério] uma multidão de cruzinhas vermelhas espalhadas por todas as partes do mundo; do norte ao sul, do levante ao poente, desde as regiões mais bárbaras, as ilhas mais distantes, até as nações mais civilizadas, até a França, não havia um território que não exibisse vários lugares marcados com aquelas pequenas cruces, servindo de pontos de referência... (GIRARDET, 1987, p.27).

As cruzinhas referem-se aos pontos do planeta nos quais a Companhia de Jesus estabeleceu, conforme a obra de Sue, “seus centros clandestinos de espionagem e subversão”. No centro da mitologia do complô impõe-se uma imagem, temível e temida, da Organização, no caso a Companhia de Jesus, como capaz de se espalhar e dominar todos os países: “uma inextinguível vontade de poder e de retomar o sonho eterno da edificação de um Império em escala universal, da unificação do globo sob uma única e total autoridade” (GIRARDET, 1987, p.36). *A Ventarola* parece partilhar dessa concepção; o desenho humorístico que tratou da vinda dos jesuítas para o Brasil passava uma imagem deles como seres temíveis, membros de uma

organização que pretendia dominar tudo e que, ao invés de acompanharem as famílias que se dedicariam à lavoura, pretendiam gozar de um contrato singular. O tom contrário aos jesuítas defendido abertamente pelo jornal pode ser considerado como mais um item empregado pelo jornal para criticar as relações entre a Igreja e o Estado, evidenciada nas sátiras à Princesa Isabel.

Cabe destacar que o fato da Princesa Isabel ser “*devota de mais*” na concepção do periódico e manter relações excessivamente estreitas com os setores da igreja serviu para o periódico, ao mesmo tempo, se contrapor ao sistema monárquico e satirizar a igreja. Ainda, conforme o periódico, a aliança entre essas duas instituições representava o retrocesso do país e que para reverter esse quadro e dar nova vida ao “índio velho” seria necessário, não só acabar com esse “estado dentro do estado”, como também mudar o próprio estado, o qual seria substituído por outro que proporcionaria o advento do progresso; o novo governo desejado pelo periódico era o republicano. No entanto, as críticas não foram direcionadas somente ao Imperador e à Princesa; outra gama de desenhos tratou dos políticos que estavam no centro do poder.

Decifrando o “labirinto”

Entre os grupos que constituíram a elite da política brasileira do século XIX, o mais importante era aquele dos ministros. Eles eram “os agentes do poder executivo, cujo titular era o Imperador, que tinha total liberdade em escolhê-los” (CARVALHO, 1996, p.49). Os ministros compunham um Gabinete que deveria desempenhar as funções administrativas do império, enquanto o Imperador desempenhava o poder moderador, o que lhe dava plenos direitos para demitir o presidente do conselho e convocar outro para formar um novo gabinete. Após a criação do cargo do Presidente do Conselho de Ministros em 1847 o

Imperador passou a escolher apenas o presidente que, por seu turno, escolhia seus ministros auxiliares (CARVALHO, 1996, p.49).

A imprensa ilustrada pelotense abordou tanto aqueles que caíram, como aqueles que, conseqüentemente, foram formados. Em ambos os casos, os percalços do antigo Gabinete e a consolidação do novo, foram tratados sob a ótica do humor sendo que, em grande parte das situações, a sátira e a crítica eram corriqueiras.

Seguindo na ordem em que foram representados, de acordo com a circulação dos periódicos, as primeiras notícias aparecidas no *Cabron* tratavam do Gabinete encabeçado pelo Conselheiro João Luiz Vieira Cansação de Sinimbú, político ligado ao Partido Liberal que pediu exoneração do cargo, sendo substituído por outro liberal, o político baiano José Antonio Saraiva em 1880 (TÁVORA, 1976, p.75). Conforme o periódico, os demais colegas da imprensa diária deram a notícia sobre o “formidável pontapé imperial” sem se certificarem sobre a veracidade do acontecido. A redação do *Cabron*, por seu turno, resolveu previamente levantar todos os detalhes através do telégrafo: “O nosso serviço telegráfico acha-se perfeitamente estabelecido. Dispomos de ótimos correspondentes que se acham melhor informados do que os do *Correio*.” (*Cabron*, 14/03/1880).

Apesar do nome de Saraiva ter sido escolhido pelo Imperador no início de março, somente no final daquele mês ele chegou, vindo da Província da Bahia, à Corte, e escolheu os demais ministros (*Jornal do Comércio*, 30/03/1880). Sobre a demora do novo presidente, o *Cabron* indagava que: “[...] quem sabe se apanhou com alguma indigestão de vatapá?” Em contrapartida, o atraso foi útil para o conselheiro Sinimbu que “mais tempo ficou ao leme da nau do Estado” (*Cabron*, 28/03/1880). Ainda neste número e relacionado com a crise ministerial foram publicadas nas páginas 4 e 5, um quadro intitulado: “quinta

e sexta feira santa (políticas)”. O desenho era composto por dois personagens: a política liberal e o conselheiro Sinimbú, apresentados numa releitura da *Pietà* de Michelangelo. A inscrição colocada na divisa junto à cruz refere-se à data da criação do ministério formado pelo conselheiro Sinimbu: 5 de Janeiro de 1878. (figura 21)



Figura 21: Gabinete 5 de janeiro

Legenda: quinta e sexta feira santa (políticas).

Fonte: *Cabron*, Pelotas, n.60, p.5, 28 mar. 1880.

Sobre a gestão do novo presidente o periódico num artigo intitulado “Que Xelindreira!” destacava que o Presidente Saraiva apresentava “um programa completo de reformas”. O título do artigo se referia justamente ao programa, já que ele desejava “reformular tudo que é antigo, ou por outra, o que o Sr. Sinimbu deixou em projeto” (*Cabron*, 25/04/1880). Entre as propostas apresentadas estava a reforma eleitoral que seria aprovada no início de 1881, com o nome de Lei Saraiva. Com a nova lei, foi estabelecido o voto direto para as eleições legislativas acabando assim com as diferenças entre votantes e eleitores, embora fosse mantida a exigência de um nível mínimo de renda (FAUSTO, 1995, p.233). Ao tratar dessa questão o periódico criticou as prováveis fraudes eleitorais, afirmando que até aqueles “próximos às portas da morte, precisando do padre para a última unção” também seriam considerados eleitores através da nova lei, mesmo estando impossibilitados de “depositar a competente chapinha de ferro, pois a de outro metal talvez não tape bem o rombo” (*Cabron*, 02/01/1880).

Em *A Ventarola* a situação não diferiu. Quando o periódico iniciou sua circulação, em 1887, era Presidente do Conselho João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, político ligado ao Partido Conservador. Acusado de usurpar o trono, devido à viagem do Imperador, ele foi satirizado pela imprensa ilustrada fluminense que o chamava Dom Cotegipe I (TÁVORA, 1976, p.96). Logo o apelido foi adotado em *A Ventarola*. Conforme o periódico, Cotegipe estava tentando suceder o Imperador “pela porta falsa da usurpação” assim sendo, a seguir a imprensa anunciaria ao mundo que “[...] no trono do Império está D. Cotegipe representante da terra do vatapá e da mulatinha do caroço!” (*A Ventarola*, 29/05/1887). Numa referência ao estado da Bahia, onde nasceu o ministro.

Ainda naquele ano, e um pouco antes da viagem do Imperador, Cotegipe, que estava no cargo desde 1885, tentou reverter a crise pela qual sua gestão estava passando com uma reforma ministerial. Ao noticiar a reorganização, o periódico destacava que “fez muito bem porque o outro já estava cheirando a ranço” (*A Ventarola*, 15/05/1887).

Contudo, mesmo após a reforma a oposição não foi minorada. Cotegipe enfrentou a oposição da imprensa fluminense pedindo o retorno dos liberais ao poder. Na Província, destacava o periódico, “o senhor Cotegipe desfruta da mais santa paz do senhor” assim referido, pois, ao contrário daquela, a imprensa rio-grandense não discutia a possibilidade de um novo ministério que acabasse “com essa interminável pandega do elemento servil” (*A Ventarola*, 07/08/1887). Este foi outro tema, no qual o ministério sofreria uma forte resistência, sobretudo pelas atividades dos políticos abolicionistas, como Joaquim Nabuco. Ao tratar de um pronunciamento deste político em 1887, chamado de “proeminente chefe do abolicionismo no Império”, destacavam ser uma pena que “não se multiplicaram os Zumbis”, talvez assim, seria dado fim à “vergonha que se chama escravidão”. No entanto, o responsável “moral por semelhante anomalia” era o Barão de Cotegipe, acusado de ser “solícito em ‘cumprir a lei’” no que se referia a questão dos escravos (*A Ventarola*, 13/11/1887).

Nos anos 1880 a campanha abolicionista, que havia arrefecido devido à lei do Ventre Livre, promulgada na década passada, foi retomada com ênfase, sobretudo com o surgimento de associações e jornais (FAUSTO, 1995, p.218). Mesmo Cotegipe tendo aprovado a Lei dos Sexagenários, como uma estratégia para reverter o quadro, a campanha contra a escravidão não diminuiu. A *Revista Ilustrada* caricaturava o Presidente do Conselho com trajes reais e afiançava que ele era “D. Cotegipe I, Imperador inconstitucional e defensor perpétuo da escravidão”

(TÁVORA, 1976, p.96). Já *A Ventarola*, destacava que à campanha aderiram membros dos vários segmentos do poder nas câmaras municipais, nas assembléias provinciais e no senado: “O tempo continuou na sua marcha ininterrupta e a ideia da abolição – que havia sido plantada em bom terreno – ‘retraiu-se’ por momentos para tomar, como a onda, maior e mais indomável impulso” (*A Ventarola*, 12/02/1888).

Não obstante as críticas da imprensa e aquelas advindas dos abolicionistas, o Gabinete chefiado Cotegipe era um empecilho às pretensões da Princesa Isabel: “Os esforços de Isabel em aprovar qualquer medida anti-escravagista esbarravam nas recusas do ministério chefiado pelo conservador Cotegipe” (DAIBERT JUNIOR, 2004, p.129). Um incidente no qual estava envolvido Coelho Bastos, chefe de polícia da Corte, que perseguia os abolicionistas, indignou a opinião pública da Corte e foi o pretexto necessário para indispor a Princesa com Cotegipe, o qual acabou se demitindo do cargo. Numa série de desenhos humorísticos intitulado “últimos acontecimentos” o periódico ressaltava que “as coisas políticas e sociais” estavam em desordem, devido aos conflitos que envolviam a polícia. A isso, e reconhecendo a falta de prestígio, popularidade e apoio do exército, o governo “[...] cruza os braços e, segundo consta, solicita ao poder moderador a sua demissão”. (figura 22)

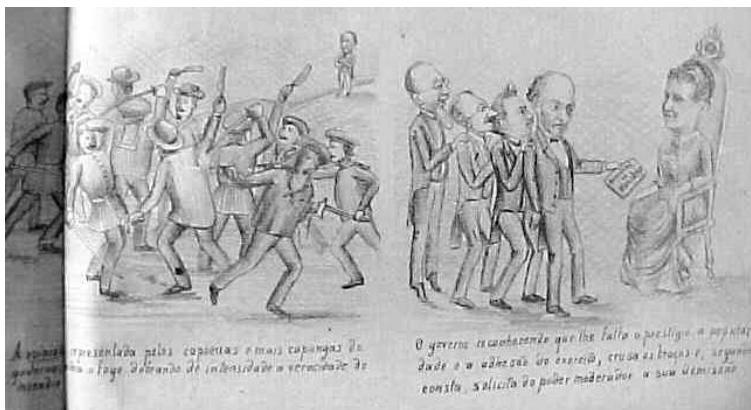


Figura 22: A demissão do Ministério

Legendas: Últimos acontecimentos. A opinião representada pelos capoeiras e mais capangas do governo atea fogo dobrando de intensidade a ferocidade do incêndio.

O governo reconhecendo que lhe falta o prestígio, a popularidade e a adesão do exército, cruza os braços e, segundo consta, solicita do poder moderador a sua demissão.

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.49, p.5, 11 mar. 1888.

Nesta parte da série o jornal representava as desordens ocorridas na corte, destacando-se, ao fundo, a figura de Cotegipe observando a tudo de longe e numa posição um tanto altiva. Já na imagem seguinte, sua fisionomia foi modificada sendo representado cabisbaixo, acompanhado por três de seus ministros, os quais, sob a proteção de Cotegipe, espiavam a entrega à Princesa da demissão do ministério.

Alguns dias após a queda e aproveitando a época das festas da Páscoa (mesmo recurso empregado pelo *Cabron* na queda de Sinimbu), o periódico usou a metáfora do sábado de aleluia e o enforcamento do apóstolo Judas para apresentar a “política decaída” representada pelos ex-ministros, tendo no centro da imagem o Barão de Cotegipe. (figura 23)

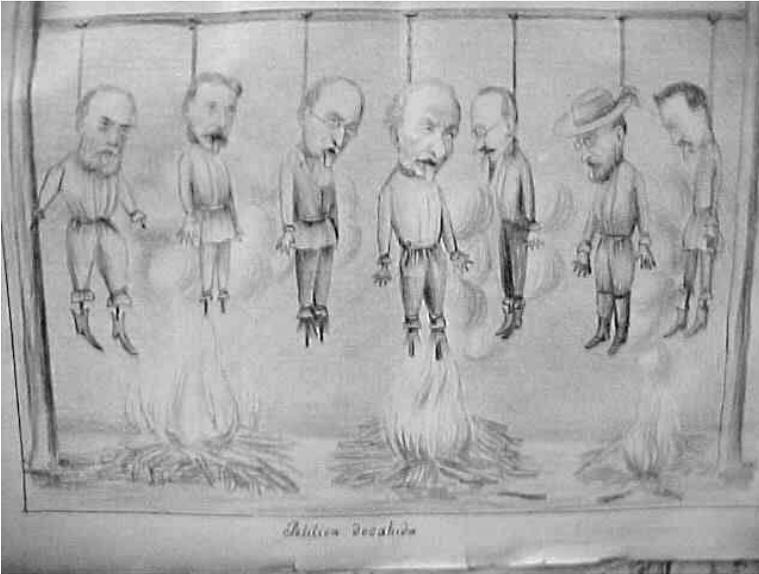


Figura 23: A política decaída

Legenda: Política decaída

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n. 52, p.8, 01 abr. 1888.

No exemplar publicado no dia 18 de março daquele ano era dada como finda a crise ministerial e anunciado o novo ministério formado sob a presidência de João Alfredo. Ao noticiar os novos ministros, o periódico destacava o nome de Antonio da Silva Prado, chamado para o ministério dos estrangeiros, como “o grande abolicionista paulistano e o verdadeiro homem da época”. A atuação do conselheiro Antonio da Silva Prado, na assembléia provincial de São Paulo, a favor da abolição, havia sido noticiada pelo periódico alguns números antes da formação do novo Gabinete (*A Ventarola*, 19/02/1888).

A abolição, que havia encontrado no ministério Cotegipe um forte opositor, seria finalmente promulgada alguns meses depois da organização do outro chefiado por João Alfredo, o qual empenhou-se para que ela ocorresse,

mesmo sendo ele membro do Partido Conservador. José Murilo de Carvalho destaca que as principais leis de reforma social relacionadas com a questão da escravidão (Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários e, por fim, a Lei da Abolição) foram aprovadas com o apoio de Ministérios e Câmaras conservadoras: “Frequentemente, os liberais reformistas propunham as reformas e os conservadores as implementavam” (CARVALHO, 1996, p.204).

A Ventarola ressaltava essa situação num artigo publicado em 09 de outubro de 1887, no qual tratavam de um conflito entre os órgãos políticos *Rio Grandense* e *Diário de Pelotas*. O primeiro, filiado aos conservadores, atestava que os liberais não tinham feito “coisa que preste em bem do país”, enquanto o segundo, ligado aos liberais, “chacoteia dos correligionários do *Rio Grandense*, chama-os poltrões”. O periódico, por sua vez, afirma que é difícil convencer esses dois órgãos que “ambos os partidos têm serviços bem feitos ao país”.

As caricaturas e artigos que se reportaram aos presidentes dos conselhos, tanto no *Cabrião* como em *A Ventarola*, revelam que os periódicos informavam o leitor sobre a situação da política brasileira, representada pelas constantes crises ministeriais que ocasionavam a queda e consequente nomeação do presidente. Contudo, todo o desenvolvimento do processo era veiculado sem ser desconsiderada a função primordial dos periódicos: possibilitar o riso no leitor através de uma representação humorística da realidade na qual estavam inseridos. Outro tema presente nas páginas dos periódicos ilustrados, como adiantado acima, foi a escravidão. O assunto foi tratado com humor e, em outros momentos, os periódicos usaram suas páginas de ilustrações para denunciar crimes cometidos contra os negros, demonstrando sua crítica social.

A escravidão e a Abolição da Escravatura

Uma vítima do “cancro social”: A morte do “infeliz Jeronymo”

Assim foi noticiada no periódico *Cabron*, datado de 03 de abril de 1881, a morte do escravo Jeronymo de 16 anos. A ilustração publicada na primeira página trazia uma cruz na qual estava escrito “Aqui jaz o infeliz Jeronymo vitima do cancro social que civiliza o nosso país”. A imagem também apresentava alguns instrumentos usados nos castigos e quatro algozes, dois de costas e dois ao lado. (figura 24)

De acordo com o jornal o escravo Jeronymo foi açoitado até a morte pelo capataz da charqueada do Sr. Paulino Leite, Sr. Manoel Oliveira. O mandante do crime foi o Sr. Antonio Leite, irmão do Sr. Paulino, sendo este o proprietário do escravo (*Cabron*, 10/04/1881). O assassinio teve grande repercussão na sociedade pelotense e foi motivo para longos debates entre os jornalistas da imprensa da cidade³¹.

Conforme verificado no primeiro capítulo, neste período Eduardo Guerra travava no periódico uma disputa com Antonio Joaquim Dias. O único algoz mostrado na imagem referida acima é Dias, o qual trazia na mão um papel com a inscrição: “Correio Mercantil defensor perpétuo de infâmias”. Eduardo Guerra atestava que Dias tornou-se o defensor de Paulino Leite publicando no *Correio* artigos tentando ludibriar a opinião pública sobre a verdade do ocorrido: “Por forma alguma é possível ficar

³¹ Como visto na introdução, Pelotas possuía nos anos dos crimes jornais diários de destaque, os quais noticiaram amplamente os dois casos. Importante seria contrapor as matérias do *Correio Mercantil* com as do *Cabron*, no entanto, conforme citado anteriormente, o ano de 1881 não está disponível à pesquisa.

impune tão nefando crime praticado à face de um povo ilustre e civilizado que conhecendo a importância de tão bárbaro fato, o deixe passar despercebido pela simples razão de se expor um jornaleiro proclamando a infâmia e a calúnia, próprio de um vil carrasco”.



Figura 24: O assassinato do escravo Jeronimo

Legendas: (Na lápide) Aqui jaz o infeliz Jeronimo vítima do cancro social que civiliza o nosso país.

E ainda há miseráveis que se prestam a defesa!...

(Na mão do homem do canto direito) Correio Mercantil defensor perpétuo de infâmias.

Fonte: *Cabron*, Pelotas, n.114, p.1, 03 abr. 1881.

A razão para tal motivação, segundo a matéria, era o “ouro [que] faz com que se representem as cenas mais revoltantes [...] que se há apresentado pela imprensa”. Aqui, Guerra denunciava que Dias era pago para defender os assassinos de Jeronimo, acusando-o de vender “sua própria consciência” (*Cabron*, 10/04/1881).

Contudo, o periódico não abordou o caso do assassinato somente a partir da ótica de se contrapor a Dias; Guerra se posicionou denunciando os responsáveis e exigindo punição a eles:

Não é por se dizer – é negro – que não se deve punir por esse infeliz que a desgraça o destinou à escravidão, nem tão pouco por os algozes serem ricos e poderosos que se lhes faça a justiça imputando-lhes a culpabilidade do crime, dando assim um exemplo a essa aristocracia moderna que por tantos crimes é responsável, mas que os abafam porque para isso dispõem do baronato, da comenda, do pergaminho e do dinheiro (*Cabron*, 10/04/1881).

Ao lado disso, o periódico rogava ao promotor e ao juiz que não vacilassem em nenhum instante, uma vez que a morte do “infeliz Jeronymo é a expectativa popular desta cidade.”

Em outro artigo publicado em 17 de abril de 1881, Guerra deixou transparecer sua posição sobre a escravidão, ao afirmar que a sociedade herdou o “cancro que presentemente nos horroriza, é necessário resolvê-lo, é um dever e é uma obra de caridade”. Ele destacava que não se deve conceber a injúria diária que diz “[...] é lei a escravidão. É escravo, apanhe o vergalho.” Em seguida afirmava que os escravistas não têm sentimentos e que “tendo ouro tem tudo o que desejam”; contra isso conclama: “devemos ter brio e dignidade, deixemo-nos de contemplações”.

O periódico findou sua circulação em junho de 1881, não obstante, o caso Jeronymo continuou sendo veiculado nos jornais diários. Noticiaram as audiências realizadas a partir das denúncias da promotoria pública para a inquirição das testemunhas e através da imprensa diária foi possível constatar que além do charqueador Sr. Paulino

Leite, seu irmão Antonio Leite e do capataz Sr. Manoel Oliveira, três escravos: Antonio, Marcelino e Casemiro foram acusados de serem os executores dos castigos sofridos pelo escravo (*Diário de Pelotas*, 26/06/1881). Em setembro daquele ano, relatava que os escravos foram recolhidos à cadeia a fim de responderem ao processo juntamente com o capataz Manoel de Oliveira que já estava preso (*Diário de Pelotas*, 02/09/1881) (LONER, 2002a).

Pórcia: a infeliz contratada

Pórcia era o nome de uma jovem negra de 22 anos contratada³² do Sr. Ignácio José dos Santos, assassinada por estrangulamento em dezembro de 1887. Um crime semelhante ao anterior e que novamente foi muito noticiado pela imprensa pelotense. O periódico *A Ventarola* tratou do caso através de artigos e narrou o “suplício e morte da infeliz Pórcia” em ilustrações.

Conforme o jornal, o fato somente foi apurado após uma denúncia feita ao delegado de polícia que investigou o caso e constatou que a contratada não morrera repentinamente como afirmava o atestado de óbito, mas que a morte foi provocada por estrangulamento. Através da autopsia feita no cadáver “[...] verificou-se que a miseranda Pórcia apresentava uma interminável sucessão de sevícias, algumas das quais, como as que apresentavam nas partes sexuais, feita a ferro incandescente”. Reproduzindo parte da notícia veiculada em *A Pátria* o periódico relatava que havia no corpo “chagas antigas e recentes” além de apresentar “as costelas e as nádegas despidas de pele” (*A Ventarola*, 11/12/1887).

³² Vale destacar que a emancipação dos escravos já havia ocorrido, em parte, em Pelotas em 1884, por isso Pórcia era uma contratada, ou seja, ex-escrava. Sobre o processo de emancipação dos escravos e suas condições no período pós 1884 ver (MELLO, 1994, p.135-141).

A Ventarola adotou a mesma posição defendida pelo *Cabrión* anos antes, rogando o esclarecimento do crime. Contudo, vale ressaltar o fato do periódico não concordar com a prisão do suposto assassino: Ignácio José dos Santos de quem Pórcia era contratada:

Diz o mesmo jornal [*A Pátria*] que o Sr. Ignácio José dos Santos foi recolhido a cadeia civil, por ordem do Sr. major delegado de polícia.

Quem conheceu Ignácio dos Santos, está autorizado a julgá-lo incapaz de cometer um crime tão revoltante e atroz. Que não é ele o autor de semelhante barbaridade está a me dizer a consciência.

Alguma víbora danada, já afeita a martirizar os cativos foi, sem dúvida, a autora de semelhante assassinato.

Ignácio dos Santos não era capaz de praticar tão revoltante ato de barbarismo (*A Ventarola*, 11/12/1887).

A “víbora danada”, a qual o periódico se referia, eram duas: Isolina Guimarães e Maria do Carmo Guimarães, respectivamente a esposa e a sogra de Ignácio, acusadas também pela imprensa diária. Ainda neste número e ocupando toda a página oito foi publicada, dividida em três quadros, a cena do assassinato representada no interior de uma casa; certamente o local era a propriedade de Ignácio dos Santos. (figura 25)

No primeiro quadro apresentavam a contratada com as mãos amarradas e com uma corda no pescoço; ao lado duas mulheres batiam com bastões em suas costas. A legenda do quadro denunciava as autoras: “[...] a perversidade de Maria do Carmo e de Isolina, sua filha, reduziu a este estado uma infeliz que apenas contava 22 anos de idade!!!”. No segundo quadro as duas mulheres apareceriam enforcando Pórcia, a qual foi representada

seminua e esfarrapada. A legenda avalizava que os suplícios eram de longa data e que depois de “praticarem as maiores atrocidades acabaram por assassiná-la”.

O terceiro quadro traz uma mesa com um caixão fechado. A legenda fazia referência ao atestado de óbito e sobre a participação de médicos neste tipo de crime: “[...] vai depressa e arranca de qualquer médico um atestado no qual se diga que ela morreu de repente. Depressa antes que a polícia chegue”. A partir desta legenda, pode se deduzir que, em alguns casos, os médicos eram coniventes com os assassinatos de escravos, ou seja, há grande probabilidade de que outros crimes semelhantes a este tenham ocorrido, porém foram acobertados através da emissão de certidões de óbitos falsas. O periódico ressaltava, dentro desta situação, a possibilidade de Pórcia não ter sido a primeira a ser morta e que ela não seria também a última (*A Ventarola*, 18/12/1887).

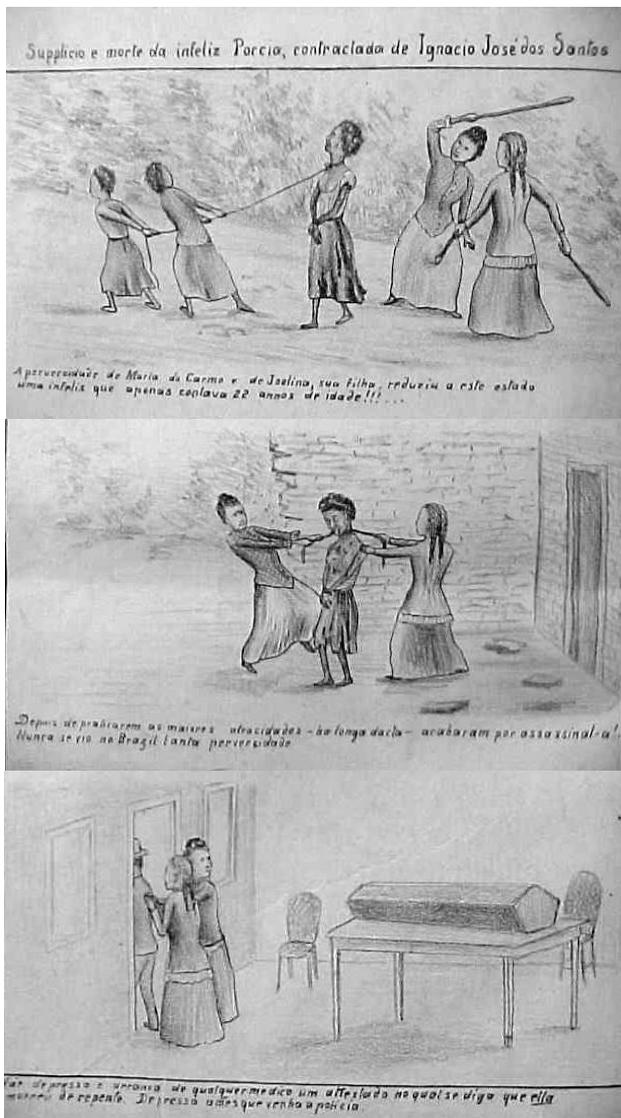


Figura 25: O assassinato da contratada Pórcia

Legendas: Suplício e morte da infeliz Pórcia, contratada de Ignácio José dos Santos.

A perversidade de Maria do Carmo e Isolina, sua filha, reduziu a este estado uma infeliz que apenas contava 22 anos de idade!!! Nunca se viu no Brasil tanta perversidade.

Depois de praticarem as maiores atrocidades – há longa data – acabaram por assassiná-la!

Vai depressa e arranca de qualquer médico um atestado no qual se diga que ela morreu de repente. Depressa antes que venha a polícia.

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.36, p.8, 11 dez. 1887.

No número seguinte noticiavam que a imprensa da cidade representada pelo *Diário de Pelotas, Pátria e Correio Mercantil*, formulou enérgica e justa acusação às delinquentes (*A Ventarola*, 18/12/1887). Novamente a página oito desse dia trouxe ilustrações que tratavam do caso. Na sequência, abordaram a chegada da polícia na casa do Sr. Ignácio dos Santos para averiguar se a denúncia do assassinato procedia. A isso, as mulheres responderam: “É uma calúnia que nos levantam, nunca tocamos com um dedo nesta malvada”.

No entanto, quando abriram o caixão, verificaram que a contratada não havia morrido por causas naturais como afiançara o médico e sim que se tratava de uma “perversidade humana [...] digna de fazer parte dos crimes célebres”. No último quadro retratavam a prisão do Ignácio afirmando que ele tinha muito dinheiro e boas amizades e que por esses motivos logo seria libertado. Quanto às mulheres, elas retornavam na cena e dessa vez asseguravam que a “coisa ruim” poderia descansar, já que ainda lhes restavam “mais três para descascar-lhes (sic) os costados”.

No número posterior noticiavam que a associação abolicionista Dom Sebastião realizou na Igreja Matriz uma missa em memória da vítima (*A Ventarola*, 25/12/1887). A questão do assassinato da contratada retornou às páginas do periódico meses depois. O motivo foi questionar que até aquele momento o crime ainda não havia sido solucionado. No texto endereçado ao senhor Andrade Luna, identificado apenas como pessoa de “assaz reconhecida inteligência e caráter de autoridade”, denunciavam que as “duas tigras com feições de mulheres” assassinas da contratada Pórcia continuavam em liberdade.

Fazendo uma retrospectiva do crime, destacavam que o fato “produziu sensação” e as autoridades policiais prenderam, como resultado do inquérito, o “marido da mulher apontada como autora daquele célebre crime”. Contudo, o indivíduo foi solto e a assassina fugiu da cidade: “[...] consta que no Estado Oriental, onde aquela víbora foi buscar *refugiam peccatorum* cometeu outro delito idêntico ou quase idêntico, e que se acha gozando da impunidade no distrito do Herval onde tem parente e grande proteção” (*A Ventarola*, 29/04/1888) (grifo do jornal).

***A Ventarola* e a Abolição da Escravatura**

Quando da ocorrência da morte de Pórcia, a questão do fim da escravidão e a conseqüente abolição estavam sendo amplamente debatidas, não só em Pelotas como no resto do Império. O caso tornou-se um elemento para ampliar essas discussões e condenar a escravidão. Analisando o tratamento dispensado à causa em *A Ventarola* é possível afirmar que o periódico não adotou uma posição abolicionista clara, embora deixasse transparecer, em alguns casos, a condenação ao regime escravocrata.

Exemplar desta posição é um artigo publicado um pouco antes do assassinato de Pórcia. Nele relatavam uma notícia dada pelo jornal republicano *A Federação* de Porto Alegre que causou indignação nos pelotenses. O conteúdo denunciava que “nesta bela e rica cidade de Pelotas se mata e se esfolia negros ai por essas margens do São Gonçalo e Pelotas”. Na época, era nas margens do Canal São Gonçalo e do Rio Pelotas que se concentravam grande parte das charqueadas, as quais chegaram a empregar em torno de cinco mil escravos (MAGALHÃES, 1993, p.33). O periódico apresentou uma contraposição à acusação do jornal de Porto Alegre, destacando as condições de vida dos escravos na cidade:

[...] o cativo aqui é uma condição suavíssima, em parte alguma do mundo [...] não houve e não há lugar onde os cativos gozem de mais regalias. Os escravizados, entre nós, passam uma vida deliciosa. Assim vale a pena ser cativo: comendo pão de ló e passando vida cômoda e regalada, quem não quererá ser escravizado? Isso de tronco, de ferros aos pés e galheira ao pescoço é bom lá para o norte: entre nós a coisa muda de figura (*A Ventarola*, 27/11/1887).

Na sequência, destacava que as leis de 1871 e 1885 eram cumpridas à risca: “[...] não há um sexagenário para remédio que esteja ainda desfrutando as Delícias do cativo”. O mesmo ocorria com os contratados: “quando se aproxima o tempo de findar-se um contrato [...] o ex-senhor chama o contratado e diz-lhe: [...] fica livre de culpa e pena”. Por fim, concluía que “mais liberdade nem no céu entre os anjos”.

O texto passa, a princípio, um tom de seriedade que pode ser compreendido a partir de uma primeira leitura. No entanto, ao analisar o seu conteúdo e se tratando de um periódico humorístico fica evidente que não se trata de uma resposta à *Federação*, mas o texto deve ser lido como uma afirmação da denúncia do jornal porto-alegrense. O artigo deve ser interpretado como uma construção narrativa calcada na ironia, tropo ou figura de linguagem que consiste em provocar o riso através de uma mensagem que contrasta uma situação aparente (falsa) com a verdadeira. Assim, as circunstâncias em que os escravos se encontram nas charqueadas, conforme o que está narrado no artigo, contradiz a “realidade”: não aborda as benesses oriundas do cativo desfrutadas pelos escravos, mas ao contrário, permite que se verifiquem, implicitamente, as circunstâncias “reais” enfrentadas pelos escravos. A forma irônica encontrada para rebater a crítica deve ser entendida

também como uma sátira à escravidão, direcionada à sociedade escravista pelotense.

Ao lado disso, cabe destacar duas críticas do periódico, a primeira dirigida ao jornal diário *A Pátria* que se posicionou contra o assassinato da contratada e exigiu a punição dos culpados, mas, ao mesmo tempo, veiculava anúncios de “preto fugido” em suas páginas (*A Ventarola*, 08/01/1888). E outra, direcionada aos abolicionistas de última hora que segundo o jornal somente agora “no fim da festa” é que aparecem “os Patrocínios, os Claps, os Canabarras e outros”. Se há glórias na campanha, esses abolicionistas “dispensam a modéstia” e se vangloriam pelas conquistas. O periódico afirmava que, deste jeito, “amanhã até as assassinas da Pórcia serão abolicionistas”. Por fim, destacavam que os triunfos dispensados a livrar o país da “mancha negra” não cabiam a “Pedro ou Paulo e sim à nação” e que à “história compete separar o ‘joio do trigo’ ela dirá a seu tempo quais são os pavões e quais as gralhas” (*A Ventarola*, 29/01/1888).

Três números após denunciar que o assassinato da contratada Pórcia ainda não tinha sido solucionado, *A Ventarola* noticiava a promulgação da lei Áurea: “inda não era meio-dia a 13 do que corre, quando tive o grandíssimo alegrão de que nesta terra do xarque (sic) e do café já não havia mais escravos”. O periódico, levando sempre à frente o seu propósito de satirizar os acontecimentos, tratou de dissertar não sobre a nova condição dos escravos libertados pela lei, mas, abordou a situação em que se encontrariam, de agora em diante, os ex-senhores de escravos:

Comecei eu a pensar, então, cá com os meus botões: como se arranjará este pobre *Zé Povinho* que vivia à sombra do negro e que não sabe as *doçuras* que o trabalho tem?

Sim senhores, trabucava eu comigo, como hão de continuar na inércia robustos moços que tinham quatro *gatos* para mandar sulcar a terra?

Como hão de sobreviver tantos velhos preguiçosos que nasceram e envelheceram, vivendo como quais parasitas – de suor do escravo?

[...] Meus senhores e minhas senhoras (como dizem os discursadores): é preciso que vos capaciteis de que – quem não pode com o tempo não inventa modas.

Há muito tempo que os abolicionistas lhes diziam: preparem-se a tempestade não está longe. Vossas Excelências entendiam que eles eram uma corja de sacripantas que queria privar-vos daquele engano d’alma ledo e cego, em que tinham Vs. Exas. vivido por tantos anos (*A Ventarola*, 20/05/1888) (grifo do jornal).

Pelo trecho, nota-se o mesmo tom satírico empregado no texto anterior que tratava da notícia-denúncia da *Federação*. Neste, ao contrário daquele, não foram salientadas as condições de vida dos escravos, os quais viviam a “pão de ló”, contudo a sátira foi novamente endereçada à sociedade escravista pelotense, já que destacou os “problemas” que passariam os senhores de escravos para se adaptar à nova condição. Comparando, ainda, os dois artigos, pode-se considerar que, se no primeiro apontaram as condições confortáveis da vida no cativo, o segundo “desmentiu” essa construção, demonstrando que esse relato foi elaborado, sobretudo, para proporcionar o riso do leitor através de uma apresentação cômica da realidade, não apenas nas caricaturas, como também na parte escrita do periódico.

Assim sendo, as ilustrações publicadas à época da Abolição confirmam a irrisão dos artigos endereçados aos senhores de escravos perante a nova realidade. Essa crítica não ficou restrita somente aos escravagistas pelotenses, mas

pode ser entendida como uma ”sátira em dose dupla”, endereçada também àqueles de outras localidades.

Os desenhos publicados na edição do dia 03/06/1888 abordaram a questão das indenizações. No primeiro quadro quatro homens com narizes avantajados e barrete frígio nas cabeças estão sentados à beira de um lago com varas de pescar. A legenda explica que os fazendeiros de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro “[...] tiveram a *feliz* idéia de organizar *um* partido republicano, para depois da vitória, indenizarem-se a si (sic), os prejuízos que tiveram [...]” (grifo do jornal). O periódico refere-se que, após a abolição, muitos senhores de escravos, especialmente das zonas cafeeiras que estavam em declínio e tinham na mão de obra escrava sua maior fonte de riqueza, exigiram que o governo lhes pagasse uma indenização. No quadro seguinte, *A Ventarola* faz outra proposta um pouco diferente daquela solicitada pelos ex-senhores. Na imagem, a Princesa Isabel ouve o parecer de um ex-escravo sobre essa questão: “[...] o que é justo e equitativo é que o indenizado seja o negro, por aqueles que lhe roubaram a liberdade e que a sua custa enriqueceram.” (figura 26)

Já ao anunciar as repercussões da lei na cidade o periódico demonstrou em suas páginas que, para “os ilustres escravocratas pelotenses” a lei teve o mesmo efeito de uma “bomba de dinamite”. Numa sequência de quadros a reação das “senhoras beatas escravagistas” foi o mote principal dos desenhos. Assim que a notícia chegou, elas tinham esperanças que a lei não abrangesse contratados e libertos, entretanto isso não ocorreu e elas rogaram “mil pragas à Princesa imperial e xingaram o senhor João Alfredo”. Narraram que muitas delas, tentando impedir que os escravos soubessem da boa nova, “encerraram os mesmos em quartos e porões” ou tentaram fugir para o interior levando-os consigo.



Figura 26: Indenização para o escravo

Legenda: O que é justo e equitativo é que o indenizado seja o negro, por aqueles que lhe roubaram a liberdade e que a sua custa enriqueceram.

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n. 62, p. 4, 03 jun. 1888.

As ilustrações representaram essas mulheres esbravejando contra os escravos, os quais davam “bananas” e adeus para suas ex-senhoras. Por fim, destacaram que muitas delas iriam retirar seus maridos dos partidos monárquicos, tornando-os republicanos. O periódico concordou, visto que, “[...] só nos falta conquistar a nossa liberdade, o alvitre das senhoras escravistas não é mau:

engrosse-se, pois as fileiras do partido republicano”. (figura 27)



Figura 27: As senhoras escravagistas

Legendas: Restava-lhes ainda a esperança de que os contratados e ingênuos continuassem no gozo da liberdade... do tronco, da palmatória e do bacalhau.

As S^{as}. beatas e escravagistas deram-se aos demônios; rogarão mil pragas a Princesa Imperial, xingaram o Sr. João Alfredo e, choraram e pintaram a manta.

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.60, p. 5, 20 maio 1888.

Não foi feita nenhuma relação entre o assassinato de Pórcia e a lei da Abolição da escravatura, promulgada cerca de cinco meses após o crime. Apesar disso, ao demonstrar o desconsolo das mulheres escravistas, das quais, conforme o periódico, nem mesmo ao demônio entregariam estes “entes queridos” e lembrando que foram duas mulheres também escravocratas que assassinaram a contratada, pode-se dizer que, pelo menos nas páginas d’*A Ventarola*, Pórcia estava vingada!

Na continuação do artigo publicado no dia 20 de maio, o periódico descreveu minuciosamente a recepção da lei e as atividades desenvolvidas pelos abolicionistas nas ruas de Pelotas. Quando o telégrafo anunciou às redações dos jornais a notícia da sanção da lei, alguns abolicionistas

soltaram foguetes em frente à casa dos Srs. Canabarro e Ernesto Gerngross, respectivamente proprietário e redator do jornal *Diário de Pelotas*, órgão que defendia a Abolição. Após essas manifestações, o periódico relatava que houve “burburinho” em vista do que estava ocorrendo na Corte, uma vez que “vivemos entre o mais inexpugnável baluarte do escravagismo da Província”.

Apesar disso, “uma oitava parte da população da cidade” tomou parte num préstito iniciado em frente ao Centro Etiópico e que passou por várias ruas. Ao longo do percurso a comitiva deu vivas, entre outros, a Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, João Clapp, à imprensa abolicionista de Pelotas, à Princesa Isabel e o Ministério atual. Dos dois últimos, o periódico destaca que os *ortodoxos* dirão que a eles deve-se tudo, no entanto, “[...] melhor que eles dirá a história que fala sem rodeios e paixões”. O término do ato, que foi acompanhado por duas bandas de música, aconteceu em frente à casa do Dr. Canabarro, o qual discursou junto a outros oradores, “representantes de várias associações, salientando-se entre elas o talentoso Sr. Luiz Monteiro, orador do Club Nagô”³³.

Apesar da Abolição o periódico não arrefeceu em suas críticas ao império, continuando com a veiculação de caricaturas satirizando as mazelas que o regime proporcionava, contrastando-as com as benesses dos ideais republicanos. Um ano após a promulgação da lei, o periódico noticiava o evento ocorrido na cidade para comemorar o primeiro aniversário de liberdade dos ex-

³³ O Clube Nagô, fundado em 1882, era abolicionista e carnavalesco. A historiografia diverge sobre a origem de seus membros: Conforme Marco Mello (1994, p. 63), o clube era composto por negros libertos de origem Nagô. Já Beatriz Loner (1999, p.12-14) considera que, apesar da existência de alguns negros no clube, ele era composto predominantemente por brancos, especialmente artesãos maçônicos ligados à Loja Maçônica Honra e Humanidade e à Associação Recreativa Recreio dos Artistas.

cativos. Destarte, a ocasião foi usada para criticar o império: “A Sra. Dona Isabel representou, apenas a vontade do povo e, tanto o abolicionismo não é obra sua que só num momento extremo assinou a lei”. Assim sendo, na concepção do periódico, era necessário que os libertos chegassem à conclusão “de que foi o povo o fator da sua grandiosa lei”, e deveriam esquecer a “balela do título de redentora” inventado por um “regenerado” e “traidor” referindo-se a José do Patrocínio (*A Ventarola*, 19/05/1889).

O que se nota é uma crítica contundente aos abolicionistas que após a promulgação da lei arrefeceram na luta contra a Monarquia. Para o jornal pelotense a escravidão, a religião e a monarquia eram os grandes males que emperravam o desenvolvimento do Brasil e aquele que lutasse contra um, deveria lutar contra todos. O conteúdo evidencia também um feito paradoxal: se por um lado, o Império, representado pela regência da Princesa, descontentou alguns setores da sociedade, em especial os senhores de escravos obrigados a se desfazer de suas “peças” sem o recebimento de indenizações, razão pela qual uma grande parcela tornou-se simpática da causa republicana, por outro, conseguiu acalmar outra parte da população, notadamente, aqueles que lutavam pelo fim da escravidão. Constatação semelhante é apontada por Lilia Schwarcz: “[...] popularmente a imagem da realeza, agora também associada ao que ficou conhecido como ‘isabelismo’, ganhava muito e a monarquia era, de fato, ‘aclamada nas ruas’”. Em contrapartida, destaca a autora: “Por mais que a monarquia premiasse os proprietários rurais com títulos de baronato e alegasse o caráter inevitável de medida, a falta de indenização selava o rompimento com o Estado!” (SCHWARCZ, 1998, p.438). Tal rompimento foi um dos motivos que levou à República em 1889. Esse será o tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

TRAÇOS DA REPÚBLICA: A PROPAGANDA REPUBLICANA E AS REPRESENTAÇÕES DA PROCLAMAÇÃO EM PELOTAS

Como salientado no capítulo anterior, foi nas décadas de setenta e oitenta do século XIX que a crise do Império Brasileiro se agravou. O período marcou também o início da campanha republicana, difundida a partir da fundação dos primeiros partidos republicanos nas províncias do Rio de Janeiro em 1870 e São Paulo em 1872. Este foi formalizado no célebre Congresso Republicano Provincial realizado na cidade de Itu em 1873, que reuniu 133 participantes, dos quais 76 proprietários de terras (CASALECCHI, 1992, p.48).

O Partido Republicano Rio-Grandense, por seu turno, se constituiu relativamente tarde em relação aos demais. As tentativas de organização republicana na Província, após a publicação do Manifesto no Rio de Janeiro não surtiram muito efeito. Conforme Helga Piccolo, a principal barreira que impediu o desenvolvimento do republicanismo na província durante a década de setenta foi o Partido Liberal, devido ao “seu discurso radicalmente reformista em termos políticos” (PICCOLO, 1998, p.62). No entanto, os republicanos que desejavam atuar politicamente assim o fizeram abrigados no Partido Liberal. O primeiro clube republicano, chamado de Bento Gonçalves foi fundado em Porto Alegre no ano de 1878. Ele congregou jovens que retornavam da Academia de São Paulo, na qual os ideais republicanos efervesciam. Aliaram-se a eles, políticos antigos, tanto do

Partido Conservador, como do Liberal, descontentes com a Monarquia (PICCOLO, 1979, p.115). A fundação do partido somente ocorreu em 1882, numa convenção realizada em Porto Alegre pelo clube. Além dos republicanos da capital, participaram desse congresso, republicanos de várias localidades da Província.

Em Pelotas, a organização republicana começou a se desenvolver a partir do Congresso realizado na capital, em 1882. Alguns dias antes os republicanos, reunidos no Hotel Universo, escolheram um delegado – Álvaro Gonçalves Chaves – para participar das atividades em Porto Alegre. Ainda em 1882, o clube republicano foi constituído sendo escolhidos para ocupar os cargos da diretoria, entre outros: Bernardo Taveira Junior (orador) e João José Cezar (secretário) (OSÓRIO, 1997, p.217-218). Eles foram importantes nomes da literatura e do jornalismo da cidade. O primeiro, além de professor de português, latim, inglês e história nos colégios particulares, foi um importante poeta, publicou em 1869, *Poesias Americanas* e em 1886 *As Provincianas* (MAGALHÃES, 1993, p.266). Também foi colaborador, em vários órgãos da imprensa, publicando poesias e sonetos de sua autoria e outras traduzidas do alemão. O segundo atuou no jornalismo, colaborando nos periódicos literários *O Progresso Litterário* (1865) e *O Pervigil* (1882-1883).

Em 1886 os republicanos realizaram uma assembléia geral, que resultou na primeira reorganização do clube. Foram aprovados os estatutos, “com organização e existência regulares, assinando esse documento 41 cidadãos” (OSÓRIO, 1997, p.217-223). Beatriz Loner (2002c, p.07) salienta que em 1888, o clube republicano foi novamente reorganizado e recebeu o nome de Assis Brasil; mais tarde o clube foi transformado na União Republicana. Ela foi criada com fins beneficentes e de confraternização, também era um espaço para propagandear os ideais

republicanos. Ao ser proclamada a República, possuía 150 associados (OSÓRIO, 1997, p.226).

Ao apontar um pouco da história da atuação dos republicanos e do partido na cidade é possível averiguar que a campanha em prol de um novo regime não se restringia somente aos grandes centros, mas também fora propagada em Pelotas. A questão republicana foi abordada, em especial, em *A Ventarola*, que circulou nos três últimos anos da Monarquia, período de intensificação da campanha. Para melhor analisar as representações do republicanismo, optou-se por dividir o capítulo em três tópicos: a simbologia republicana, as atividades republicanas durante a campanha e a Proclamação da Proclamação.

A simbologia republicana

Adotada no Brasil pelos republicanos que viam a França pós-revolucionária como um modelo para o regime que aqui deveria ser implantado (CARVALHO, 1990, p.12), a simbologia republicana foi utilizada nos periódicos ilustrados, não só em Pelotas, mas também por outros, por exemplo, nos periódicos fluminenses que acompanharam o desenvolvimento das atividades republicanas. O principal elemento da simbologia republicana que apareceu nos periódicos de Pelotas foi a alegoria feminina da República. O barrete era um símbolo da liberdade, que também foi adaptado no Brasil, da simbologia francesa que, por sua vez, adaptou-o dos libertos da antiga Roma. Ele foi outro elemento que com frequência aparecia nos desenhos para identificar assuntos que abordavam questões republicanas. Já a nova bandeira do Brasil surgiu em *A Ventarola* logo após a Proclamação.

A alegoria feminina da República passou a ser adotada mais especificamente a partir da República proclamada na França em 1792:

A inspiração veio de Roma, onde a mulher já era símbolo de liberdade. O primeiro selo da República trazia a efígie de uma mulher de pé, vestida à moda romana, segurando na mão direita uma lança, de cuja ponta pendia um barrete frígio. A mão esquerda segurava um feixe de armas. Um leme completava a simbologia. [...] o feixe de armas indicava a unidade, ou fraternidade; o leme, o governo; a lança, arma popular por excelência, era a presença do povo no regime que se inaugurava (CARVALHO, 1990, p.75).

Já Michel Vovelle, ao abordar o uso da imagem na Revolução Francesa, afirma que ela foi uma arma de combate dentro do novo jogo político. A partir disso, “para propagar suas ideias, a revolução inventou toda uma nova simbologia e um mundo de alegorias” (VOVELLE, 1997, p.165). Mesmo antes da fundação do partido e do clube na cidade, o uso de alegorias femininas foi empregado no *Cabrion*. Em 1880 foi publicada uma ilustração que, apesar de não se referir à alegoria feminina da república, apresentava uma figura semelhante. (figura 28)



Figura 28: A Deusa do futuro

Legenda: A Deusa do futuro mostra-nos a estrada brilhante... mas naquela barreira jamais a derrotamos...

Fonte: *Cabron*, Pelotas, n.63, p. 4-5, 18 abr. 1880.

Na imagem, a mulher foi identificada como a “Deusa do Futuro”; em uma das mãos carrega uma bandeira com a palavra “porvir”, numa clara alusão a uma provável futura república no Brasil. Na outra mão, traz uma espada, símbolo de luta, que está direcionada para a parte inferior da imagem, apontando para as palavras “Liberte, Egalité, Fraternité”, direitos reivindicados pelos revolucionários Franceses em 1789. A composição pode ser associada às criaturas imaginárias que compõem o panteão revolucionário conforme assevera Vovelle, uma vez que, além da alegoria, empregou símbolos e palavras que compõem o imaginário revolucionário francês. A alegoria indica as palavras ao homem que representa o “Zé

Povinho”, o qual num gesto submisso – ou de respeito – olha para a coroa, colocada aos seus pés. Na legenda o caricaturista afirmava que apesar da Deusa do Futuro mostrar a “estrada brilhante!”, existia uma barreira (a coroa) que “jamais a derrotamos”. Nesta imagem, é peculiar a localização da coroa, pois, a mensagem que o caricaturista tentou passar foi a de submissão do “Zé Povinho” em relação ao Império; ela poderia ter sido ilustrada num lugar que a destacasse mais em relação aos outros elementos que compõem o quadro.

A Ventarola, em 1887, num dos seus primeiros exemplares, ilustrou em suas páginas centrais a imagem da alegoria feminina da república³⁴. Na ilustração a mulher apareceu cuidando de dois vasos com flores, um deles com uma planta quase morta, com galhos sem folhas, enquanto o outro possuía uma planta mais vistosa, encimada por um barrete frigio. A legenda da imagem se resumia numa pergunta: “Pegará?”. A interrogação foi retomada num pequeno texto, no qual foi afirmado que: “Pode ser que sim e pode ser que não. O patife do tempo [...] é quem poderá responder sem medo de errar”. (figura 29)

A simbologia foi um recurso utilizado pelos caricaturistas pelotenses para tratar das atividades republicanas. A alegoria feminina era constantemente empregada em *A Ventarola* para mostrar as benesses que o regime republicano ocasionaria ao país se ele substituísse o regime monárquico. Assim ela aparecia sempre vistosa, com vestes brancas e, às vezes, acompanhada por uma espada. Contudo, a imagem da alegoria quase nunca aparecia sozinha, mas era ilustrada interagindo com o

³⁴ Essa ilustração já havia circulado antes, em 1879, no *Cabרון*, o qual, republicou do *Fígaro*. Houve dois jornais contemporâneos ao *Cabרון* que se chamaram *Fígaro*: um publicado na Corte (1876-1878) e outro publicado em Porto Alegre (1878-1879) o periódico não indicou de qual o desenho foi copiado.

assunto tratado nos desenhos e, na grande maioria dos casos, compunha uma situação cômica. Ainda na ilustração “Pegará?” dois barretes frígios são vistos: um está no topo da planta vistosa e o outro complementa a alegoria.



Figura 29: Pegará?

Legenda: Pegará?

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.13, p.4-5, 03 jul. 1887.

Atividades republicanas

As primeiras notícias sobre as atividades republicanas veiculadas na imprensa ilustrada pelotense foram averiguadas no *Cabrion* em 1880. O periódico tratava, num artigo intitulado *Fiascos*, publicado em 06 de junho de 1880, da reunião de um grupo de republicanos, com o objetivo de fundar uma associação e formar uma chapa para concorrer às eleições municipais que seriam realizadas naquele ano. Conforme o periódico, a convocação era feita por “várias sumidades daquele credo político” com a finalidade de estabelecer um “centro republicano”. A notícia logo se espalhou pela cidade: “Gesticulara-se pelos cantos, berrava-se pelas esquinas, nas praças públicas, nos hotéis, na biblioteca, e nos rinks, não se tratava de outro assunto”.

Contrapondo à ampla divulgação dada na cidade ao evento, satirizaram os conservadores e liberais, os quais, “muitas dores de barriga tiveram”. Na sequência, destacavam que devido à grande divulgação, “o Chico Pires esfregava as mãos de contente”. O Chico Pires é Francisco de Paula Pires, poeta, republicano e que posteriormente seria o redator d’*A Ventarola*, além de colaborador em jornais da cidade.

Num tom satírico, o periódico passava, então, a narrar os “fiascos”. O primeiro ocorreu no domingo, devido ao fracasso da reunião, a qual deveria ocorrer no Salão da Sociedade Terpsychore³⁵, no entanto, o [...] “encarregado da casa temendo que fizessem explosão as

³⁵ A Sociedade Terpsychore era uma entidade recreativa e bailante fundada por comerciantes em meados dos anos 1860. Nos anos posteriores tornou-se um dos principais clubes da cidade tendo, entre seus sócios, pessoas ligadas ao alto comércio e negócios. (LONER, 2002b, p.44).

ideias que ferviam dentro daqueles crânios [...] achou melhor deixá-los à fresca, a fim de que a viração da tarde fizesse arrefecer as ideias explosivas de que iam armados, e que ameaçavam estourar no salão”.

Nova reunião foi marcada para a terça-feira: “A noite, atulhou-se de pessoas o *rink* do Sr. Detroyat. Havia cidadãos de todas as cores, desde o realista branco e do constitucional amarelo até o republicano vermelho”. Quando abriram a sessão, os condutores declararam: “quem não for votante rual! Quem não for republicano rual!” isso gerou o efeito de uma “bomba”, constituindo outro fiasco. Não cabe, no entanto, averiguar a veracidade do ocorrido, ou seja, se a sociedade realmente não abriu suas portas conforme assevera o jornal, mas o que interessa é que, de fato, a organização republicana já estava ocorrendo na cidade, mesmo antes da consolidação do clube e do partido na capital.

Na edição do dia 27 de junho destacavam que “afinal saiu obra” referindo-se a organização da chapa republicana. Após citar os nomes dos candidatos, desejavam “muitos votos e muitas adesões, mas... muito juízo também”. Concorreram ao cargo de vereador: Júlio de Mendonça Moreira (advogado); Adolfo da Silva Maia (comerciante); Leonardo Honório da Silva (charqueador); Hipólito Gonçalves Detroyat (proprietário); Ildefonso Menandro Corrêa (despachante) e Luiz Machado Júnior (comerciante) (OSORIO, 1997, p.216). Dias depois, o *Cabרון* publicou uma ilustração sobre as eleições mostrando a “corrida” dos partidos políticos pelas cadeiras da Câmara (figura 30).

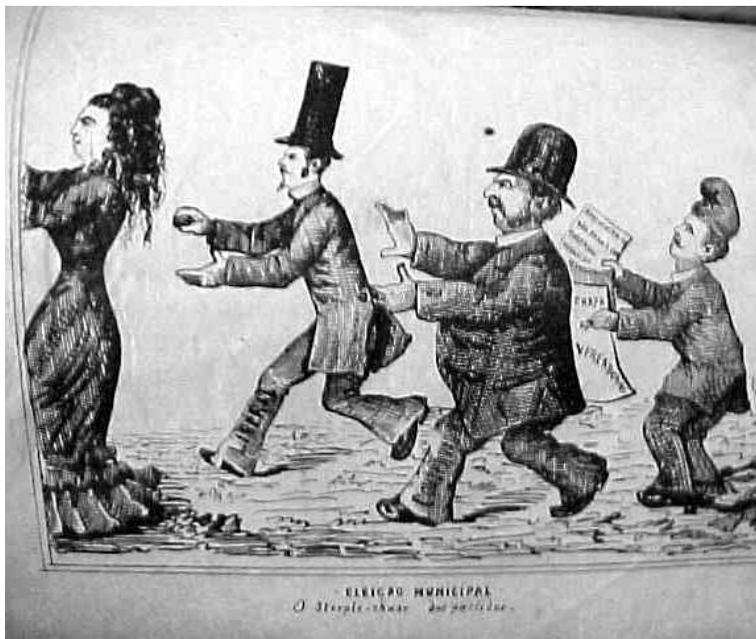


Figura 30: O steeple-chase dos partidos

Legenda: Eleição municipal. O steeple-chase dos partidos.

Fonte: *Cabron*, Pelotas, n.74, p.8, 04 jul. 1880.

A mulher representa a Câmara, o primeiro homem alude ao Partido Liberal, enquanto o segundo se refere ao Partido Conservador, ambos identificados pelas palavras “liberal” e “conservador” ilustradas nas calças. Já o terceiro representa o partido republicano devido ao uso do barrete frígio. Ele, em uma das mãos, segura um papel, no qual está escrito: “apresentam-se não para a conquista dos cargos da municipalidade”. Naquele ano, os republicanos lançaram pela imprensa um manifesto, espécie de panfleto propagandista, no qual estavam as ideias que eram defendidas pelos seus candidatos. A passagem escrita no papel carregado pelo republicano faz parte da redação do manifesto, pois ela é igual a uma parte da última frase do primeiro parágrafo do documento: “Os republicanos da cidade de Pelotas apresentam-se hoje perante a urna *não*

para a conquista dos cargos da municipalidade, mas para provar que a grande opinião sustentada pelos patriotas de 35 não está extinta” (Grifo meu) (OSÓRIO, 1997, p.215-216).

Esta forma de propaganda foi influenciada pelo manifesto lançado pelos republicanos fluminenses em 1870. A partir daí, os manifestos republicanos eram constantemente difundidos para “esclarecer a sociedade a respeito dos defeitos do regime monárquico e das virtudes da República” (CASALECCHI, 1992, p.35). A oração demonstrava que os republicanos estavam conscientes de que não ganhariam as eleições, uma vez que havia uma grande influência dos partidos constituídos: “Não é o triunfo que os republicanos disputam, que esse seria impossível no estado de dúvida e de opressão em que jaz a maioria do país, e que tem sido mantido pelo sistema anárquico e indefinido dos partidos militantes”. De fato, não conquistaram nenhuma das vagas, a chapa republicana obteve apenas 17 votos (ECHENIQUE, 1939).

No final dos anos 1880 *A Ventarola* publicava uma situação melhor no que se refere aos êxitos republicanos. Ao noticiar um discurso realizado por Gaspar Silveira Martins no Senado, no qual chamou a atenção para o crescimento do movimento republicano, e em outro, proferido pelo Presidente do Conselho de ministros João Alfredo, o qual afirmou, baseado na fala de Silveira Martins: “cresçam e depois veremos”, *A Ventarola* fez um balanço das últimas eleições para demonstrar que o movimento já era bastante forte. Salientava, inclusive, que até nas províncias mais conhecidas pelo seu monarquismo, o republicanismo crescia: “[...] nas eleições municipais a vitória é republicana; para as assembleias provinciais vão sendo eleitos os republicanos; em eleições para a Câmara de deputados [na Província do Rio de Janeiro] os dois partidos monárquicos se coligam contra o candidato republicano e ainda assim só triunfam por insignificante maioria” (*A Ventarola*, 29/07/1888).

Sobre as eleições de 1888, o periódico salientou que ocorreram calmamente e que o partido do governo foi derrotado em toda a província: “[...] novamente, o partido republicano obteve grande triunfo, demonstrando que a ideia democrática ganha terreno” (*A Ventarola*, 06/01/1889). Noticiando o sucesso das eleições através de uma sequência de quadros, afirmava que enquanto os partidos monárquicos se digladiavam na arena política, o que “não há nada mais picaresco”, a questão das eleições deu “margem a mais gostosa risada” (figura 31).



Figura 31: Cenas picarescas

Legendas: Dizia em um de nossos passados dias, certos pândegos: “Não ha nada mais picaresco do que a seriedade com que os partidos monárquicos se batem na arena política.”

Na verdade, a questão da eleição municipal tem dado margem a mais gostosa risota.

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.94, p.4, 13 jan. 1889.

O processo eleitoral que o jornal se referia ocorreu no dia 31 de dezembro de 1888, no qual foram eleitos os deputados provinciais para o biênio 1889-1890 (*A Reforma*, 30/12/1888). O município de Pelotas, juntamente com outros da região, como Bagé e Cacimbinhas (atual Pinheiro

Machado) formavam o 4º círculo eleitoral. Entre os candidatos que receberam votos, neste círculo, foi possível averiguar a presença de, pelo menos, dois republicanos: Álvaro Gonçalves Chaves e Cassiano do Nascimento. Ambos sócios do clube republicano pelotense, alistados em 1884 e em 1885 respectivamente. Nas eleições, o primeiro recebeu 143 votos enquanto o segundo obteve 144 votos (*A Reforma*, 08/02/1889).

Embora constasse no desenho a afirmação que o resultado dera “margem a mais gostosa risada”, numa clara alusão aos republicanos, uma vez que eram eles, com seus barretes frígios, quem estavam rindo na imagem, o resultado não foi tão satisfatório, por exemplo, se comparado com o candidato mais votado da cidade que conquistou 1344 e pertencia ao Partido Liberal.

No ano seguinte ocorreram eleições para a Câmara de Vereadores de Pelotas; o periódico transformou o processo eleitoral em um prado: “Na corrida que teve lugar a 16 do corrente em nosso prado político, coube a vitória ao Centauro Rio-Grandense, chegou em segundo lugar Pégaso, guiado pela elegante amazona República. Tocou a culatra o histórico Buridan que, além de mal composto, não teve quem o guiasse na pugna” (figura 32).

A legenda da imagem não apresentou explicitamente os partidos que concorreram, apenas sugeriu-os nas representações. O Partido Liberal foi representado pelo Centauro Rio-Grandense, no qual é possível identificar a cabeça de seu principal chefe político, Gaspar Silveira Martins. Já o segundo lugar coube aos republicanos identificados pela alegoria feminina da república, conduzida por Pégaso. O caricaturista na elaboração da imagem utilizou-se da mitologia grega. O primeiro é descrito como um ser monstruoso, que se comportava como selvagem e habitava as florestas ou montanhas (KURY, 1992, p.75). Entretanto, uma parte dos Centauros representava “a força aliada a bondade, a serviço

dos bons combates” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2003, p.219). Assim, é provável que ao relacionar a figura do ser mitológico com Silveira Martins, o autor da imagem tentava passar ao leitor qualidades do político, como seu talento na tribuna e sua força política entre seus pares.



Figura 32: O prado político

Legenda: Na corrida que teve lugar a 16 do corrente em nosso prado político, coube a vitória ao Centauro Rio-Grandense, chegou em segundo lugar Pégaso, guiado pela elegante amazona República. Tocou a culatra o histórico Buridan que, além de mal composto, não teve quem o guiasse na pugna.

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.100, p.5, 24 fev. 1889.

Pégaso é apresentado como um “cavalo alado de origem divina que nasceu nas nascentes do oceano” (KURY, 1992, p.308). Ele possui uma significação simbólica associada a fecundidade e representa a impetuosidade dos desejos. O cavalo alado é também “o símbolo da imaginação sublimada... a imaginação objetivada, que eleva o homem às regiões sublimes” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2003, p.703). O cavalo

passa uma visão de força, assim representava um partido que estava crescendo e suplantando seus adversários. É relevante considerar que, ao ilustrá-lo conduzindo a alegoria feminina da República, o caricaturista poderia estar associando o cavalo alado, como símbolo de fertilidade, com o que estava por vir, ou seja, o fim da Monarquia e o nascimento da República no Brasil.

Os conservadores, por seu turno, foram caracterizados por um cavalo pequeno, magro e espreitado por duas aves de rapina, chamado Buridan. O caricaturista não utilizou a mitologia grega, mas fez uma referência a obra *De Caelo* de Aristóteles. Nela, o autor se perguntava como era possível que um cão, tendo duas refeições iguais, poderia racionalmente optar por uma e não pela outra³⁶. Ao associar Buridan aos conservadores, provavelmente estavam satirizando aqueles que ainda se mantinham num partido aparentemente falido e a sua indecisão em relação aos prováveis posicionamentos: se iriam para o lado dos liberais ou se filiariam aos republicanos.

Outra atividade desenvolvida pelo clube republicano foi uma série de conferências realizadas entre os anos de 1887 e 1888. Algumas delas foram noticiadas e ilustradas nas páginas d'*A Ventarola*: Alexandre Cassiano do Nascimento (12/06/1887 e 09/09/1888); Possidonio Cunha (14/08/1887); Luiz Carlos Massot (11/09/1887) e Coelho Lisboa (12/08/1888)³⁷.

Sobre a conferência de Cassiano do Nascimento, o periódico a abordou com dois artigos, num deles afirmava, com humor, que o problema da conferência foi utilizar muito pouco latim: “É preciso saber-se que o latim dá muita graça a uma conferência, principalmente quando não há no auditório ninguém que o compreenda” (*A Ventarola*

³⁶ Extraído de: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean_Buridan Capturado em 03/10/2005.

³⁷ As datas se referem à publicação do jornal.

12/06/1887). Já o segundo apontou a temática trabalhada – a centralização do poder – e que ela foi muito concorrida. As conferências de Possidonio Junior e Luis Carlos Massot versaram sobre “a constituição política do Império” e “A organização da nacionalidade brasileira”, respectivamente.

No ano seguinte, aconteceu a conferência proferida por Coelho Lisboa, que dissertou, conforme a linguagem do periódico, sobre a “história política do índio velho”, ou seja, sobre a história política do Brasil, dando muita “bordoeira (sic) no nosso *querido* e velho monarquismo”. O conferencista, conforme o periódico, apresentou a república como uma “fada esplendidamente sedutora...” (figura 33).



Figura 33: A sedutora República

Legendas: Reduziu o monarquismo a expressão mais simples, apresentando a república como uma fada esplendidamente sedutora. Estava quase no fim de sua conferencia, quando lembrou-se de prender fogo a uma bomba de dinamite.

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.72, p.4, 12 ago. 1888.

No entanto, quase no fim de sua fala, o conferencista “lembrou de *prender fogo* a uma bomba de

dinamite...” O jornal assim se referiu ao desentendimento ocorrido, quando Coelho Lisboa afirmou que Silveira Martins não era liberal, mas conservador, o que provocou desordens conforme atesta um artigo publicado neste mesmo número: “Entornou-se então o caldo: os liberais protestaram, os conservadores riram, o belo sexo assustou-se, o *Zé Povinho* apareceu, e teve começo o *charivari*”³⁸.

Por conseguinte, a palestra de Coelho Lisboa serviu para acordar a “sociedade pelotense do profundo sono que dormia”. E ao noticiar que o conferencista conseguiu despertar que a eminência da República estava mais perto do que se imaginava, o periódico, com humor, ilustrou alguns pelotenses despertando de suas camas enquanto outros já lavavam o rosto (figura 34).



Figura 34: O despertar da sociedade pelotense

Legenda: O Sr. Coelho Lisboa com a sua conferência da noite de 6 do corrente, teve a habilidade de despertar a sociedade pelotense do profundo sono que dormia.

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.72, p.8, 12 ago. 1888.

³⁸ Na conferência seguinte proferida por Alcides Lima, no Teatro Sete de Abril, também houve conflito. Alguns provocadores deram vivas no meio da platéia à Monarquia, o que gerou certo tumulto, mas logo foi contornado. (ECHENIQUE, 1939).

O periódico noticiou ainda que, após o “fiasco” promovido por alguns monarquistas pelotenses, Coelho Lisboa palestrou em Rio Grande. Lá também ocorreu um conflito com o conferencista, assim narrado: “[...] alguns habitantes da Ilha dos Marinheiros, que dali vieram com carregamento de batatas e cebolas, não achando compradores para a mercadoria, entenderam que deveriam arremessá-la contra aquele senhor e mais os seus adeptos” (*A Ventarola*, 09/09/1888).

Nas imagens e nos textos analisados acima foi possível verificar a posição política dos caricaturistas e colaboradores dos periódicos em relação às ideias republicanas. A República foi tratada de acordo com as suas posições, os seus interesses e a produção artística ou textual era constituída de acordo com as suas realidades. Dessa forma, as ilustrações deveriam passar ao leitor uma apresentação cômica dessa realidade, mas, ao mesmo tempo, que abordasse uma questão política considerada séria. Se, por um lado, há um tom simpático a causa republicana em ambos, por outro, a partir de 1889, *A Ventarola* se tornou abertamente favorável a causa e assim se manteve até a Proclamação.

A Proclamação da República nas páginas do periódico *A Ventarola*

O jornal não hesitou em utilizar excessivamente os símbolos empregados na propaganda para anunciar através de seus desenhos o florescer da República. Assim, atualizada com as transformações políticas que ocorreram no centro do país, narrou-as concomitante à imprensa diária, mas, em especial, através de suas ilustrações. Desde antes do que ocorreu no dia 15 de novembro de 1889 o periódico previa que as mudanças no cenário político eram próximas. Contudo “a transição não se pode operar num só

dia” uma vez que, apesar do republicanismo avançar numa “carreira vertiginosa”, o partido precisaria contar com a adesão de membros dos partidos monárquicos: “não hão de ser os estrangeiros que hão de constituí-lo”.

Essa ideia apareceu no desenvolvimento de uma narrativa que salientava as qualidades de Gaspar Silveira Martins. No final, citando uma pequena frase do político – “quem emperra, erra” – o autor do artigo, com o cognome Simplicio, afirmava que a Pátria ainda tinha muito a esperar do “tribuno rio-grandense” e, assim, esperava que ele não fosse o último a “profligar com a energia de sua palavra [...] a decadência moral e política da velha, desprestigiada e caduca instituição monárquica” (*A Ventarola*, 17/02/1889). A palavra profligar pode ser sinônimo de “destruir com argumentos, atacar ou combater com palavras, reprovar energicamente” (FERREIRA, 2004, p.1637) este, deve ter sido o sentido dado a ela ao se referir a Silveira Martins, pois ele era conhecido por seus discursos inflamados e por possuir uma excelente retórica: “[...] indivíduo de personalidade dominadora, dotado de respeitável cultura e invulgar inteligência, aliava a tudo isso uma grande fortuna pessoal e notável eloquência tribunícia” (FRANCO, 1996, p. 26). A isso se deve o apelido de Tribuno Rio Grandense, empregado não somente pela imprensa ilustrada, como também pelo jornalismo diário.

Nos desenhos veiculados em 27 de outubro de 1889 a nau do estado surge comandada pela alegoria da República. *A ventarola*, numa “previsão” e em tom de alerta, afirmou que apesar da “nau ministerial” (Monarquia) navegar em “águas tranquilas sob um céu bonançoso”, uma tormenta se aproximava (República) lançando o navio de encontro a um rochedo (a federação). E que não tardaria para a mudança ocorrer; a série era encerrada com duas representações: o navio, símbolo do governo, e a alegoria feminina da República colocada em sua popa. (figura 35)

Dois dias após a Proclamação, mais um número do jornal foi distribuído, sem, no entanto, trazer a notícia da nova situação política, mas apresentou desenhos humorísticos relatando a prisão de um rapaz na corte, por ele ter dado vivas a República. No depoimento, o “*delinqüente*” confessou que as suas expressões de entusiasmo foram para a “República do Chile” (*A Ventarola*, 17/11/1889)³⁹. O motivo para o atraso do jornal na divulgação está relacionado à sua periodicidade semanal, sempre circulando aos domingos. Já que o dia 15 de novembro foi numa sexta-feira, provavelmente *A Ventarola* já estava com a edição encerrada somente esperando para ser distribuída, impossibilitando assim a divulgação.



Figura 35: E quem sabe o que será o dia de amanhã?

Legenda: E quem sabe o que será o dia de amanhã?... Novo barco construído com os destroços do primeiro bem poderá levar às praias do Futuro os verdadeiros paladinos da Liberdade Pátria.

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.135, p.4, 27 out. 1889.

³⁹ A referência a República do Chile foi feita já que no dia 09 de novembro de 1889 o Império do Brasil ofereceu um baile na Ilha Fiscal em homenagem aos oficiais do navio chileno Almirante Cochrane. O baile é considerado o último grande evento promovido pela Monarquia Brasileira (SCHWARCZ, 1998, p.453-455).

Finalmente, a partir da edição de 24 de novembro, as primeiras notícias e imagens relacionadas à Proclamação da República apareceram. Em um artigo intitulado “Diz-se por aí”, narravam a mudança ocorrida no cenário político nacional. O texto iniciava noticiando que enfim “estamos para todo sempre livres do trambolho monárquico”, o qual era o principal entrave para o progresso da nação. Ao abordar a extradição da família imperial, era destacado que o imperador ia a bordo do navio que os conduzia à Europa fazendo sonetos e que a Princesa Isabel era um personagem “com quem menos se tem ocupado os brasileiros nestes últimos dias”. Conforme o artigo, a primeira sessão da Câmara Municipal da cidade, perante a nova situação política foi “muito fria” até que um cidadão presente no auditório “deu vivas a República”. A situação indefinida por parte dos “ilustradíssimos” que mantinham “um pé na República e outro na Monarquia” até aquele momento justificava-se visto que “se Deus é bom, o diabo também ainda pode servir” (*A Ventarola*, 24/11/1889).

Ainda à mesma página em que este texto foi publicado, uma crônica intitulada *Consummatum Est*, escrita por João Tolentino de Souza tratava a mudança política com um viés diferente do anterior. A crítica assumia um outro tom e era dirigida tanto ao antigo como ao novo regime, como evidencia o primeiro parágrafo que já deixava clara a visão do autor em relação à mudança:

Num momento de náusea, com quem tem no estômago uma feijoada supérflua, acaba o Brasil de vomitar no Atlântico todos os acepipes monárquicos ingeridos em diferentes refeições, pagas por bom preço, em diferentes épocas, e pagas ainda uma vez, para esvaziar a tripa gigantesca da atual república. Eu acredito nisto de uma maneira estúpida, com aquela convicção cheia de assombro

de um pai que vê nascer-lhe um filho com a cabeça de boi!

O autor, apesar de fazer críticas ao regime monárquico, não concordou com o rumo desencadeado pelos republicanos. Para ele, o melhor que deveria ter sido feito era esperar o Imperador morrer para depois, então, a República ser instaurada no Brasil. Ao falar do imperador, afirmava que ele não merecia essa traição, nem mesmo a extradição, pois “ele era um brasileiro, homem honrado e digno”. Em seguida, os jornalistas oportunistas também foram criticados: “Jornalistas que tinham sob os bicos da penna (sic) mais do que os insultos, o desprezo sistemático a tudo que afetava a república, suspendem a sua frase, [...] [e] escrevem uma coisa qualquer, sem nexos, sem ordem, sem consciência, mas que possa interpretar como uma próxima adesão, um equívoco elogio, uma futura bajulação aos vencedores?”

As declarações de João Tolentino demonstraram a sua desilusão com as atitudes tomadas com e após o 15 de Novembro. No entanto, ele foi, no período da propaganda, simpático às ideias republicanas; em 1889 era filiado ao partido e atuava na União Republicana, além de colaborar no jornal republicano *O Farrapo*. Tolentino era um artesão (marceneiro), que utilizava seu tempo livre para se dedicar à vida literária, escrevendo poesias, e colaborando como cronista em vários órgãos da imprensa pelotense. Mais tarde tornou-se socialista e participou da redação do jornal socialista *A Democracia Social* publicado em 1893 na cidade (LONER; LOPES 2003). Esse descontentamento em relação ao republicanismo e a submissão das pessoas após a proclamação tornou-se evidente na última frase de sua crônica: “Confessemos que somos uns quantos milhões de porcos, espalhados na terra de Santa Cruz, dispostos a obedecer ao pastor que tiver o cajado na mão!” (*A Ventarola*, 24/11/1889).

Ao que tange às ilustrações, algumas retomaram os ideais defendidos pelos republicanos no período da propaganda, como os de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Numa delas, a liberdade do povo foi ressaltada, através da representação da alegoria feminina como a redentora que destruiu as amarras imperialistas, as quais identificavam o Brasil como o último reduto monárquico da América Latina (figura 36).

Um novo regime, ao ser instalado, necessita trocar os símbolos que identificam o anterior. Essa prática era (e ainda é) usada para confirmar a mudança do governo e também uma maneira para legitimá-lo diante da população. Segundo Bronislaw Baczko, o homem é um ser sensível, guiado por imagens chamativas e emoções fortes, portanto um novo poder para conseguir sua aceitação deve: “[...] apoderar-se do controle dos meios que formam e guiam a imaginação coletiva. A fim de impregnar as mentalidades com novos valores e fortalecer a sua legitimidade, o poder tem designadamente de institucionalizar um simbolismo e um ritual novos” (BACZKO, 1985, p.302).

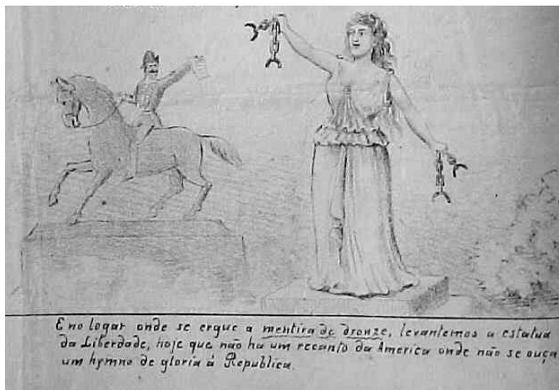


Figura 36: A mentira de bronze

Legenda: E no lugar onde se ergue a mentira de bronze, levantemos a estátua da Liberdade, hoje que não há um recanto da América onde não se ouça um hino de glória à República.

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.39, p.4, 24 nov. 1889.

Na imagem apresentada acima a “*Mentira de bronze*” provavelmente simboliza a Monarquia e a figura da estátua segurando um papel refere-se a Dom Pedro I e a Independência do Brasil, a qual, na visão do periódico foi uma “mentira” pois o Brasil se manteve com o regime monárquico. Com o advento da República a liberdade finalmente era conquistada e, conforme a legenda da ilustração, a “mentira de Bronze”, fora substituída pela “Estátua da Liberdade”, simbolizando a República. A expressão “mentira de bronze” teve sua origem no conflito político em torno da inauguração da estátua de D. Pedro I na Corte em 1862 no mesmo local que Tiradentes havia sido enforcado, o Largo do Rocio, atual Praça Tiradentes. Teófilo Otoni, liberal mineiro e líder da revolta de 1842, foi o autor da expressão que logo foi incorporada à campanha republicana (CARVALHO, 1990, p.60).

Além da representação, em duas edições apareceram sugestões de novos nomes para as ruas e praças da cidade, o que ocorreu em seguida. Entre os vários lugares públicos renomeados, destacou-se a principal praça da cidade, denominada da Regeneração e anteriormente chamada Pedro II, que passou para Praça da República e a Rua São Miguel, a qual concentrava a parte comercial da cidade, para Quinze de Novembro (MAGALHÃES, 1994a).

Outro símbolo republicano foi a nova bandeira, principal emblema utilizado para representar os novos tempos. José Murilo de Carvalho assegura que a bandeira foi uma vitória da facção positivista do novo regime, no entanto, ela incorporou elementos da tradição imperial. Ainda segundo ele, os republicanos não tinham uma bandeira própria para desfilar, mas no dia 15 os republicanos civis levaram às ruas do Rio de Janeiro uma bandeira inspirada no modelo norte-americano. Confeccionada pelo Clube Republicano Lopes Trovão, a

bandeira conservava nas faixas horizontais as cores verde e amarela, iguais as da bandeira imperial, enquanto o quadrilátero possuía um fundo negro, uma homenagem à raça negra, no qual foram bordadas as estrelas em miçangas brancas (CARVALHO, 1990, p.109-111).

A aversão dos positivistas a ela foi imediata, fazendo com que eles concebessem um modelo inspirado nas indicações de Auguste Comte:

Tomaram então, a bandeira imperial conservando o fundo verde, o losango amarelo e a esfera azul. Retiraram da calota os emblemas imperiais: a cruz, a esfera familiar, a coroa, os ramos de café e tabaco. As estrelas que circulavam a esfera foram transferidas para dentro da calota. A principal inovação, a que gerou maior polêmica, [...] foi a introdução da divisa ‘Ordem e Progresso’ em uma faixa, representando o zodíaco, que cruzava a esfera em sentido descendente da esquerda para a direita (CARVALHO, 1990, p.113).

As estrelas, no entanto, não foram somente transferidas para a calota; agora elas formavam constelações, como o Cruzeiro do Sul, que poderia ser entendida como uma “cruz leiga” e que poderia ser vista com simpatia pelos católicos. As estrelas colocadas na bandeira lembravam o céu brasileiro, o que não faziam na bandeira imperial e nem na bandeira norte-americana em relação ao céu daquele país (CARVALHO, 1990, p.114). A divisa “Ordem e Progresso” foi derivada de uma frase considerada um lema para os positivistas: “O Amor por princípio, a Ordem por base e o Progresso por fim”. Sua colocação na bandeira, apesar da não referência ao amor, gerou polêmica entre os políticos da época, precisamente pela sua influência positivista. Conforme os preceitos de Comte, na primeira fase da transição orgânica da humanidade deveriam ser mantidas as bandeiras vigentes, acrescidas da divisa, o que foi realizado pelos republicanos que assim interpretaram a

transição da Monarquia à República (CARVALHO, 1998, p.21).

Ao trabalhar com uma ilustração da *Revista Ilustrada* publicada no dia seguinte à proclamação, José Murilo de Carvalho se deparou com uma incógnita: a representação da alegoria feminina portando a bandeira de inspiração positivista. O problema apresentado pelo autor está na data do periódico, uma vez que a nova bandeira somente passou a ser concebida após o desfile da outra, baseada no modelo norte-americano. Não obstante, Décio Villares, autor do emblema, necessitou de tempo para desenhá-la, além de consultar um astrônomo para a colocação correta das estrelas. Concluiu o autor que a revista pode ter circulado posteriormente ao dia 16, mas com esta data, ou então foi uma coincidência (CARVALHO, 1990, p.118-119).

Semelhante à ilustração do periódico fluminense, *A Ventarola* também apresentou nove dias após a Proclamação uma alegoria feminina representando a República, portando uma bandeira semelhante àquela concebida por Décio Villares (figura 37).



Figura 37: A nova aurora que raiou

Legenda: Felizmente, a nova aurora que raiou para os nossos destinos de nação livre e civilizada teve as saudações delirantes de um povo inteiro. Viva a república!

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.139, p.4, 24 nov. 1889.

No globo, as estrelas estavam colocadas sem ordem, mas ela também trazia a faixa do zodíaco, embora não constasse, (como na bandeira da *Revista Ilustrada*), a divisa “Ordem e Progresso”. No entanto, no caso do periódico pelotense, a representação da nova bandeira não se traduz num enigma, ao contrário, demonstra que ele estava a par não somente da nova situação política do Brasil, desencadeada a partir do Rio de Janeiro, como também das transformações ocorridas a partir daí, incluindo a mudança dos símbolos, possibilitando, assim, a apresentação da nova bandeira, emblema do novo regime.

Além de empregar a alegoria, o barrete frígio e a nova bandeira para anunciar o proclamado regime que se instaurava, *A Ventarola* também tratou daqueles que participaram do processo, quer os favoráveis, quer os contrários.

Ao que tange às homenagens, elas se restringiram aos homens que encabeçaram o processo. Assim, cada um dos números do jornal publicados após a proclamação apresentou em sua primeira página um retrato de um dos membros do governo provisório e na página dois um pequeno relato sobre a vida e as atividades políticas do homenageado. Os retratados, concebidos pelo caricaturista Guilherme Stoffel⁴⁰, foram: Quintino Bocaiúva, (Jornalista, redator do jornal *O País* e Ministro do Exterior) (24/11/1889); Aristides Lobo (Ministro do Interior) (01/12/1889); General Deodoro da Fonseca (Presidente) (08/12/1889); Campos Salles (Ministro da Justiça) (15/12/1889). Os demais membros do governo foram

⁴⁰ Provavelmente os retratos concebidos por ele são reproduções feitas a partir de outros modelos impressos ou fotografias.

retratados na página quatro do último número do jornal: Demetrio Ribeiro (Ministro da Agricultura); Eduardo Wandenkolk (Ministro da Marinha); Benjamin Constant (Ministro da Guerra) e Rui Barbosa (Ministro da Fazenda) (*A Ventarola*, 29/12/1889).

Essas homenagens aos “heróis da República” não se limitaram somente ao periódico pelotense; todos aqueles simpatizantes aos ideais republicanos tiveram um comportamento semelhante. Conforme assinala Isabel Lustosa a *Revista Ilustrada* iniciou após o 15 de Novembro, “o ciclo dos heróis da República”:

O enfermiço marechal Deodoro da Fonseca, por exemplo, se verá, nas páginas da *Revista Ilustrada*, glamourizado, rejuvenescido e cheio de vitalidade. Ora aparece separando a Igreja do Estado, ora ao lado de Benjamin Constant, a cortar as cabeças da hidra das intrigas. Belos também aparecerão os ministros Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva e Campos Sales [...] Raras são as situações caricatas, raros os Deodoros de grande cabeça e corpo pequenino na forma típica da caricatura do tempo (LUSTOSA, 2003, p.294).

Rejuvenescido e disposto também apareceu Deodoro da Fonseca em *A Ventarola*. De espada em punho, foi ilustrado cortando o “nó górdio” feito na corda puxada, por um lado, pela Monarquia, e no outro pela República (figura 38).

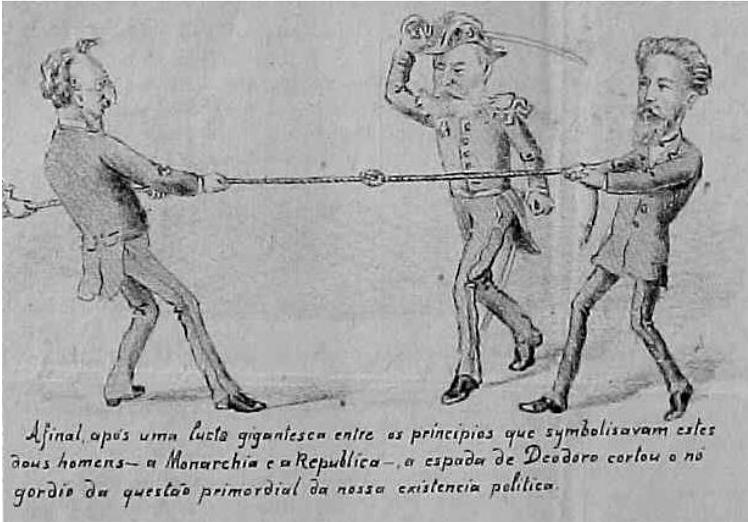


Figura 38: Cortando o nó gordio

Legenda: Afinal, após uma luta gigantesca entre os princípios que simbolizavam estes dois homens – a Monarquia e a República – a espada de Deodoro cortou o nó gordio da questão primordial da nossa existência política.

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.139, p.4, 24 nov. 1889.

É possível traçar, a partir da leitura desta imagem, duas possibilidades de interpretação. A primeira refere-se ao tom de seriedade e de realidade do novo regime que se instalava e que o jornal passava aos leitores. Uma vez que, para ilustrar a disputa e o poder entre os princípios monarquista e republicano, o periódico substituiu as figuras alegóricas do rei (Monarquia) e da mulher (República) por figuras masculinas não alegóricas, ou seja, a representação de dois homens “reais”, ou seja: puxando um dos lados da corda, o monárquico, estava Gaspar Silveira Martins e, no outro, o republicano, estava Quintino Bocaiuva. Além disso, a utilização de Deodoro em seus trajes militares como o responsável pelo desfecho que resultou na Proclamação dá uma feição de seriedade à ilustração. Já a segunda se refere à falta da participação ativa da mulher na

proclamação, visto que ela somente aparecia como figura alegórica. Pois, se até mesmo o povo masculino esteve ausente dos desdobramentos que resultaram na República o que restaria à parcela feminina da população? No processo político que resultou na república “Havia uma elite política de homens, que eram chamados públicos. A mulher, se pública, era prostituta” (CARVALHO, 1990, p.92). No entanto esta condição foi bastante diferente da atuação da mulher no processo revolucionário francês, no qual a alegoria feminina era mesclada com elementos da vida real. A mulher esteve presente, não só na Revolução de 1789 quando participaram da tomada da Bastilha, como também naquelas ocorridas em 1830, 1848 e 1871 (CARVALHO, 1990, p.89).

Quanto aos “anti-heróis” da República, o periódico não deixou de caricaturá-los em tom chistoso e as representações de Gaspar Silveira Martins prevaleceram. Em 1889, ele estava governando a Província, quando fora “[...] chamado ao Rio de Janeiro para ajudar na solução da crise política que se acentuara, foi, a caminho, surpreendido pela Proclamação da República, que o fez exilado político na Europa” (PICCOLO, 1998, p.65). Após a proclamação ele foi retratado com humor; numa das imagens ele apareceu sendo “coroadado” por um barrete frígio, enquanto outra o transformou num pássaro engaloiado. Ao mesmo tempo em que caricaturavam Silveira Martins, Afonso Celso, o Visconde de Ouro Preto, foi representado numa caricatura chorando “sobre as ruínas de Cartago” o destino que teve o último império existente na América (figura 39).

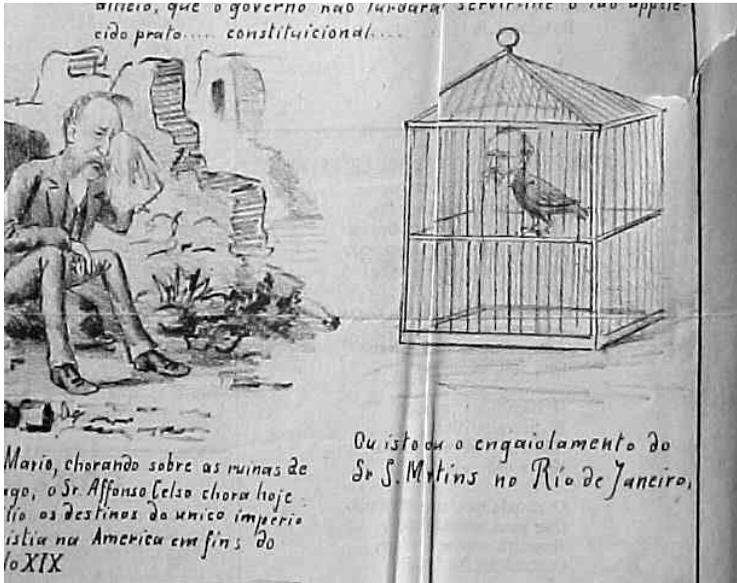


Figura 39: Silveira Martins engaiolado

Legendas: Como Mario, chorando sobre as ruínas de Cartago, o Sr. Affonso Celso chora hoje no exílio os destinos do único império que existia na América em fins do século XIX.

Ou isto ou o engaiolamento do Sr. Silveira Martins no Rio de Janeiro.

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.142, p.4, 15 dez. 1889.

O periódico publicou outros desenhos humorísticos abordando o comportamento dos cidadãos após a Proclamação, mas sem identificá-los. No entanto, no conjunto dessas imagens os caricaturistas aliaram o traço do humor com uma visão crítica para tratar da conduta daqueles que eram contrários à ideia republicana e que agora afirmavam ser republicanos.

Geralmente as ilustrações se referiram às atitudes tomadas por aqueles que não acreditavam na vitória republicana. Os incrédulos, na visão do jornal, classificavam o ideário republicano como atos infantis, oferecendo aos adeptos “mamadeiras, como única coisa digna de suas infantilidades” (*A Ventarola*, 24/11/1889). Assim sendo, eles tinham “os olhos vendados... para não

ver” contudo, após a Proclamação diziam “que desde os cueiros já professavam princípios democráticos”. Estes “novos republicanos” apareciam como “cogumelo em terreno úmido”, no entanto, o verdadeiro propósito deles foi revelado pelo jornal, que não perdeu a oportunidade para ridicularizá-los. (figura 40)

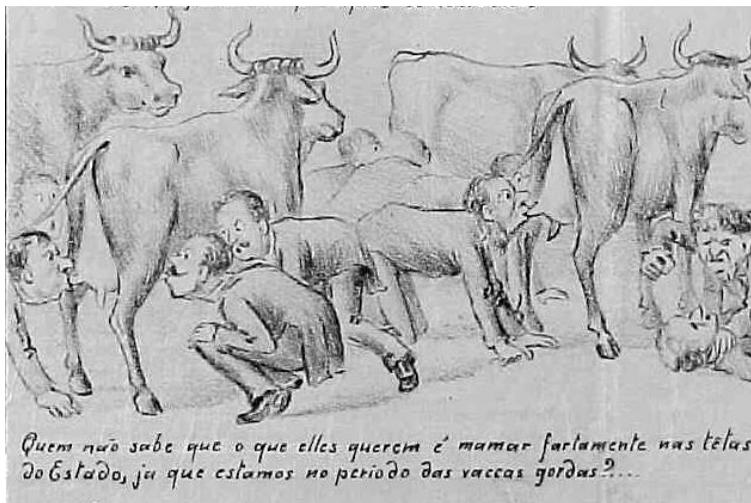


Figura 40: Mamando fartamente nas tetas do Estado

Legenda: Quem não sabe que o que eles querem é mamar fartamente nas tetas do Estado, já que estamos no período das vacas gordas?...

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.140, p.4, 01 dez. 1889.

Estes homens que “querem mamar nas tetas do Estado” são os mesmos que, até então, apedrejavam os representantes da “ideia democrática”. *A Ventarola*, por sua vez, compreendeu que o melhor a ser feito por eles era “meter a viola no saco” e se recolher, uma vez que ninguém necessitava mais de seus trabalhos. Na mesma nuança criticavam os correligionários do Sr. Afonso Celso, o quais eram indivíduos “que se diziam monarquistas de convicção e que faziam timbre em sustentar as suas opiniões, a despeito da propaganda republicana”.

No entanto, com a nova situação política, eles permaneciam “caladinhos” para continuarem nos seus empregos públicos (*A Ventarola*, 24/11/1889). A onda adesista, no entanto, não foi somente um fenômeno local, mas global. Variados setores da sociedade fluminense, como médicos e professores, aderiram ao novo regime, declarando publicamente seu apoio ao novo governo através dos jornais diários da Capital Federal (LEMOS, 1999, p.417-418). José Joaquim de Carvalho, escritor contemporâneo à Proclamação, assim descreveu o movimento das adesões:

[...] começaram as adesões, assim coletivas ou individuais, em tal cópia que impossível é sequer dar a nominal relação [...] Bastará dizer que da mais alta corporação do país ao mais insignificante grupamento social, tem aderido jubilosos. Já não há no Brasil quem não seja e não fosse republicano; e muitos já o eram antes de nascer (LEMOS, 1999, p.418).

Já o desempenho esperado do novo governo também foi tratado, e se resumiu somente a uma reivindicação – a separação da Igreja do Estado (figura 41).



Figura 41: A separação da Igreja do Estado

Legendas: E bravo repetiremos se cuidar de decretar a separação da Igreja do Estado

Fonte: *A Ventarola*, Pelotas, n.141, p.4, 08 dez. 1889.

Conforme o jornal, essa medida é necessária e urgente e não deve ser protelada, apesar do “grito desenfreado, o pio lamentoso das aves do templo.” Para isso, é necessário que o novo governo se inspire nos “princípios compatíveis com a grandeza do ideal democrático” para pôr em debandada essas aves. O templo é uma referência a igreja enquanto as aves remetem aos padres e religiosos.

A separação da Igreja do Estado foi formalizada com a promulgação da Constituição da República de 1891: “Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados”⁴¹. Contudo, *A Ventarola* não pode agradecer a concretização do pedido feito na ilustração; o jornal encerrou sua circulação logo após a Proclamação, em dezembro de 1889, e com ela findou-se os periódicos ilustrados da Pelotas do século XIX.

⁴¹ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Extraído de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o91.htm Capturado em: 20/02/2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da imprensa ilustrada pelotense está fortemente ligada à história do jornalismo brasileiro, uma vez que, através de sua análise, constatei que os periódicos ilustrados possuíam características semelhantes aos seus congêneres, alguns deles, como a *Revista Illustrada*, servindo de modelo.

Sobre os caricaturistas e/ou litógrafos que atuaram nos periódicos, poucas informações encontrei; os registros são escassos ou não existem, à exceção de Eduardo Chapon, sobre o qual consegui averiguar uma parte de sua vida, desde sua saída de Paris, passando por Buenos Aires até se estabelecer em Pelotas. A propósito deles, é relevante considerá-los como homens empreendedores e criativos, mas, sobretudo, inteligentes. Apesar da maioria da produção textual não apresentar o autor ou então escondê-lo com um pseudônimo, percebi que se tratava de uma escrita requintada e uma crítica elegante, ou seja, a sátira era constante, porém, em sua maioria, sem descambar para a virulência da linguagem. Uma advertência, no entanto, deve ser feita ao *Cabrion* no período que engendrou uma forte campanha denegrindo o jornalista Antonio Joaquim Dias, promovida por Eduardo Guerra depois do fim da sociedade com Chapon. Guerra não poupou o colega dirigindo a ele adjetivos marcadamente ofensivos.

Eduardo Chapon provavelmente também foi o autor de artigos e divulgador de notícias, superando a barreira da língua embora seu nome tenha aparecido somente nos últimos números d'*A Ventarola*. Destacada foi também a gama variada de colaboradores que escreviam nas páginas textos de opinião e literatura; somente a título de exemplo vale lembrar os nomes dos poetas Francisco de Paula Pires e José Tolentino de Souza e do conhecido Francisco Lobo da Costa.

Esses homens, atualizados com os acontecimentos de seu tempo, não deixavam determinados assuntos relacionados à vida política passar despercebidos, dedicando grande parte do espaço dos jornais a eles. As representações do mundo político constituíram o cerne principal da análise desenvolvida nesta Dissertação. Ao longo dos capítulos, procurei valorizar quais os assuntos referentes à política imperial que foram tratados pelos caricaturistas e colaboradores e quais as maneiras empregadas para se referirem a eles, enquadrando-os, quase sempre, dentro da perspectiva da modernidade. Dessa forma, as sátiras visavam a apresentação de um tempo futuro, aquele do progresso: um país sem escravos, livre, laicizado e republicano e de uma Pelotas moderna, higiênica e iluminada. A produção artística e textual dos periódicos pode ser considerada uma representação do seu tempo, entendida como uma forma de transmissão da realidade na qual o artista está inserido, servindo de instrumento à sua criação e sendo comunicada aos leitores de acordo com suas percepções e visões de mundo, re-presentando-a como ela é ou como gostariam que fosse.

As imagens que se reportaram à política local, especificamente à administração pública, remetem ao leitor uma cidade mal administrada circunstanciada por problemas. Ao mesmo tempo em que as críticas à Câmara Municipal eram apresentadas com humor, revelavam, também, a preocupação dos caricaturistas com a organização da cidade “que se quer moderna”.

Já a vida política imperial, vista a partir das decisões ocorridas no centro administrativo do Império – a Corte – também surgiram nas páginas dos periódicos ao longo dos anos 1880. As considerações a ela dispensadas revelam que Pelotas, apesar de sua posição geográfica, mantinha-se atualizada com o desenrolar das deliberações que se davam no cenário político nacional. E, já que a imprensa ilustrada nasceu para o riso e para a galhofa, conforme afiançava *A*

Ventarola, as informações vindas através dos navios ou pelo telégrafo eram repassadas aos leitores sempre com o viés do humor.

Importante considerar que os periódicos não tinham como único propósito escarnecer a política; assim, podem ser considerados ao mesmo tempo como noticiosos e emissores de opiniões a cerca do desenrolar das atividades políticas. Desse modo, as crises que marcaram a última década do Império Brasileiro, em equivalência ao crescimento da campanha republicana, foram largamente noticiadas e serviram de tema às suas produções artísticas.

Dom Pedro II não mereceu uma atenção significativa; o mesmo não foi verificado ao que tange à Princesa Isabel. Além de satirizá-la, valendo-se de seu epíteto de Redentora, recebido após a assinatura da Lei Áurea, *A Ventarola* constantemente empregou sua figura para satirizar as instituições católicas, afirmando que ela era “muito devota” e “dada às coisas da igreja”.

As caricaturas dirigidas aos presidentes do Conselho de Ministros corroboraram as evidências de que os periódicos não tinham posições partidárias e nem simpáticas aos partidos monárquicos. As sátiras eram conduzidas de forma genérica, não importando quem estava no poder, se liberais ou conservadores. Ao lado disso, essas imagens são exemplos evidentes da premissa acima enunciada, que afirma terem os periódicos, além da função de provocar o riso, a tarefa de informar seu leitor. A caricatura que trata do fim da presidência, encabeçada pelo Conselheiro João Luiz Vieira Cansação de Sinimbu (figura 22, capítulo 3) apresentada numa releitura da *Pietá*, exemplifica essa constatação. Ao mesmo tempo em que informavam a queda e anunciavam a formação de um novo gabinete, apresentavam o ex-presidente numa situação mordaz o que provavelmente proporcionava o riso do leitor.

Os desenhos veiculados, abordando as mortes de Jeronymo e Pórcia demonstraram que, apesar de alguns dos objetivos da imprensa ilustrada ser o de provocar o riso através de uma apresentação cômica da realidade, houve certas produções artísticas destinadas a criticar a sociedade escravista pelotense. Contudo, nas sequências mostradas, em especial aquelas do periódico *A Ventarola*, há um teor de ficção que apresenta circunstâncias, vítimas e algozes relacionados aos casos como uma “história em quadrinhos”, misturando elementos ficcionais com outros reais. Assim sendo, pode-se ponderar que os caricaturistas trataram por meio desses desenhos (uma produção imaginária) das condições dispensadas aos escravos e contratados na sociedade na qual eles estavam inseridos.

Seguindo com o seu propósito de se oporem ao governo constituído, outra parte das ilustrações e textos desses periódicos foi direcionada à campanha republicana, a qual se desenvolveu contemporaneamente a eles no decorrer da década de 1880. Avultou-se *A Ventarola*, que no transcurso dos seus três anos de circulação (os quais também foram os últimos anos do Império), abordou com ênfase a questão e se posicionou favorável ao ideal republicano.

O periódico empregou os emblemas e alegorias utilizados pelos adeptos da ideia republicana ao noticiar os eventos promovidos por eles e, em especial, receber com júbilo a Proclamação da República. Não cabe averiguar se essa simbologia conseguiu se impetrar na sociedade pelotense, o que certamente não ocorreu. Conforme José Murilo de Carvalho o processo republicano ocorrido no Brasil foi diferente daquele sucedido na França pós-revolucionária. Os republicanos brasileiros não conseguiram criar um imaginário popular: “Sem raiz na vivência coletiva, a simbologia republicana caiu no vazio” (CARVALHO, 1990, p.141). Contudo, apurei que ela estava frequentemente empregada na elaboração das

imagens que se reportavam aos republicanos, mesclada com o humor e que isso ocorria desde o início daquela década.

É possível afirmar que essa temática foi trabalhada sob dois aspectos: o humor e a simbologia. Essa associação pode ser verificada na imagem que transformou o pleito eleitoral de 1880 num “prado político”, substituindo a cabeça do cavalo vencedor pela efígie de Gaspar Silveira Martins, na alegoria feminina da república ilustrada no dorso do segundo cavalo e no cavalo magro, em último lugar, representando o Partido Conservador.

Ao longo dos capítulos procurei responder os objetivos levantados na introdução deste livro. Cada capítulo foi escrito visando responder as demandas da pesquisa. Importante ressaltar que o resultado desta pesquisa, aqui apresentado, vem somar-se a outros trabalhos historiográficos que tratam da história política imperial brasileira. Contudo, demonstrei que as análises sobre esse tema não precisam ficar restritas à história de agremiações partidárias ou biografias de políticos; elas podem ser investigadas a partir de outros meios, como os jornais de humor.

Cabe ressaltar que numa outra vertente, minha proposta de análise apresentou subsídios que colaboraram ao enriquecimento da história da imprensa no Brasil e da história de Pelotas. Constatei que ao longo da circulação dos três periódicos ilustrados, os caricaturistas, jornalistas e colaboradores trataram dos mais variados assuntos e ao privilegiar em minha análise a parte destinada à vida política, averigui que apesar de serem considerados periódicos com um custo elevado, em razão da parte ilustrada, eles conservaram a periodicidade (foram publicados semanalmente sem faltas) e mantiveram os leitores informados com representações humorísticas da realidade.

Nesse sentido, as imagens não foram consideradas apenas uma ilustração do passado ou sendo somente empregadas para elucidar o que o texto mostra. Seja através das relações entre o humor e a cobrança por melhorias urbanas (capítulo 2) ou daquelas feitas para noticiar ao leitor a instabilidade no poder entre os partidos monárquicos e denunciar as mazelas da sociedade escravista (capítulo 3) ou ainda nas aproximações entre o humor e as alegorias e símbolos dos republicanos (capítulo 4) elas são avaliadas como produções artísticas que, além de evidenciar o talento do artista, exprimem o tempo próprio do acontecido. Tomados dessa forma, os periódicos ilustrados e humorísticos pelotense são fontes relevantes à análise da história política imperial em seus anos finais.

FONTES

Biblioteca Pública Pelotense – Pelotas/RS:

A Pátria (1887) (1889)
A Discussão (1881) (1883) (1887)
A Ventarola (1887) (1888) (1889)
Cabrion (1880) (1881)
Correio Mercantil (1889) (1903) (1905)
Diário de Pelotas (1881) (1887)
Diário Popular (1890) (1903)
Jornal do Comércio (1880)
Marui (1881)
Opinião Pública (1903)
O Pensamento (1901)
Radical (1890)
Rio Grandense (1887)
Zé Povinho (1883)
ECHENIQUE, Guilherme. Fastos da propaganda republicana. *Diário Popular*. (1939).
MORAES, Henrique Carlos de. *Pelotas e seus lampiões a azeite*, 1970. (datilografado) BPP/CDOV.

Biblioteca Pública Rio-Grandense – Rio Grande/RS:

A Ventarola (1889)
Cabrion (1879)
O Farrapo (1889)

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre/RS:

A Reforma (1888) (1889)
Revista do 1º Centenário de Pelotas. Organizada por João Simões Lopes Neto. (1912)

Bispado de Pelotas:

Livro nº 07 de registros de casamentos da Matriz São Francisco de Paula (Pelotas). (1880)

Livro nº 20 de registros de batismos da Matriz São Francisco de Paula (Pelotas). (1884)

Livro nº 28 de registros de batismos da Matriz São Francisco de Paula (Pelotas). (1891)

Livro nº 15 de registros de casamentos da Matriz São Francisco de Paula (Pelotas). (1909) (1911).

Outros

CHAPON, João. *Cópia do manuscrito deixado por João Chapon, com dados biográficos referentes a seu pai Eduardo Chapon*. s/d.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean_Buridan Capturado em 03/10/2005.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm Capturado em: 20/02/2006.

Parte das discussões deste livro foi publicada nos seguintes veículos:

Revistas acadêmicas:

LOPES, Aristeu. Imagens de humor e de política: relações entre a imprensa ilustrada e a simbologia republicana. Pelotas, 1880-1889. *Biblos* (Rio Grande), v. 23, 2009, p.63-77.

LOPES, Aristeu. O Império do Brasil nos traços do humor: Política e imprensa ilustrada em Pelotas no século XIX. *Almanack Braziliense*, v. 10, 2009, p.98-114.

LOPES, Aristeu. Artista do lápis: As ilustrações de Eduardo de Araújo Guerra no periódico *Cabron*. Pelotas, 1879- 1881. *História Unisinos*, v. 2, 2009, p.180-189.

LOPES, Aristeu. Dois caricaturistas entre a memória e o esquecimento: Angelo Agostini (1843-1910) e Eduardo Chapon (1852-1903). *Estudios Históricos* (Rivera), v. 3, 2009, p.01-23.

LOPES, Aristeu. Entre Limões de cheiro e açoites: o carnaval e a escravidão na imprensa ilustrada. Pelotas-RS, 1880-1889. *História, Imagem e Narrativas*, v. 7, 2008, p.01-18.

LOPES, Aristeu. Traços da república: representações da Proclamação da República nas páginas do periódico ilustrado A Ventarola. *História em Revista*, v. 12-13, 2007, p.29-59.

LOPES, Aristeu. O outro lado da "Princesa do Sul": a administração pública na mira da imprensa ilustrada pelotense do século XIX. *Métis. História e Cultura*, v. 5, 2006, p.163-184.

Textos completos de anais de eventos:

LOPES, Aristeu. Imagens de humor e de política: Relações entre a imprensa ilustrada e a campanha republicana. Pelotas, 1879-1889. *Anais do VIII Encontro Estadual de História*. São Leopoldo: Oikós, 2006, p.01-13.

LOPES, Aristeu. Trabalhadores do humor: caricaturistas e jornalistas na imprensa ilustrada e humorística pelotense do século XIX. *Anais do XI Encontro Estadual de História: Mídia e Cidadania*, Florianópolis-SC: UFSC/UDESC, 2006, p.01-07.

LOPES, Aristeu. Humor e política: representações do Império na imprensa ilustrada, Pelotas, 1879-1889. *Anais do III Simpósio Nacional de História Cultural*. Florianópolis-SC: Clicdata Multimídia, 2006. p.01-10.

LOPES, Aristeu. Humor, literatura e política nos periódicos ilustrados de Pelotas, 1879-1889. *Anais do II ENAPEL - Encontro Nacional de pesquisadores em periódicos literários brasileiros*. Porto Alegre-RS: Editora da PUCRS, 2006, p.28-39.

LOPES, Aristeu. Imagens da cidade: caricatura e urbanização em Pelotas no século XIX. *Anais do XXIII Encontro Nacional de História*. Londrina: Editorial Mídia, 2005, p.01-10.

LOPES, Aristeu. Representações da escravidão e da abolição nas caricaturas da imprensa ilustrada e humorística pelotense do século XIX. *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. São Leopoldo: Oikós, 2005, p.01-13.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *O riso e o risível na história do pensamento*. Rio de Janeiro:: Jorge Zahar/Ed. da FGV, 1999.
- ALVES, Francisco das Neves. *Imagens e Símbolos: A caricatura rio-grandina e o discurso político-partidário no século XIX*. Rio Grande: Ed. da Universidade/FURG, 1999.
- ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. *História da fotorreportagem no Brasil. A fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus/Edições Biblioteca Nacional, 2004.
- ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização. A cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Ed.da Universidade/UFPel, 2000.
- ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: Gênese e desenvolvimento urbano*. Pelotas: Armazém Literário, 1994.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Tradução de Rui Pereira e Teresa Bento. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da moeda, 1985, vol.5, p.296-332.
- BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: A trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial – São Paulo e Rio de Janeiro – 1864-1888*. UNICAMP, 2005, 361f.Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- BARRETO, Álvaro. *Dias de folia. O carnaval pelotense de 1890 a 1937*. Pelotas: EDUCAT, 2003.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *Voltoolino e as raízes do modernismo*. São Paulo: Marco Zero, 1992.

BERGSON, Henri. *La risa. Ensayo sobre la significación de lo cómico*. Trad. revisada por Amália Haydée Raggio. Buenos Aires: Editorial Losada S.A., 1953.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular. História e Imagem*. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004.

CALDERAN, Ana Paula. *Antonio Joaquim Dias: Uma figura polêmica*. Pelotas, UFPel, 2002, 25f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História e Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2002.

CAPELATO, Maria H. Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

CARNEIRO, José F.. *Karl von Koseritz*. Porto Alegre: IEL, 1959.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

———, José Murilo de. *A Construção da ordem. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1996.

———, José Murilo de. O Positivismo brasileiro e a importação de idéias. In: GRAEBIN, Cleusa; LEAL, Elisabete (Orgs.). *Revisitando o Positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998, p.13-27.

CASALECCHI, José Enio. *A Proclamação da República*. São Paulo: Brasiliense, 1992. (coleção tudo é História nº18)

- CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia a História entre certezas e Inquietude*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHEVALIER, Ceres. *Vida e obra de José Izella: Arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, 218f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- CHEVALIER, Jean ; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. Tradução de Vera da Costa e Silva et. al. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- CONDE D'EU. *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1936.
- CRUZ, Glenda. Pelotas: Espaço construído no início da República. In: WEIMER, Günter (Org.). *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS-Prefeitura de Porto Alegre, 1992, p.109-134.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. Vários Zés, um sobrenome: as muitas faces do senhor pereira no carnaval carioca da virada do século. In: _____.(Org.). *Carnavais e outras f(r)estas. Ensaios de história social da cultura*. Campinas: UNICAMP/CECULT, 2002. p.371-417.
- DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel a “Redentora” dos escravos*. Bauru: EDUSC /FAPESP, 2004.
- FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da*

História. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.61-89.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* São Paulo: Ática, 1995.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa Caricata do Rio Grande do Sul no Século XIX.* Porto Alegre: Globo, 1964;

FERREIRA, Athos Damasceno. *Artes Plásticas no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Globo, 1971.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa.* 3ª ed., Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: O retorno da história política. *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.265-271.

FONSECA, Joaquim da. *Caricatura: A imagem gráfica do humor.* Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

FOOT HARDMAN, Francisco. *Trem-Fantasma. A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva.* 2ª Ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época.* Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.

GARCIA, Sonia Tavares; LONER, Beatriz Ana. Relação de jornais existentes na Biblioteca Pública Pelotense. *História em Revista.* Pelotas: NDH/UFPel/Ed. da Universidade/UFPel, v. 06, dezembro de 2000, p. 134-164.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, Emblemas, Sinais.* Morfologia e História. Tradução de Federeco Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 143-179.

- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GUTIERREZ, Ester. *Barro e sangue: Mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas. (1777-1888)*. Porto Alegre: PUCRS, 1999, 550f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- _____, Ester J. B.. *Negros, charqueadas, olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Editora da Universidade/UFPEL/Livraria Mundial, 1993.
- KURY, Mario da Gama. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1992.
- LEITE, Sílvia H. T., *Chapéus de Palha, panamás, plumas, cartolas. A caricatura na literatura paulista. 1900-1920*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- LEMOS, Renato. *Benjamin Constant – Vida e História*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- _____, Renato (Org.) *Uma história do Brasil através da Caricatura. 1840-2001*. Rio de Janeiro: Bom Texto/Letras & Expressões, 2001.
- LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. 4 vols, Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Ed. da Universidade/UFPel/Rede Unitrabalho, 2001.
- LONER, Beatriz Ana. *Formas de Organização dos trabalhadores na luta contra a Escravidão (1880-1888)*. Pelotas; NDH/UFPel, 2002a. (Projeto de pesquisa)

LONER, Beatriz Ana. Jornais diários na República Velha. *Ecos Revista*. Pelotas: Ed. da Universidade/UCPel, v.2, nº 1, abril/1998, p. 5-34.

LONER, Beatriz Ana. Pelotas se diverte: Clubes recreativos e culturais do século XIX. *História em Revista*. Pelotas: Núcleo de Documentação Histórica/Universidade Federal de Pelotas, v.8, dezembro de 2002b, p. 37-68.

LONER, Beatriz Ana. Negros: Organização e luta em Pelotas. *História em Revista*. Pelotas: UFPel, v.5, dez. de 1999, p. 07-27.

LONER, Beatriz Ana. Trabalhadores e Literatura em Pelotas no Século XIX. In: *Anais do VI Encontro Estadual de História*. [recurso eletrônico] Passo Fundo:UPF 2002c, p. 01-10.

LONER, Beatriz Ana; LOPES, Aristeu Elisandro Machado. *Trabalhadores e Literatura em Pelotas no Século XIX*. Relatório de pesquisas (PIBIC/CNPq-NDH/ICH/UFPel). Pelotas, 2003.

LOPES, Aristeu E. M., “Você não me conhece? Eu te conheço”: Caricatura e Carnaval em Pelotas no século XIX. In: *Anais do VII Encontro Estadual de História – História, Memória e testemunho*. [recurso eletrônico]Porto Alegre: ANPUH/RS, 2004, p. 01-10.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos. A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. O texto e o traço: a imagem de nossos presidentes através do humor e da caricatura. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, vol.1, 2003, p287-312.

- LUSTOSA, Isabel. O texto e o traço – o surgimento da imprensa de humor no Brasil. *Comunicação e Política*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Latino Americanos – CEBELA, vol. V, jan-abr-1998, p. 169-195.
- LUSTOSA, Isabel. Humor e política na Primeira República. *Revista USP – Dossiê 100 anos de República*. n° 03, set-out-nov, 1989, p.53-64.
- MACEDO, José Rivair. *Riso, cultura e sociedade na Idade Média*. Porto Alegre/ São Paulo: Editora da Universidade/UFRGS/Editora da UNESP, 2000.
- MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Editora da universidade/UFPel, Livraria Mundial, 1993.
- MAGALHÃES, Mário Osório. *Os passeios da cidade antiga*. Pelotas: Armazém Literário, 1994a.
- MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas Século XIX*. Editora Livraria Mundial, 1994b.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: Imprensa e práticas culturais em tempo de república. São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- MELLO, Marco A. Lírio de. *Reviras, Batusques e Carnavais*. Pelotas: Editora da universidade/UFPel, 1994.
- MOURA, Rosa Maria Rolim; SCHLEE, Andrei Rosenthal. *100 imagens da Arquitetura Pelotense*. Pelotas: Pallotti, 1998.
- OSÓRIO, Fernando. *A Cidade de Pelotas*. Pelotas: Armazém Literário, 1997.
- PEREIRA, Cristina Schettini. Os senhores da alegria: a presença das mulheres nas grandes sociedades carnavalescas

- cariocas em fins do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas. Ensaios de história social da cultura*. Campinas: UNICAMP/CECULT, 2002. p.371-417.
- PEREIRA, Óthon Ferreira et. al. A evolução urbana de Pelotas: um estudo metodológico. *História em Revista*. Pelotas: UFPEL, n° 01, set. de 1994, p.21-34.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Porto Alegre Caricata*. Porto Alegre: UE/Secretaria Municipal de Cultura, 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (Coord.). *O Espetáculo da rua*. Porto Alegre: Ed da Universidade/UFRGS, 1996.
- PICCOLO, Helga I. L. A política Rio-Grandense no Império. In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p.93-117.
- PICCOLO, Helga I. L. *Vida Política no Século XIX*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.
- RAGON, Michel. *Le Dessin d'humour*. Histoire de la caricature et du dessin humoristique en France. Paris: Éditions du Seuil, 1992.
- REMOND, René. Uma história presente. In: REMOND, René. (Org.) *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 13-36.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v.15, n°30, 1995, p.09-22.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- SANTOS, Carlos Alberto Ávila. *Espelbos, Máscaras, Vitrines. Estudo Iconológico das fachadas arquitetônicas*. Pelotas 1870-1930. Pelotas: EDUCAT, 2002.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador. Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Marcos Antonio. *Caricata República. Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.
- SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel. A Guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: L&PM, 1996.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e seu mundo através da caricatura*. Rio de Janeiro: Documentário, 1976.
- TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. *O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001. (Coleção Papéis Avulsos, nº 38)
- TORAL, André. *Imagens em desordem. A iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- VÁRIOS. *Dicionário Filosófico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1972, p. 185-187.
- VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turumas e Quixotes*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1996.
- VOVELLE, Michel. *Imagens e Imaginário na História*. Tradução de Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1997.

ZUBARAN, Maria Angélica. O mundo virado de ponta cabeça: inversão simbólica e resistência na caricatura porto-alegrense do século XIX. *Anos 90*. Porto Alegre, n.14, dezembro de 2000, p 80-95.

SOBRE O AUTOR

Aristeu Elisandro Machado Lopes é licenciado em História pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professor de História Contemporânea do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas e professor orientador do Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade. Atualmente coordena o Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Ensino em Entretenimento e Mídias – LIPEEM/UFPel e é pesquisador vinculado ao Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.